

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**POPULISMO E CULTURA POLÍTICA:
UMA ANÁLISE DE BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

Felipe Silva Milanezi

Porto Alegre

2022

FELIPE SILVA MILANEZI

**POPULISMO E CULTURA POLÍTICA:
UMA ANÁLISE DE BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Jennifer Azambuja de Moraes.

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Milanezi, Felipe Silva
Populismo e cultura política: uma análise de Brasil
e Estados Unidos / Felipe Silva Milanezi. -- 2022.
119 f.
Orientadora: Jennifer Azambuja de Moraes.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Cultura Política. 2. Populismo. 3. Brasil. 4.
Estados Unidos. I. Moraes, Jennifer Azambuja de,
orient. II. Título.

FELIPE SILVA MILANEZI

**POPULISMO E CULTURA POLÍTICA:
UMA ANÁLISE DE BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jennifer Azambuja de Moraes (PPGCP-UFRGS) – Orientadora

Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero Jacome (PPGCP-UFRGS)

Prof. Dr. Bruno Mello Souza (UESPI)

Prof. Dr. Julian Borba (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final do mestrado é uma tarefa difícil, que exige muita dedicação, empenho e disciplina em sua concretização. Por isso, é fundamental agradecer a todo mundo que fez parte dessa jornada e, de alguma maneira, ajudou o caminho a ser menos tortuoso, ainda mais sendo um mestrado quase que totalmente realizado durante a pandemia de Covid-19 e em Ensino Remoto Emergencial (ERE), dados os cuidados sanitários necessários no período.

Agradeço à Capes, que, apesar dos esforços do Governo Federal em acabar com incentivo à pesquisa no país, proporcionou meu financiamento como bolsista durante esses dois anos. Essa bolsa, entretanto, foi fruto de uma luta de articulação nacional que barrou os cortes agressivos à pós-graduação que ocorreram no início de 2020. Por isso, a todo mundo que resistiu e que luta diariamente por um país e um mundo melhores, compreendendo a importância do fim da exploração, da educação e da ciência, meu agradecimento.

Agradeço também a minha família por todo incentivo, amor e apoio durante essa caminhada. Se ser o primeiro dela a ingressar no Ensino Superior já foi uma responsabilidade e um orgulho grandes, ser o primeiro pós-graduado é ainda mais.

Não poderia faltar um agradecimento especial à Carol, pela melhor amizade e parceria que pode existir. Teu apoio foi fundamental nos momentos mais difíceis, de incerteza e de insegurança sobre o presente, o passado e o futuro. Também todos os momentos de alegria, felicidades, conquistas, tristezas e derrotas que passamos juntos. Já agradeço também por ser uma ótima revisora de dissertação, apesar de apegar a detalhes, como o tamanho dos parágrafos, e por ajudar a manter a disciplina em treinos e dieta, que foram fundamentais para a construção desta dissertação.

Um agradecimento especial também à minha orientadora Jennifer Azambuja de Moraes, da qual tenho orgulho de ter sido o primeiro orientando no PPGCP, por todo o apoio, incentivo e parceria empenhada na orientação, mas também fora dela. Obrigado por ajudar nos primeiros passos do meu TCC, dessa dissertação e por ensinar a maior parte do que eu sei hoje sobre pesquisa. Espero que o resultado desta dissertação esteja à altura da tua orientação. Já agradeço também ao Lucas, que é um amigo que ganhei nesse processo, e à Mona, pela qual já sinto um carinho enorme.

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por toda sua estrutura, pela sua existência e por possibilitar uma formação pública gratuita e de qualidade, bem como a todos

os professores, técnicos, terceirizados e estudantes que constroem e mantêm essa universidade no seu cotidiano.

Agradeço aos professores do PPGCP, em especial ao professor Rodrigo, pelos ensinamentos e dedicação nas aulas, mesmo em meio aos problemas proporcionados pela pandemia.

Agradeço aos colegas do PPGCP, pelo auxílio sempre que necessário, em especial a duas pessoas que tive a oportunidade de me aproximar durante esse percurso: Isa, obrigado por todo apoio, pelas conversas e parceria na realização de trabalhos seminários e pela companhia nas melhores e piores aulas, e Alex, obrigado pela parceria mais recente, companhia nas aulas no primeiro semestre de 2021, e na realização de trabalhos.

Agradeço aos colegas do Nuposal e da Revista Debates pela parceria constante nessa caminhada, Ana, Carol 1, Carol 2, Enio, Gabi, Henrique, Juliana, Patricia, Rodrigo, Talissa e Zorzi, além dos já citados anteriormente. A existência de vocês foi fundamental.

Gostaria de agradecer aos professores Cesar Marcello Baquero Jacome, Bruno Mello Souza e Julian Borba por aceitarem o convite de compor a banca de avaliação da dissertação, bem como por suas preciosas contribuições.

Aos amigos pela amizade e paciência nesse processo todo, deixando aqui um reconhecimento especial a Aline e Manu pela solicitude sempre que necessário.

E um agradecimento especial a você, que está lendo esta dissertação neste momento. Espero que goste e que te ajude.

*O passado não reconhece o seu lugar:
está sempre presente.*

Mário Quintana

RESUMO

O crescente fenômeno do populismo na contemporaneidade gerou alerta e preocupação acerca dos riscos do autoritarismo e da instabilidade democrática no mundo. Apesar de ser um fenômeno que já possui um histórico de pesquisas acerca desse conceito, este teve uma retomada maior nos últimos anos a fim de compreender a ascensão de governos de discurso autoritário e centralizador. Entretanto, é necessário também compreendê-lo em sua diversidade, analisando o efeito de diferentes tipos de populismo na cultura política. Assim, este trabalho tem como condutor o seguinte problema de pesquisa: Quais são os efeitos dos governos populistas de Lula da Silva e de Donald Trump na cultura política de Brasil e Estados Unidos, respectivamente? O objetivo geral é identificar as influências dos governos de Lula e Trump na constituição da cultura política de Brasil e Estados Unidos, respectivamente. Os objetivos específicos são: 1. Examinar a constituição de governos populistas, suas características e a maneira como lideranças populistas se relacionam com seus eleitores, bem como quais valores podem ser estimulados neste contexto. 2. Analisar os mandatos de Lula da Silva e de Donald Trump, identificando os elementos que os qualificam como populistas, além da maneira como o discurso de cada presidente é engendrado e que tipo de comportamentos e valores políticos são incentivados. 3. Analisar a constituição da cultura política de Brasil e Estados Unidos no período do primeiro mandato de Lula (2003-2007) e Trump (2017-2021). As hipóteses propostas para este trabalho são: 1. Governos populistas de direita e de esquerda impactam de forma diferente na constituição da cultura política de uma sociedade. 2. O populismo de Donald Trump corroborou para uma cultura política de ataque às instituições e desrespeito às normas da política. 3. O populismo de Lula da Silva corroborou para uma cultura política de fortalecimento das instituições e respeito às normas da política. A metodologia utilizada segue o protocolo quantitativo, a partir de análise de dados de pesquisa *survey*, a partir dos bancos de dados do LAPOP e do Latinobarômetro. Os resultados obtidos corroboram parcialmente com as hipóteses propostas, com a retórica dos presidentes impactando significativamente na confiança em instituições.

Palavras-chave: Populismo. Cultura Política. Brasil. Estados Unidos.

ABSTRACT

The growing phenomenon of populism in contemporary times has generated alert and concern about the risks of authoritarianism and democratic instability in the world. Despite being a phenomenon that already has a history of research on this concept, it has had a greater recovery in recent years in order to understand the rise of authoritarian and centralizing speech governments. However, it is also necessary to understand it in its diversity, analyzing the impact of different types of populism on political culture. Thus, this work is guided by the following research problem: What are the effects of the populist governments of Lula da Silva and Donald Trump on the political culture of Brazil and the United States, respectively? The general objective is to identify the influences of the Lula and Trump administrations in the constitution of the political culture of Brazil and the United States, respectively. The specific objectives are: 1. Examine the constitution of populist governments, their characteristics and the way populist leaders relate to their voters, as well as what values can be stimulated in this context. 2. Analyze the mandates of Lula da Silva and Donald Trump, identifying the elements that qualify them as populist, in addition to the way in which each president's speech is engendered and what kind of behavior and political values are encouraged. 3. Analyze the constitution of the political culture of Brazil and the United States in the period of the first term of Lula (2003-2007) and Trump (2017-2021). The hypotheses proposed for this work are: 1. Right and left populist governments impact differently on the constitution of a society's political culture. 2. Donald Trump's populism contributed to a political culture of attacking institutions and disrespecting the norms of politics. 3. Lula da Silva's populism contributed to a political culture of strengthening institutions and respecting the norms of politics. The methodology used follows the quantitative protocol, based on the analysis of survey research data, from the LAPOP and Latinobarómetro databases. The results obtained partially corroborate the proposed hypotheses, with the presidents' rhetoric having a significant impact on trust in institutions.

Keywords: Populism. Political Culture. Brazil. United States.

RESUMEN

El creciente fenómeno del populismo en la contemporaneidad ha generado alerta y preocupación sobre los riesgos del autoritarismo y la inestabilidad democrática en el mundo. A pesar de ser un fenómeno que ya tiene una historia de investigación sobre este concepto, ha tenido una mayor recuperación en los últimos años para comprender el auge de los gobiernos de discurso autoritario y centralizador. Sin embargo, también es necesario comprenderlo en su diversidad, analizando el efecto de los diferentes tipos de populismo en la cultura política. Así, este trabajo se guía por el siguiente problema de investigación: ¿Cuáles son los efectos de los gobiernos populistas de Lula da Silva y Donald Trump en la cultura política de Brasil y Estados Unidos, respectivamente? El objetivo general es identificar las influencias de las administraciones Lula y Trump en la constitución de la cultura política de Brasil y Estados Unidos, respectivamente. Los objetivos específicos son: 1. Examinar la constitución de los gobiernos populistas, sus características y la forma en que los líderes populistas se relacionan con sus votantes, así como qué valores se pueden estimular en este contexto. 2. Analizar los mandatos de Lula da Silva y Donald Trump, identificando los elementos que los califican como populistas, además de la forma en que se engendra el discurso de cada presidente y qué tipo de conductas y valores políticos se fomentan. 3. Analizar la constitución de la cultura política de Brasil y Estados Unidos en el período del primer mandato de Lula (2003-2007) y Trump (2017-2021). Las hipótesis propuestas para este trabajo son: 1. Los gobiernos populistas de derecha y de izquierda impactan de manera diferente en la constitución de la cultura política de una sociedad. 2. El populismo de Donald Trump contribuyó a una cultura política de ataque a las instituciones y falta de respeto a las normas de la política. 3. El populismo de Lula da Silva contribuyó a una cultura política de fortalecimiento institucional y respeto a las normas de la política. La metodología utilizada sigue el protocolo cuantitativo, basado en el análisis de datos de investigación de encuestas, de las bases de datos LAPOP y Latinobarómetro. Los resultados obtenidos corroboran parcialmente las hipótesis planteadas, teniendo la retórica de los presidentes un efecto significativo en la confianza en las instituciones.

Palabras clave: Populismo. Cultura Política. Brasil. Estados Unidos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tweet de 31 de julho de 2018, em que Trump ataca veículos de mídia.	81
Figura 2 – Tweet de 19 de junho de 2018, em que Trump ataca o Partido Democrata.	82
Figura 3 – Tweet de 06 de janeiro de 2021, em que Trump acusa Mike Pence de traição.	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Confiança no Congresso (Brasil)	86
Gráfico 2 – Confiança nos partidos políticos (Brasil)	87
Gráfico 3 – Confiança na televisão (Brasil)	88
Gráfico 4 – Confiança no Poder Judiciário (Brasil)	89
Gráfico 5 – Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos (Brasil)	90
Gráfico 6 – Respeito às instituições (EUA).....	91
Gráfico 7 – Apoio ao sistema político dos Estados Unidos (EUA).....	92
Gráfico 8 – Confiança na Mídia (EUA)	93
Gráfico 9 – Confiança nas eleições (EUA)	94
Gráfico 10 – Executivo pode governar sem o Legislativo em casos de crise (EUA).....	95
Gráfico 11 – Aprovação do Presidente X Confiança no Congresso (Brasil)	96
Gráfico 12 – Aprovação do Presidente X Confiança nos partidos políticos (Brasil)	97
Gráfico 13 – Aprovação do presidente X Confiança na televisão (Brasil)	98
Gráfico 14 – Aprovação do presidente X Confiança no Poder Judiciário (Brasil)	99
Gráfico 15 – Aprovação do Presidente X Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos (Brasil).....	100
Gráfico 16 – Voto na eleição de 2020 X Respeito às instituições (EUA).....	101
Gráfico 17 – Voto na eleição de 2020 X Apoio ao sistema político (EUA)	102
Gráfico 18 – Voto na eleição de 2020 X Confiança na mídia (EUA)	103
Gráfico 19 – Voto na eleição de 2020 X Confiança nas eleições do país (EUA)	104
Gráfico 20 – Voto na eleição de 2020 X Executivo pode governar sem o Legislativo em casos de crise (EUA).....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis.....	23
---------------------------	----

SUMÁRIO

1	Introdução.....	16
2	Cultura política e populismo	26
2.1	Cultura Política.....	27
2.1.1	Da cultura cívica para as mudanças culturais.....	27
2.1.2	Cultura política brasileira	30
2.1.3	Ascensão de governos populistas e a eleição de Donald Trump	33
2.2	Populismo.....	34
2.2.1	Origens do populismo	35
2.2.2	Populismo latino-americano do século XX.....	38
2.2.3	O populismo contemporâneo	45
2.3	Conclusão do capítulo	57
3	Lula e Trump – o populismo em duas faces distintas	60
3.1	O contexto de cada mandato e seu desenvolvimento	60
3.1.1	O primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2007)	61
3.1.2	O mandato de Donald Trump (2017-2021).....	63
3.2	O populismo nos governos Lula e Trump	65
3.2.1	Lula e o populismo de esquerda.....	67
3.2.2	Trump e a ascensão do populismo de extrema-direita	71
3.3	A retórica de cada um.....	76
3.3.1	Retórica populista de Lula.....	76
3.3.2	Retórica populista de Trump	80
3.4	Conclusão do capítulo	83
4	Análise de dados – confiança nas instituições e democracia	85
4.1	Análise ao longo dos mandatos	86
4.2	O efeito do apoio ao presidente.....	96

4.3	Conclusão do capítulo	105
5	Considerações finais.....	107
	Referências bibliográficas	113

1 INTRODUÇÃO

O conceito de democracia sofreu diversas mudanças ao longo de toda história. Na Grécia Antiga a democracia era compreendida como um governo exercido diretamente pelo povo, sendo classificada por Aristóteles como uma forma degenerada de governo. Na atualidade, entretanto, a democracia adquiriu uma hegemonia, seja no debate acadêmico ou mesmo como forma de governo predominante no mundo¹. Sendo assim, ser ou não ser democrático neste momento não é um ponto de divergência, mas sim o que significa o conceito particular de democracia e quais parâmetros são os adequados para definir o que é ou não, uma vez que a concepção hegemônica atualmente é a que a concebe nos limites da representação política e da institucionalidade, defendida por Joseph Alois Schumpeter (1961), Robert Dahl (2001), e Norberto Bobbio (1987), entre outros autores que defendem a concepção liberal de democracia² (LOSURDO, 2004; 2006; DO CARMO; DASSO JÚNIOR; HITNER, 2014). Neste sentido, toda a teoria produzida contemporaneamente acerca da legitimidade da democracia através do voto e do respeito às instituições, baseia-se no funcionamento estabelecido pelos criadores da mecânica institucional da Constituição dos Estados Unidos, cujos preceitos e debates públicos acerca do documento podem ser vistos em O Federalista³. Apesar de os criadores dessa institucionalidade serem críticos à ideia de democracia⁴, hoje os mecanismos de governo, divisões de poderes, sistema de freios e contrapesos e todas as instituições por eles criadas são vistos como única forma possível de funcionamento da democracia liberal (LIMONGI, 2001; LOSURDO, 2004).

O raciocínio desenvolvido por Hamilton deixa entrever o seu desdobramento necessário. A única forma de criar um governo seria capacitá-lo a exigir o cumprimento das normas dele emanadas. Para que tal se verificasse, seria necessário que a União deixasse de se relacionar apenas com os Estados e estendesse o seu raio de ação diretamente aos cidadãos (LIMONGI, 2001, p. 247).

¹ Aqui se considera não a implementação plena da democracia como fator primordial para considerá-la hegemônica, mas sim o fato de mesmo governos de países cuja democracia seja questionada se considerarem democráticos.

² Embora existam outras abordagens que não as liberais acerca do que é a democracia, aqui se deterá sobre a o conceito hegemônico e liberal de democracia.

³ Série de textos publicados em jornais a partir de 1788 por Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, sob o pseudônimo de O Federalista, onde são discutidos publicamente os elementos basilares que constituirão a nova nação, bem como a nova forma de governo que se estava construindo. Posteriormente, os textos foram reunidos em livro e publicados.

⁴ Ver Madison (1840a; 1840b).

Assim, já na concepção da institucionalidade liberal, hoje hegemônica, uma das prerrogativas para bom funcionamento daquilo que hoje é chamado de democracia era o de cumprimento às normas estabelecidas e o respeito às instituições. Bobbio (1987) aponta que a democracia representativa liberal é o mecanismo mais eficiente de controle dos representantes pelo povo, através do voto. Neste sentido, o autor aponta que uma das premissas para que a democracia de fato funcionasse é o respeito às normas e aos processos eleitorais por parte de todos os atores políticos, em especial os derrotados no pleito, pois, para que o voto popular fosse respeitado quando estes saíssem vitoriosos, era necessário que estes reconhecessem a vitória de seus adversários (BOBBIO, 1987). Entretanto, essa visão legalista acerca da democracia é insuficiente se levado em consideração que o simples fato de haver um arranjo institucional que possibilite a alternância de forças políticas no governo e eleições periódicas não é o suficiente para dirimir qualquer hipótese de golpe ou de revolução, uma vez que 1. nem sempre o arranjo institucional é favorável a algum tipo de renovação que represente os interesses da população⁵, ou seja, a estabilidade política nem sempre significa estabilidade social e 2. mesmo o reconhecimento de existência de “eleições livres” é algo controverso e, comumente, o fator que leva à classificação de uma eleição como livre ou não é o viés de confirmação do pesquisador (LOSURDO, 2004; 2006). A estabilidade política, portanto, se relaciona não apenas com arranjos institucionais e cumprimento de protocolos, mas sim com a legitimidade desse sistema perante a população, não bastando a confiança apenas entre eleitor e eleito, uma vez que isso propicia a emergência de líderes autoritários e/ou pouco afeitos ao respeito às normas instituídas, aumentando a desconfiança da população nas instituições e no sistema político com o objetivo de ter ganhos imediatos – no caso de políticos, esses ganhos seriam votos ou força política para ampliar seu espaço político (CILIA, 2017; CASULLO, 2014; 2019).

Atualmente, pode ser visto pelo mundo a ascensão de partidos, movimentos políticos e líderes carismáticos que questionam a legitimidade do sistema político, a confiabilidade do sistema eleitoral e as instituições; um fenômeno que pode ser observado não apenas em países de histórica instabilidade política, mas também em países cujo modelo de institucionalidade política era apontado como tipo ideal a ser seguido por nações periféricas. Como exemplo

⁵ Um exemplo disso é a Venezuela, que, durante a vigência do pacto de puntofijo, era considerada uma democracia estável. Contudo, essa avaliação não levava em consideração o desgaste promovido por governos antipopulares e a subsequente insatisfação da população, gerando, posteriormente, o Caracazo e sucessivas tentativas de golpe de Estado do início da década de 1990 até atualmente (MARINGONI, 2009).

desses casos, temos: a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos; o crescimento de partidos de extrema-direita⁶ na Espanha, na Grécia, na França, em Portugal, na Alemanha e na Suécia; a reabilitação de símbolos do fascismo japonês e o plebiscito que levou à saída do Reino Unido da União Europeia, além, obviamente, de diversos países cuja instabilidade política é mais recorrente. Em muitos desses movimentos, destaca-se a figura de uma liderança carismática, não raro classificada como “populista”, que representa não apenas seu partido, mas também seu eleitorado, e, ao chegar ao governo, emprega uma retórica agressiva a instituições, aos demais políticos e partidos de oposição, incentivando em seus eleitores sentimentos e retóricas de descrédito, quando não de satanização⁷ (CASULLO, 2014; 2019). Em geral, a emergência dessas figuras em países cujo histórico político é de estabilidade e de valores democráticos por parte da população é vista como um ponto fora da curva que, embora tenha todos os elementos destacados anteriormente, não representa um real risco à democracia, uma vez que a cultura política e as instituições teriam força para conter um avanço autoritário, voltando aos poucos ao estágio anterior (NORRIS; INGLEHART, 2019). Entretanto, não se contesta o fato de que a postura desses líderes leva a um nível de descrédito de instituições e de violência política cada vez maiores. A partir disso, houve um resgate do conceito de populismo nas Ciências Sociais, um fenômeno identificado em diversos períodos históricos e países, em especial na América Latina do século XX. Apesar de ser atribuído frequentemente a diversos governos e lideranças políticas ao longo do tempo, há pouco rigor teórico com a utilização do termo, sendo este utilizado mais como um rótulo pejorativo a quem o recebe do que um conceito com sólido embasamento teórico a fim de compreender fenômenos políticos relevantes para o entendimento sobre a política latino-americana (LACLAU, 2005; CASULLO, 2014; CILIA, 2017).

Ernesto Laclau (2005) aponta que o populismo é historicamente utilizado de forma tão pouco rigorosa que qualquer governo do mundo poderia ser classificado como populista, uma vez que todos, em maior ou menor medida, formulam políticas considerando seu apelo popular, bem como que efeito haverá na popularidade do governo. Ademais, a definição de populismo já foi utilizada para governos das mais variadas vertentes políticas e estilos de governo, desde progressistas a conservadores ou de governos que buscavam políticas conciliatórias, até governos que se colocam no limite de tensões políticas, apelando para a polarização. Diante

⁶ Aqui enquadram-se partidos ultra-nacionalistas, anti-imigração e até partidos de inspiração abertamente fascista e neonazista.

⁷ Aqui se aplica o que Marilena Chauí (2002) chama de efeito de sacralização-satanização da política, onde o líder carismático é visto como salvador e seu antagonista é visto como a fonte única de todo o mal que assola a nação.

desta realidade, há dois caminhos a seguir: 1. Abandonar completamente o conceito de populismo ou 2. Entender, para além de uma simples definição de populismo, o efeito de governos de diferentes perfis classificados como populistas na democracia. Neste caso se prosseguirá pela segunda opção.

Uma vez que o populismo se configura como um conceito polissêmico, buscar a exatidão do que seria o populismo e entender esse fenômeno como algo homogêneo pode ser um esforço intelectual desafiador, porém este trabalho não tem essa intenção, mas sim a de compreender a influência do populismo não a partir de uma definição única que limite os governos que podem ser considerados populistas, mas sim de como esses governos, tendo diferentes ideologias e modos de articulação política e de comunicação, influenciam na sociedade e na democracia de cada país. Diversos autores das Ciências Sociais apontam que líderes políticos carismáticos, populistas ou não, influenciam a população, por sua capacidade retórica ou mesmo de liderança, em diversos sentidos – poderia ser citado aqui como exemplo o uso da imagem de diversos líderes políticos em campanhas de conscientização e de políticas públicas implementadas pelo próprio governo –, uma vez que o simples fato de estes terem sido eleitos (de forma direta ou indireta) pela população mostra como estes têm uma legitimidade e algum nível de confiança (CRUZ, 2005; NORRIS; INGLEHART, 2019). Para além dessa influência direta em opiniões e comportamentos da população, uma liderança política pode influenciar a partir de suas atitudes e comportamentos agressivos na relação com as demais instituições, bem como no esgarçamento da legalidade jurídica e no desrespeito a regras e convenções não escritas, mas que se conformam como uma tradição de governos e de relação entre as instituições. Assim, torna-se necessário compreender o efeito de governos classificados populistas na sociedade na maneira como a população interage com a política e com as instituições, visto que, com precisão ou não, o populismo segue sendo atribuído a governos latino-americanos ainda nos dias de hoje e pouco se avalia o impacto dessa caracterização na política, senão como forma de reforçar o estereótipo de populista a determinadas figuras políticas. Neste sentido, não se buscará uma homogeneidade entre todos aqueles considerados populistas, mas sim o efeito de governos considerados populistas que tenham substanciais diferenças ideológicas e de condução de governo na cultura política da população ao longo do tempo.

Um ponto de partida para compreender o impacto do fenômeno do populismo é analisar se teriam esses governos de espectros diferentes alguma convergência no seu efeito na cultura política ou se justamente essas diferenças notáveis levam a diferentes impactos nas

democracias. Assim, buscou-se para o presente trabalho dois casos antagônicos de governos classificados como populistas: o primeiro mandato do Governo Lula (2003-2007) e o governo de Donald Trump (2017-2021). O primeiro pode ser classificado como um governo com uma política de centro-esquerda, que mantinha algum nível de decoro e pacificidade na relação entre instituições; já o segundo é um governo de direita, cuja beligerância para com as instituições era notória, sendo este um traço marcante de seu governo (AZEVEDO; CIFALI, 2015; RODRIGUÊS, 2018). Embora cada um tenha uma especificidade, ambos os governos foram considerados populistas, assim como também foram classificados como não populistas, a depender de autores e de enquadramentos teóricos aplicados ao conceito de populismo e ao trabalho realizado (CILIA, 2017; NORRIS; INGLEHART, 2019; CASULLO, 2019; BOITO, 2022).

Quando se fala em governos populistas, no geral, há uma compreensão negativa acerca de seus efeitos na democracia e na institucionalidade política, sendo classificados como populistas comumente governos a cujos autores possuem críticas, ou seja, repete-se um vício presente no debate público de que os populistas são aqueles governos com alguma popularidade de quem não se gosta, apenas revestindo a análise de erudição e citações pouco contribuintes ao debate teórico. Duas exceções são Laclau (2005) e Chantal Mouffe (2019), o primeiro compreendendo o populismo como uma característica de governo não necessariamente negativa, e a segunda criticando o que chama de consenso de centro, como uma hegemonia liberal que se projeta politicamente como a única via possível de política. Laclau (2005) compreende o populismo como um modo específico de se fazer política, engendrado em uma performance baseada em uma narrativa dicotômica de “nós” contra “eles” e articulada de maneira central à linha política, podendo essa centralização caber ao líder carismático ou mesmo ao partido e um grupo reduzido de lideranças, cujo afeto empregado na mobilização da massa é a lealdade e não ideias programáticas acerca da política a ser aplicada na gestão do governo. Por conta disso, é necessário analisar governos para além do simples enquadramento de ser populista ou não ser, compreendendo os efeitos de diferentes tipos de populismo na sociedade, pois, assim como é necessária alguma conformação social de forças políticas e de classes sociais para a ascensão do populismo, um governo populista também impacta na sociedade em que está inserido. Neste caso, um dos caminhos possíveis para se entender a influência de governos populistas na sociedade é uma análise da cultura política, compreendendo variações na constituição ou desconstituição de uma cultura política democrática. Neste sentido, é analisado o quanto a cultura política, ao longo dos anos, se

modificou na direção de valores mais ou menos democráticos. Obviamente, não se pode compreender uma correlação direta entre a presença de um governo populista e uma mudança na cultura política da população. Por isso, é necessário analisar a postura do líder populista e que valores este incentiva em sua retórica e em suas ações.

Visando entender os processos acima descritos, a partir da polissemia do conceito de populismo, e acrescentar alguns aspectos para as pesquisas hoje realizadas sobre populismo nas Ciências Sociais, chegou-se ao problema que guia esta pesquisa: Quais são os efeitos dos governos populistas de Lula da Silva e de Donald Trump na cultura política de Brasil e Estados Unidos, respectivamente? O objetivo geral é identificar as influências dos governos de Lula e Trump na constituição da cultura política de Brasil e Estados Unidos, respectivamente. Os objetivos específicos são:

1. Examinar a constituição de governos populistas, suas características e a maneira como lideranças populistas se relacionam com seus eleitores, bem como quais valores podem ser estimulados neste contexto.

2. Analisar os mandatos de Lula da Silva e de Donald Trump, identificando os elementos que os qualificam como populistas, além da maneira como o discurso de cada presidente é engendrado e que tipo de comportamentos e valores políticos são incentivados.

3. Analisar a constituição da cultura política de Brasil e Estados Unidos no período do primeiro mandato de Lula (2003-2007) e Trump (2017-2021).

As hipóteses propostas para este trabalho são:

1. Governos populistas de direita e de esquerda impactam de forma diferente na constituição da cultura política de uma sociedade.

2. O populismo de Donald Trump corroborou para uma cultura política de ataque às instituições e desrespeito às normas da política.

3. O populismo de Lula da Silva corroborou para uma cultura política de fortalecimento das instituições e respeito às normas da política.

Tal pesquisa justifica-se pelo crescente interesse dentro da Ciência Política no surgimento de novas lideranças populistas, ascensão do autoritarismo e enfraquecimento da democracia. Se é um fato que a quantidade de publicações acerca do fenômeno do populismo aumentou na última década, também pode-se observar que a recuperação acadêmica desse conceito pareceu se aproximar mais daquela pouco criteriosa costumeiramente vista em programas jornalísticos do que com análises que remontam ao fenômeno do século XX ou mesmo de teóricos que procuraram compreender o populismo para além de algo localizado no

tempo e no espaço. Ademais, muito se produziu na Ciência Política acerca das mudanças na cultura política estadunidense que possibilitaram a eleição de Donald Trump, mas ainda existem poucos estudos produzidos acerca das mudanças na cultura política ao longo de seu mandato, sobretudo considerando a beligerância e o estímulo ao autoritarismo promovido pelo próprio ex-presidente. Neste sentido, comparar esses dados recentes com um presidente de perfil distinto, embora tenha sido igualmente classificado como populista. Também, é interessante colocar em questão o quanto a ideia eurocêntrica de que o modelo de democracia desenvolvido na Europa e nos Estados Unidos não apenas não é perfeitamente replicável no restante do mundo, como também está em um intenso processo de degradação em seu cerne, uma vez que os próprios parâmetros liberais de democracia, que antes pareciam robustos e inabaláveis, começam a apresentar fissuras que deixam permear em suas entranhas elementos que sempre foram tidos como exclusivos de países subdesenvolvidos.

Metodologicamente, a pesquisa seguirá o protocolo quantitativo. O método principal utilizado para responder à pergunta formulada e testar as hipóteses propostas será quantitativo, com pesquisa de tipo *survey*. *Survey* é um método quantitativo que permite estudar uma população a partir de uma amostra, levando em consideração características demográficas e sociais, para se obter, através de um questionário, opiniões, atitudes e comportamentos, buscando algum nível de regularidade entre a população pesquisada (BAQUERO, 2009). Assim, a comparação que será estabelecida na pesquisa será entre o primeiro mandato do Governo Lula da Silva (2003-2007) e o governo de Donald Trump (2017-2021). Ficou estabelecido como recorte apenas o primeiro mandato de Lula, descartando o segundo desta análise para não haver distorções relativas ao tempo de mandato de cada presidente no cargo. Também serão utilizadas técnicas qualitativas com o intuito de compreender o tipo de retórica empregada por Lula da Silva e Donald Trump na relação com as instituições, através de declarações públicas em diversos eventos de contato direto com a mídia e através de redes sociais – mais especificamente no caso de Trump, uma vez que o uso desse tipo de plataforma não era comum durante o mandato de Lula –, além de eventos públicos. Para essa pesquisa serão utilizados os bancos de dados produzidos pelo LAPOP (Latin American Public Opinion Project) e pelo Latinobarômetro. A seleção teve como critérios a disponibilidade de dados que abrangessem os dois períodos históricos propostos, com uma periodicidade suficiente para a análise das mudanças observadas nas variáveis ao longo de cada mandato, bem como perguntas relativas à satisfação com a democracia e a confiança nas instituições. Para testar as hipóteses propostas, serão analisadas as variáveis conforme organizadas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Variáveis

Banco de dados	País	Ondas	Variável	Tipo
Latino-barômetro	Brasil	2002 2004 2006	Confiança no Congresso	Dependente
			Confiança nos partidos políticos	Dependente
			Confiança na televisão	Dependente
		2006	Confiança no Poder Judiciário	Dependente
			Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos	Dependente
		2006	Aprovação da gestão de governo pelo presidente	Independente
LAPOP	Estados Unidos	2017 2019 2021	Respeito às instituições ⁸	Dependente
			Até que ponto você acha que o sistema político dos Estados Unidos deve ser apoiado? ⁹	Dependente
			Até que ponto você confia na mídia? ¹⁰	Dependente
			Até que ponto você confia nas eleições neste país? ¹¹	Dependente
			Executivo pode fechar o Legislativo em casos de crise	Dependente
		2021	Voto na última eleição ¹²	Independente

Fonte: Elaboração própria.

Procurou-se selecionar perguntas que tivessem conteúdos próximos entre os dois bancos de dados, que estivessem presentes em todas as ondas, quando possível, e tivessem relação com os elementos que puderam ser levantados acerca da retórica de cada presidente.

Para o manejo dos dados obtidos nos bancos de dados citados, se utilizará o programa IBM SPSS Statistics 23, onde será possível realizar as análises descritivas necessárias para a realização desta pesquisa. Serão realizadas análises de frequência das variáveis “Confiança no Congresso”, “Confiança nos partidos políticos”, “Confiança na televisão”, “Confiança no poder judiciário” e “Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos” ao longo dos anos 2002, 2004 e 2006 e “Respeito às instituições”, “Até que ponto você acha que o sistema político dos Estados Unidos deve ser apoiado?”, “Até que

⁸ Por se tratar de uma variável com escala de 1 a 7, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: 1-2 Pouco; 3-5 Médio e 6-7 Muito.

⁹ Por se tratar de uma variável com escala de 1 a 7, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: 1-2 Pouco; 3-5 Médio e 6-7 Muito.

¹⁰ Por se tratar de uma variável com escala de 1 a 7, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: 1-2 Pouco; 3-5 Médio e 6-7 Muito.

¹¹ Por se tratar de uma variável com escala de 1 a 7, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: 1-2 Pouco; 3-5 Médio e 6-7 Muito.

¹² Por existirem muitos candidatos, as respostas foram recodificadas em “Trump” e “outro”.

ponto você confia na mídia?”, “Até que ponto você tem confiança nas eleições neste país?” e “Executivo pode fechar o Legislativo em casos de crise” ao longo dos anos 2017, 2019 e 2021 com o objetivo de verificar se houve mudança ao longo de cada mandato. Essas variáveis dependentes serão cruzadas com as variáveis independentes “Aprovação da gestão de governo pelo presidente”, na onda de 2006, e “Voto na última eleição”, em 2021, para avaliar diferenças das variáveis entre os apoiadores e os não apoiadores de Lula e de Trump, respectivamente. Esses dados quantitativos serão contextualizados conforme a retórica de cada presidente e de como este pode ter impactado na avaliação de seus apoiadores de cada uma das variáveis dependentes analisadas. Para testar a inferência do apoio de cada presidente nas variáveis dependentes, será realizado o teste do Qui-quadrado de Pearson¹³.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, além da presente introdução e das considerações finais.

O capítulo 2 contém elementos teóricos acerca da cultura política e do populismo. Nele, serão abordados debates acerca desses dois conceitos, que sustentam as análises realizadas nos capítulos posteriores. Assim, será realizada uma exposição inicial da origem do conceito de cultura política, seu desenvolvimento, bem como as discussões mais recentes acerca de como ele se relaciona com o fenômeno do populismo, além de uma seção que se propõe a compreender a especificidade da cultura política brasileira, uma vez que esta se difere daquela observada em países centrais. O populismo, por sua vez, será apresentado em sua origem, a ascensão na América Latina no século XX e a retomada do conceito a partir de uma onda conservadora na última década.

O capítulo 3 apresenta os mandatos de Lula da Silva e de Donald Trump a partir do seu contexto, apontando elementos populistas em seus governos e analisando a retórica de cada presidente em relação a instituições e à democracia. Para tal análise foram selecionados trechos de discursos públicos de Lula e *tweets* de Trump, com o objetivo de compreender em que consiste a retórica de cada presidente e como ela pode impactar em valores e opiniões entre a população de Brasil e Estados Unidos, respectivamente. Neste sentido, ressalta-se que analisar cada país no momento de cada eleição torna-se um elemento fundamental para compreender que contexto se apresentava e como cada retórica se relacionou ou não com os anseios e sentimentos que se destacavam entre a sociedade, bem como a maneira como cada um dos ex-

¹³ “O Qui-Quadrado é um teste de hipóteses que se destina a encontrar um valor da dispersão para duas variáveis nominais e avaliar a associação existente entre variáveis. Quando seu valor é igual ou menor que 0,05 as variáveis analisadas apresentam associação, podendo se afirmar que os dados possuem significância” (MORAIS, 2017, p. 32).

presidentes se utilizou disso para justificar sua eleição e para legitimar sua posição enquanto candidato e, posteriormente, presidente.

O capítulo 4 trata de uma análise de dados de cultura política, considerando os elementos trazidos nos capítulos anteriores e compreendendo como a retórica de cada presidente pode ter impactado em suas alterações ao longo dos anos de mandato, bem como a diferença de efeito existente entre apoiadores e não apoiadores de cada um. Para isso foram realizadas análises descritivas a partir dos bancos de dados do Latinobarômetro e do LAPOP de pesquisas *survey*, a fim de testar as hipóteses propostas. Para tal, serão retomados elementos dos capítulos anteriores com o intuito de explicar os resultados obtidos e relacionar a retórica de cada presidente.

2 CULTURA POLÍTICA E POPULISMO

Dentro das Ciências Sociais um tema de constante debate desde sua origem é o da relação entre cultura e instituições e leis ou mesmo de regras sociais implícitas no comportamento social. Marx, por exemplo refletia acerca de como a materialidade e a classe social, em especial se considerando a classe economicamente dominante e seus interesses, conformam uma superestrutura que condiciona o funcionamento da sociedade a partir da consolidação de sua ideologia como a dominante, através de sua reprodução por meio das instituições, intelectuais e meios de comunicação de massa (MARX; ENGELS, 2001; 2009). Já Weber (2007) apontava fatores independentes e subjetivos reproduzidos através da religião como fundamentais para o estabelecimento de mudanças estruturais, bem como padrões de comportamento estabelecidos a partir de sua assimilação com baixo nível de reflexão acerca de suas ações.

Na Ciência Política, antes que se estabelecesse a cultura política como conhecemos hoje, havia a predominância de uma corrente de pensamento que via nas instituições o fator central para explicar a política e o modo como os cidadãos se envolviam em seus processos. Diante disso, era comum que o objeto de estudo das pesquisas da área fosse alguma instituição ou lideranças políticas proeminentes, considerando a opinião pública através daquilo que se refletia no debate público, uma vez que mesmo as técnicas e instrumentos para aferição da opinião da população ainda eram pouco explorados e possuíam alguma limitação em seu alcance e representatividade. Esse quadro muda a partir dos estudos de Almond e Verba (1963), quando estes começam a analisar dados de opinião pública em larga escala em cinco países, defendendo a necessidade de valores e comportamentos políticos condizentes com a democracia para que esta se efetivasse e se fortalecesse diante de possíveis ameaças.

Aprofundando a relação entre esses elementos, destaca-se a existência de riscos à democracia, entre estes o aumento do autoritarismo nos governos tidos como populistas. Entretanto, a polissemia do conceito, bem como a maleabilidade em se categorizar governos como populistas leva a distorções tanto na análise quanto na operacionalização do conceito, uma vez que, segundo Laclau (2005), qualquer governo do mundo na história poderia ser classificado como populista a partir das mais diversas abordagens e operacionalizações realizadas nas Ciências Sociais acerca do fenômeno do populismo. A partir disso, faz-se necessário compreender as diferenças de cada abordagem e analisar o fenômeno do populismo

e suas consequências na política e na sociedade a partir de outras variáveis que auxiliem em um melhor entendimento acerca do fenômeno. Assim, torna-se interessante compreender melhor as mudanças na cultura política de cada país, compreendendo diferenças entre diferentes modelos de populismo, especialmente considerando a ideologia política como fator de distinção.

2.1 CULTURA POLÍTICA

O conceito de cultura política, como entendido atualmente, ganha ampla difusão na Ciência Política a partir do lançamento do livro *The civic culture*, de Almond e Verba (1963). Cultura política, para os autores, se referia a atitudes e comportamentos referentes à política, considerando o papel do cidadão no sistema político da sociedade em que vive (ALMOND; VERBA, 1963). Assim, delineou-se também a ideia de cultura política de um país, a partir da medição quantitativa de padrões de orientação política, compreendendo como estes estavam proeminentes entre seus cidadãos. A cultura política, portanto, seria o elo entre o comportamento dos indivíduos e o sistema político, considerando comportamentos e atitudes individuais na relação com a política mais geral, compreendendo como ambas dialogam e se impactam.

2.1.1 Da cultura cívica para as mudanças culturais

A ideia de Almond e Verba (1963) era de que cultura e instituições políticas estavam relacionadas, influenciando-se mutuamente, apesar de, em princípio, não ser possível estabelecer a direção de causalidade os dois. Para os autores, os cidadãos democráticos raramente têm suas ações direcionadas pela racionalidade e por cálculos de cada atitude, sendo melhor compreendidos através de variáveis mais subjetivas, considerando-se irracional para um indivíduo comum despende grandes esforços para se tomar decisões racionais a cada ação realizada (ALMOND; VERBA, 1963). Neste sentido, seria importante que os governos tivessem a capacidade de dar respostas objetivas e céleres às preocupações e demandas da população, uma vez que em um regime em que houvesse confiança nas instituições, as críticas dos cidadãos não teriam a intenção de depreciá-las, mas sim de aprimorar o seu funcionamento, reafirmando a sua necessidade e importância para com a democracia (ALMOND; VERBA,

1963). Dentro do recorte analisado no estudo, os autores concluíram sobre a existência de uma cultura cívica nos países estudados, a qual se caracterizaria pela confiança e lealdade dos cidadãos nas instituições e nas regras da política, fazendo com que a democracia fosse aprimorada e não questionada pelos cidadãos, o que se observa, por exemplo, no fato de os cidadãos mais satisfeitos com o funcionamento da democracia possuírem um sentimento de influência na política, embora o seu nível de participação seja baixo (ALMOND; VERBA, 1963).

A falta de empenho por parte dos eleitores mantém a política sob controle, mas não ao ponto de haver uma rigidez que impeça sua eficiência, uma vez que é importante que o cidadão comum acredite na premissa de que é influente no governo para que os governantes tenham liberdade de ação e tomada de decisão com alguma legitimidade (ALMOND; VERBA, 1963). Neste sentido, a mudança de paradigma trazida por Almond e Verba mostra que fatores culturais impactam na política, seja através das instituições ou mesmo de mudanças nas leis e nas tradições ou rituais, pois as opiniões e a aceitação de certos tipos de comportamento não são apenas individuais, uma vez que sua análise a partir de coletas de dados em grande escala podem apontar padrões de cultura que explicam mudanças institucionais ou mesmo de regime político.

Embora a formulação tenha sido criticada nos anos posteriores a sua elaboração, a ideia de cultura política volta a ganhar espaço no debate acadêmico a partir do resgate realizado por Inglehart (1977; 1988), em que o autor recupera a ideia original, incluindo variáveis de análise a fim de compreender valores, crenças e comportamento políticos de grupos sociais. Segundo Inglehart (1977), sociedades que já tivessem as suas necessidades materiais básicas atendidas desenvolveriam valores pós-materialistas, resultando em maior preocupação com questões sociais, aumento dos valores democráticos na população e maior possibilidade de participação política.

Almond e Verba (1989) relacionam a existência de valores de confiança dos cidadãos para com as instituições, bem como a capacidade de avaliar criticamente sua atuação sem questionar a legitimidade do arranjo institucional, com o sucesso da democracia liberal, a partir da possibilidade de haver o atendimento das demandas do cidadão dirimindo a insatisfação popular para com problemas sociais, operando de maneira que a contestação esteja inserida em um processo contínuo de aprimoramento das instituições e não de sua detração. Essas análises foram determinantes para uma mudança em que as instituições não mais eram explicadas e analisadas de forma isolada e autocentrada, compreendendo o papel do cidadão e sua influência,

bem como sua agência, na democracia liberal. Atitudes e comportamentos, portanto, passam a ser analisados como componentes explicativos para fenômenos de mudança de regime, fortalecimento ou enfraquecimento da democracia (INGLEHART; WELZEL, 2005). Neste sentido, Inglehart e Welzel (2005) apontam que, em sociedades pós-industriais, os cidadãos estariam menos envolvidos em valores religiosos e superstições, implicando em maior racionalidade e individualismo por parte da sociedade. Para os autores, a democracia só se efetiva a partir da internalização de valores democráticos por parte dos cidadãos, proporcionando o pleno exercício de sua liberdade e do gozo de seus direitos, assim possibilitando a participação popular e a emancipação política a partir de orientações igualitárias; conclusão obtida após análise do impacto do crescimento de valores democráticos na democratização de países ao longo do tempo (INGLEHART; WELZEL, 2005).

Mais recentemente, Dalton e Welzel (2014a) trazem novos elementos aos estudos sobre cultura política a partir de análises mais longitudinais possibilitadas por bancos de dados, como o *World Values Survey* e o Global Barômetro, apontando que o apoio à democracia é generalizado, mesmo em países considerados não democráticos. Entretanto, para os autores, a noção de democracia de cidadãos de países não democráticos engloba elementos autoritários (DALTON; WELZEL, 2014b). Isso leva a uma compreensão acerca da democracia e do apoio a ela em que não é suficiente analisar apenas a opinião de que a democracia é o melhor sistema, mas sim de compreender como a opinião acerca do que é a democracia se reflete no em opiniões consideradas democráticas sobre valores e instituições que são basilares da democracia liberal e, posteriormente, como isso se reflete na estabilidade democrática. A partir disso, os autores apontam uma mudança cultural dos primeiros estudos realizados por Almond e Verba (1963), que mostraram uma sociedade de cultura política mais baseada na lealdade e na fidelidade às lideranças e às instituições, para atualmente, quando as mudanças culturais levaram a uma cidadania mais assertiva, que combina a confiança nas instituições e a capacidade de tecer críticas que desenvolvam seu funcionamento (DALTON; WELZEL, 2014a). Dalton e Welzel (2014b, p. 287) apontam que

(...) where social modernization improves living conditions on a mass scale, the emphasis of traditional values on order, discipline, and security erodes and gives way to an increasing emphasis on freedom of choice, equality of opportunities, and the assertion of human dignity. These newly emerging orientations might be known as “postmaterialist values,” “self-expressive values,” “engaged citizenship,” “emancipative values,” or a host of other

terms – but the content is similar: There is an assertive spirit encouraging people to claim control over their lives.¹⁴

Esse espírito assertivo e o sentimento de controle sobre suas próprias vidas levariam a uma rejeição maior ao autoritarismo e maior apoio à democracia, mesmo que a avaliando criticamente, o que os autores veem como uma prevenção a governos que não respeitam o modelo democrático liberal. Manifestações reivindicativas e apoio a valores pós-materialistas e de autoexpressão se relacionam diretamente com valores que contestam aspectos do funcionamento da democracia que podem torná-la mais abrangente e inclusiva, sendo um processo de aprimoramento da democracia, uma vez que a oferta de democracia por parte das elites depende do quanto a população demanda e legítima (DALTON; WELZEL, 2014b).

O desenvolvimento das formulações acerca da cultura política reflete, entre outras, a sociedade dos Estados Unidos, podendo ser compreendidas como formulações também sobre o desenvolvimento da democracia liberal no país. Cabe, portanto, compreender melhor as especificidades da cultura política brasileira e como seu desenvolvimento se difere do formulado pelos autores clássicos da teoria.

2.1.2 Cultura política brasileira

A teoria política desenvolvida por Almond e Verba teve contribuição fundamental para a Ciência Política e possibilitou novos olhares e novas abordagens acerca da democracia. Contudo, é notório que os padrões adotados pelos autores são melhor compreendidos ao se analisar países desenvolvidos e de democracia liberal duradoura do que países subdesenvolvidos, cuja democracia é mais recente ou instável, sendo necessário que se analise esses países a partir de parâmetros, de ideias e de conceitos de cultura política que sejam adaptados de tal forma que possam explicar e proporcionar um maior entendimento acerca das especificidades desses países (BAQUERO, 2008; 2011; BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011; MORAIS, 2017).

Segundo Baquero (2018), a política latino-americana é marcada por grupos políticos que se aglutinam em torno de um líder, cujo exercício da liderança tem um caráter personalista,

¹⁴ Em tradução livre: “onde a modernização social melhora as condições de vida em grande escala, a ênfase dos valores tradicionais de ordem, disciplina e segurança decai e dá lugar a uma ênfase crescente na liberdade de escolha, igualdade de oportunidades e a afirmação da dignidade humana. Essas orientações emergentes podem ser conhecidas como ‘valores pós-materialistas’, ‘valores de autoexpressão’, ‘cidadania engajada’, ‘valores emancipativos’ ou uma série de outros termos - mas o conteúdo é semelhante: há um espírito assertivo que incentiva as pessoas para reivindicar o controle sobre suas vidas”.

e que se orienta mais pela conquista do poder político do que por uma postura ideológica clara e evidente. Ao refletir sobre as desigualdades entre economia e política na América Latina e como estas afetam o estabelecimento de uma democracia sólida na região, Baquero (2018, p. 9-10), aponta que

(...) a consequência é a emergência de uma Democracia Inercial onde o *status quo* tradicional prevalece, apesar dos avanços institucionais e de procedimentos, levando, por sua vez, ao fortalecimento da antipolítica e de uma cultura política híbrida que internaliza, ao mesmo tempo, valores e crenças de repúdio ao autoritarismo tradicional concomitantemente com ceticismo sobre o atual modelo de democracia.

A persistência de desigualdade social e econômica combinadas com a diminuição de valores democráticos, juntamente com um legado autoritário, propiciariam um cenário fértil para a institucionalização de práticas de manutenção de desigualdades e agudização da perda de confiança nas instituições.

Partindo para o caso brasileiro, a partir do conceito de patrimonialismo de Max Weber, Raimundo Faoro (2008) concebe o Brasil como um país onde as elites se utilizam do Estado como um instrumento público para arregimentação de interesses privados, através da ocupação de cargos e da perpetuação de interesses, que se segue desde a instalação da corte portuguesa em solo brasileiro, passando por todas as transições políticas pactuadas. Com referência nisso, José Álvaro Moisés (1995) aponta o patrimonialismo como uma fonte de padrões políticos e culturais que se reproduziram no Brasil a partir de especificidades da colonização portuguesa, convertendo-se em um sistema de valores marcados pelo autoritarismo, hierarquia e forte concentração no Estado como meio de clientelismo e mandonismo como modo de gerenciar a política. Já Baquero (2003, p. 92), ao falar sobre a influência do patrimonialismo, aponta que

O regime promove o respeito à Constituição, às leis, às instituições e aos procedimentos democráticos. No entanto, é controlado por poderes patrimonialistas de grupos minoritários que agem em detrimento do bem coletivo, promovendo, dessa forma, uma concentração maior de riquezas de setores privilegiados, acentuando a desigualdade e a exclusão social.

A desigualdade social e os problemas históricos enfrentados pela população brasileira levam a um nível constante e notável de elementos autoritários na cultura política, mesmo em momentos considerados mais estáveis, sem crises políticas ou grandes mobilizações sociais (MOISÉS, 1995; 2013; BAQUERO, 2003; 2008; 2018). O processo de redemocratização ocorrido nos anos 1980 foi longo e envolveu negociações, cessões e pressões políticas que

permearam todo o processo de reabertura, podendo-se destacar a força do papel dos militares em elementos que permaneceram de legado à sociedade mesmo após sua saída do governo. Moisés (1995) aponta que a transição democrática no Brasil sofreu com uma preponderância de interesses privados a partir de uma legislação eleitoral pouco rigorosa, que permitia abusos – o que possibilitou uma profusão de siglas eleitorais pouco representativas e sem ideologia sólida, muito dos quais viraram posteriormente legendas de aluguel –, e a concessão de canais de televisão e de rádio a partir de negociações ou mesmo de escolha de grupos privados que tivessem maior proximidade de ideias ou de interesses econômicos dos grupos que operaram em seu favor.

Florestan Fernandes (1986), ao analisar o processo de transição política dos governos militares para os governos civis, já apontava a existência de resquícios autoritários na chamada Nova República, uma vez que, embora fosse um momento de grande mobilização social, a transição ocorreu de uma composição pactuada entre elites políticas e militares, preservando os militares e dando a estes reconhecimentos e prerrogativas como maneira de neutralizar qualquer iniciativa por parte dos civis de justiça de transição. Isso levou a um processo de incorporação de elementos autoritários nas instituições políticas. Da Costa e González (2019) apontam que este legado autoritário afeta as instituições de maneira que estas, em um regime democrático, possuam práticas autoritárias, uma vez que as instituições do regime autoritário não foram completamente dissolvidas, o que afetaria ainda mais a percepção acerca do funcionamento das instituições e de seu papel em um regime democrático.

Mesmo após o fim da ditadura militar e do processo de redemocratização, a cultura política brasileira foi definida como apática, marcada por desinteresse, rejeição a partidos e uma postura de rejeição a instituições (MOISÉS, 1995; 2013; BAQUERO, 2003; 2008; 2018). Segundo Morais (2017, p. 56), no período de redemocratização

(...) não se reestabeleceu uma sociedade civil participativa, ficando a cargo das regras do jogo político o bom desempenho institucional para garantir uma democracia de qualidade. Porém o enfraquecimento das instituições políticas, como os partidos políticos e o próprio Estado, tem contribuído para a fragilidade da democracia no país. E contribuíram, também, para o baixo interesse nos assuntos políticos, a baixa participação política dos cidadãos e os baixos níveis de confiança nas instituições e de capital social, corroborando com o cinismo, o individualismo, a corrupção, o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo.

Esses elementos levam ao que Baquero (2008; 2010) indica como uma cultura política híbrida, caracterizada pela coexistência de uma percepção positiva acerca da democracia como

o melhor regime de governo com uma insatisfação para com as instituições democráticas e com o funcionamento da democracia. Baquero e González (2011) apontam que a desconfiança nas instituições e a falta de participação política da população brasileira não são características geracionais, pois estas perpassam as mais diversas faixas etárias, não havendo uma mudança substancial da cultura política do país pela simples renovação geracional. A dificuldade de se romper com hábitos, tradições e orientações políticas autoritárias tende a se repetir historicamente, com a reprodução de um padrão de comportamento personalista, clientelista e paternalista, não propiciando maior participação política além do voto (compulsório) em eleições regulares (BAQUERO, 2001).

A maneira como a democracia funciona hoje possibilita a institucionalização de formas antidemocráticas de governar. O questionamento crescente de parte da sociedade civil às ações governamentais está ocasionando uma situação de erosão dos princípios democráticos, sem que isto signifique uma potencial ruptura institucional. O modelo neoliberal vigente parece ter conseguido estabelecer padrões de comportamento em que os cidadãos e as autoridades públicas se tornam indiferentes à continuidade de um conjunto de procedimentos que, claramente, compromete-se a construção democrática efetiva no país (BAQUERO, 2001, p. 103).

Neste sentido, pode-se afirmar que a cultura política brasileira é apática, com altos níveis de desconfiança nas instituições e de respeito a regras, com baixa participação política e distanciamento da população em relação à política, com instituições que não operam de modo a fortalecer processos democráticos e respeito ao regramento político, senão como instrumentos de legitimação de interesses privados, não necessariamente democráticos.

2.1.3 Ascensão de governos populistas e a eleição de Donald Trump

Recentemente, houve uma importante contribuição para o debate teórico acerca da cultura política e de sua relação com o fortalecimento da democracia a partir de Norris e Inglehart (2019), quando estes analisam os fatores que levaram à eleição de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos, em 2016. Analisando o caso específico dos Estados Unidos, os autores apontam o crescimento da desconfiança nas instituições democráticas e na representação como um fator determinante para explicar a vitória de um candidato de perfil pouco tradicional no cenário político do país (NORRIS; INGLEHART, 2019). Neste sentido, os autores classificam a eleição de Trump como parte de um fenômeno global, especialmente em países europeus e nos Estados Unidos, de ascensão de um populismo autoritário de forças

políticas de extrema-direita, que consistiria em lideranças e movimentos com forte retórica anti-establishment, com críticas direcionadas aos políticos de carreira longa, à burocracia governamental, a figuras proeminentes do meio artístico, ao Judiciário, à grande mídia e intelectuais, entre outros (NORRIS; INGLEHART, 2019). Entretanto, os autores consideram este fato como um ponto fora da curva no curso histórico do país, sendo a tendência de que as instituições e a força da democracia consolidada impeçam um avanço autoritário, embora as sequelas à cultura política possam permanecer durante algum tempo (NORRIS; INGLEHART, 2019). Contudo, pode-se apontar que a mudança na cultura política dos Estados Unidos é constante, uma vez que desde os primeiros estudos realizados existem mudanças evidentes que já foram apontadas anteriormente e que continuam a ocorrer.

É possível observar que o aumento de criticidade dos cidadãos para com as instituições pode não ter gerado os efeitos esperados – aperfeiçoamento das instituições, aumento da capacidade do cidadão em influenciar politicamente nos rumos da sociedade, maior engajamento da sociedade para com os processos políticos (INGLEHART; WELZEL, 2005; DALTON; WELZEL, 2014a) –, mas sim, a desconfiança dos cidadãos para com as instituições, uma vez que estes não viram a responsividade esperada, muito menos o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais prometidos. Neste sentido, o nível de confiança nas instituições e na democracia, bem como a percepção de valores autoritários sofreu grande modificação, em especial nos anos anteriores à eleição de Donald Trump, levando a níveis elevados de descrença e de valores autoritários por parte da população dos Estados Unidos (NORRIS; INGLEHART, 2019; BERNARDI; COSTA, 2020).

A eleição de Donald Trump levou a um nível de polarização muito maior do que a já tradicional divisão entre democratas e republicanos resultava, uma vez que o discurso populista do ex-presidente acentua o ódio político e a divisão da sociedade, gerando sentimentos de rivalidade entre grupos políticos, potencializado pela propagação de notícias falsas que alimentam o tensionamento político e a divisão entre aquilo que Laclau (2005) classifica como um “nós” contra um “eles” determinado pelo líder (MORAIS; COSTA; BERNARDI, 2020; BERNARDI; COSTA, 2020).

2.2 POPULISMO

O conceito de populismo tem sido alvo de controvérsia e debates, seja dentro das ciências sociais ou no debate público. Se por um lado sua popularização se deu em grande profusão, sendo utilizado como uma forma pejorativa de se classificar adversários políticos, por outro o esforço de se buscar uma definição mais precisa e se ter rigor teórico na utilização do termo não acompanhou o mesmo ritmo, havendo um descompasso entre a classificação de governos e líderes políticos como populistas no debate público e o debate acadêmico acerca do tema. Mesmo autores com longa produção acadêmica acerca do populismo afirmam que o conceito ainda é muito difuso e de difícil consenso acadêmico acerca de seu uso (WEFFORT, 1995; GOMES, 2001; LACLAU, 2005; CILIA, 2017; CASULLO, 2019). Embora o conceito tenha sido muito debatido na metade do século XX por conta de governos populistas na América Latina, seu uso perdeu relevância na Ciência Política ao longo do tempo, especialmente no Brasil (GOMES, 2001). Entretanto, especialmente nos últimos 10 anos, o conceito é recuperado por pesquisadores, principalmente (mas não apenas) latino-americanos, a fim de explicar fenômenos políticos recentes, bem como compreender suas raízes históricas e culturais, no mundo inteiro e não mais como um fenômeno localizado da América Latina (CASULLO, 2014; 2019; CÍLIA, 2017; RIVEROS-F, 2018; NORRIS; INGLEHART, 2019). Neste sentido, uma pesquisa que se proponha a analisar o efeito de governos populistas na cultura política de seus respectivos países deve compreender a evolução do conceito de populismo, desde seu surgimento até os debates mais recentes acerca do tema.

2.2.1 Origens do populismo

Ao buscar as origens do populismo e compreender suas raízes e características históricas de conformação dos primeiros casos conhecidos de populismo pelo mundo, Octavio Ianni (1975, p. 20) analisa que o populismo

(...) está orientado no sentido de evitar que o trabalhador sofra as consequências econômicas, sociais, culturais e políticas em acumulação originária, que ocorria na Rússia, países da Europa Central, Índia, Indonésia, Gana, Senegal, Nigéria e outros, cada uma a seu tempo. Em essência, os movimentos, partidos e governos populistas estavam, ou ainda estão, conforme o caso, inspirados por uma compreensão das relações econômicas, sociais e políticas que se funda na hegemonia do valor de uso. E o valor de uso, nesses casos, é compreendido como uma modalidade politicamente ingênua de valor trabalho. Todas as relações humanas estariam ou deveriam estar referidas, em última instância, ao princípio do uso, colocando-se secundariamente o princípio do valor de troca.

Neste sentido, pode-se compreender que os primeiros casos de populismo estão ligados a contradições e problemas de sociedades que faziam a transição do feudalismo para o capitalismo, especialmente nos países onde esse processo se deu de maneira mais lenta e tardia, por conta de uma inconformidade com as novas relações de troca existentes e da existência de movimentos diversos de contestação do próprio capitalismo que chegavam a países que ainda não haviam consolidado o novo modo de produção em suas sociedades. Um dos primeiros casos de uso da expressão “populismo” para caracterizar um movimento político foi o de um grupo político russo do final do século XIX: os Narodniks, um movimento contrário ao avanço do capitalismo na Rússia, vendo o novo modo de produção como uma maneira de separação do ser humano da natureza, contrariando o que acreditavam ser um elemento fundamental da existência do ser humano (IANNI, 1975). Ao final do século XIX, a Rússia czarista passava por uma instabilidade política que levaria à queda do czarismo e, posteriormente, à Revolução Russa em outubro de 1917. Neste contexto, já havendo um ambiente de questionamento do czarismo e de surgimento de oposições políticas organizadas, começam a haver debates e diferentes visões acerca dos principais problemas causados pelo czarismo, bem como de diferentes formas de se modificar a sociedade russa, sendo um desses grupos os Narodniks – ou populistas –, grupo que pautava como método de ação política o terrorismo organizado e individual com o objetivo de gerar pânico no Czar e fazê-lo tomar atitudes desesperadas (IANNI, 1975; TROTSKY, 2022a). É possível observar referências aos Narodniks em escritos de diversos autores russos que tiveram papel central na Revolução Russa (KRUPSKAYA, 2017; LENIN, 2022; TROTSKY, 2022b). Sobre as origens dos Narodniks, Cilia (2017, p. 14) aponta que

Embalados pelo romantismo nacionalista e por uma postura antiocidental, intelectuais russos conhecidos como narodniki (populistas) passaram a teorizar e militar de acordo com a idéia de que a vida simples do camponês, com seu senso de comunidade (mir) e seu igualitarismo, seria o modelo ideal para uma Rússia presa entre o feudalismo servil e a modernização industrial. Os narodniki foram pioneiros em transformar o etéreo romantismo volkisch de autores como Goethe em uma ideologia política que caracterizasse o povo não apenas como um elemento da teoria democrática ou uma fonte de opinião pública, mas como modelo de sociabilidade comunitária e espaço privilegiado da política.

Os Narodniks, portanto, partiam de uma concepção idealista, que via nas mudanças sociais ocorridas naquele contexto uma desumanização dos russos e uma agressão à cultura e aos valores locais, estes pouco vivenciados por seus principais propositores, uma vez que era

um movimento majoritariamente intelectual com pouca penetração dentre os camponeses, principal fonte de inspiração do movimento (IANNI, 1975; CILIA, 2017). O movimento perdeu força no início do século XX, havendo uma predominância maior de grupos anarquistas e do Partido Operário Social-Democrata Russo dentre as organizações de oposição ao Czar, sendo estas as que lideraram e assumiram o governo após a deposição (CILIA, 2017). Assim, não houve uma experiência política em que os Narodniks estiveram no governo, não sendo possível observar elementos que tenham se repetido ao longo dos governos mais recentes classificados como populistas.

Um caso peculiar é o populismo surgido nos Estados Unidos. Embora tenha ocorrido no mesmo período histórico em que o populismo russo atingira um maior nível de força, em solo estadunidense o populismo se expressou de modo distinto; não como um contraponto ao capitalismo e as relações de troca que passavam a reger a economia, mas como uma reafirmação do capitalismo agrário como motor da sociedade (IANNI, 1975). O Partido Populista surge no século XIX sob a liderança de Andrew Jackson¹⁵, sendo a representação de maior expressão do populismo nos Estados Unidos naquele momento histórico (IANNI, 1975; CILIA, 2017).

O populismo norte-americano, por seu lado, apresenta características peculiares [...]. Ele se desenvolveu entre proprietários e trabalhadores agrícolas, em fins do século XIX. Nessa época o setor capitalista da economia agrária dos Estados Unidos passava por uma crise de superprodução e, ao mesmo tempo, perdia importância relativa e absoluta diante da indústria, do comércio e da finança. É verdade que a ideologia desse populismo valorizava a terra, como a mais importante fonte de riqueza e bem-estar social. E protestava contra os ‘parasitas’ e os ‘ladrões’ que controlavam o comércio, as finanças e o aparelho do Estado, em prejuízo dos ‘verdadeiros produtores’ (IANNI, 1975, p. 21).

O movimento, portanto, era uma reação ao avanço do capital financeiro, industrial e comercial, apoiado nas ideias do economista político francês Quesnay (1984) de que a produção viria exclusivamente da agricultura, por esta não empregar trabalho na transformação da matéria em outra matéria, mas sim na criação de uma nova matéria. Em uma síntese dos primeiros casos observados de populismo, Ianni (1975, p. 22) afirma que “apresentam a peculiaridade de ser uma reação negativa contra a hegemonia da cidade e da indústria sobre o campo e a agricultura”, diferindo-se nos Estados Unidos por defender “o capitalismo agrário,

¹⁵ Sétimo presidente dos Estados Unidos da América, entre 1829 e 1837. Durante seu período no cargo de presidente era filiado ao Partido Democrata.

acima de tudo” e, na Rússia e nos países de um capitalismo ainda incipiente “extremava-se na negação do capitalismo”.

2.2.2 Populismo latino-americano do século XX

O século XX foi marcado na América Latina, em especial na América do Sul, pelo surgimento de diversos governos classificados como populistas, tendência que se encerraria com a ascensão de ditaduras militares na região (IANNI, 1975; WEFFORT, 1980). Segundo Ianni (1975, p. 10), “(...) o populismo é também um processo (político e sócio-cultural a um tempo) com o qual se dá a plena formação das relações de classes nas nações da América Latina”. Neste sentido, pode-se afirmar que o populismo estava arraigado de tal maneira na cultura política da América Latina que definiu os rumos de sua política ao longo do século XX, sendo tema de obras culturais da época, como, por exemplo, o filme *Terra em Transe*¹⁶, de Glauber Rocha. No entanto, o caráter de classe no populismo latino-americano do período não é evidenciado em um primeiro momento, sendo necessária uma análise que difira as movimentações políticas em suas expressões de classe, que segundo Ianni (1975, p. 10-11) se expressam em dois movimentos diferentes:

Em primeiro lugar, é preciso focalizar o populismo das cúpulas, isto é, dos governantes, políticos burgueses profissionais, burguesia nacional, burocratas políticos, pelegos, demagogos. Trata-se do populismo das elites burguesas e da classe média, que utilizam taticamente as massas operárias e os setores e os setores mais pobres da classe média. Esse populismo instrumentaliza as massas trabalhadoras, ao mesmo tempo que manipula as manifestações e as possibilidades de sua consciência. Em situações críticas, esse populismo abandona as massas à própria sorte, sem antes impedir que elas avancem um passo decisivo nas lutas políticas.

Em segundo lugar, é necessário focalizar o populismo das próprias massas, isto é, dos operários, dos migrantes de origem rural, dos grupos sociais pertencentes à baixa classe média, dos estudantes universitários radicais, dos intelectuais de esquerda, dos partidos políticos de esquerda. Em situações normais, parece haver harmonia ampla entre o populismo das massas e o populismo da burguesia. Entretanto, nas ocasiões críticas, quando as contradições políticas e econômicas de aguçam, o populismo das massas pode encaminhar-se para formas revolucionárias. Nessas situações ocorre a metamorfose do movimento de massas em luta de classes.

¹⁶ Filme de 1967 que se passa em uma república fictícia chamada Eldorado, cujo enredo baseia-se na disputa política entre um político conservador, ligado às elites locais, e um emergente líder populista, capaz de angariar apoio e simpatia de parte expressiva da população.

Assim, o populismo latino-americano, pode ser analisado a partir de fontes diferentes, tanto relacionado a classes sociais, quanto ideologias distintas. Se no primeiro caso temos movimentos ligados a elites econômicas e grupos tradicionalmente mais alinhados à direita no espectro político da América Latina, no segundo há uma prevalência de movimentos populares e grupos tradicionalmente mais ligados à esquerda no espectro político. Faz-se necessário, portanto, compreender características e circunstâncias históricas que compõem o populismo da América Latina no século XX.

2.2.2.1 Nacionalismo

Pode-se afirmar que o populismo latino-americano do século XX esteve mais ligado ao nacionalismo, muito vinculado ao nacional-desenvolvimentismo¹⁷ econômico, uma vez que esta característica poderia perpassar o planejamento econômico de políticos de variadas matizes do espectro político, bem como o aceno às massas funcionaria como maneira de aplacar qualquer movimento de natureza revolucionária ou mesmo enquanto política de criação de mercado consumidor local (WEFFORT, 1980). Neste sentido, a política econômica auxiliava na construção de um imaginário nacional ufanista, que apelava ao patriotismo para o surgimento de um consenso social que visa uma solução imaginária para tensões, contradições e conflitos existentes na própria sociedade, opondo-se ao ideal oligárquico e latifundiário e conformando um capitalismo industrial que apontava para o trabalho como uma característica inerente ao povo brasileiro, assim estabelecendo aquelas que seriam as bases do que se propunha a se modificar e a se manter com a Revolução de 1930, no caso brasileiro, por exemplo (CHAUÍ, 2002).

Ianni (1975) aponta que o populismo latino-americano emerge de uma confluência de fatores que conformaram as condições históricas para sua consolidação, sendo estes a predominância do nacionalismo econômico, as lutas anti-imperialistas na região, o surgimento de burguesias nacionais com capacidade de atuação política e a contraposição de forças políticas diversas contra as estruturas oligárquicas que dominaram a região até o início do século XX. O nacionalismo dos regimes populistas, portanto, se configura de forma ambígua, agregando interesses de diversas frações de classe e de grupos políticos, tendo momentos de

¹⁷ Doutrina econômica que caracteriza o Estado como motor do desenvolvimento econômico nacional, sendo muito popular na América Latina no século XX até a consolidação do neoliberalismo e do Consenso de Washington. Ganha força após o fracasso do liberalismo clássico e a quebra da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, em 1929, e com a consolidação da teoria econômica de John Maynard Keynes.

estabilidade e instabilidade política, conforme os interesses de classe pudessem convergir ou divergir dentro do projeto nacional (IANNI, 1975). Neste sentido, a aliança de classes em torno de um projeto político populista é frágil e tende a se fragmentar rapidamente, pois, como Ianni (1975, p. 52) aponta,

(...) o nacionalismo populista não é muito tenaz. Em nenhum dos países em que o nacionalismo se concretizou em nacionalizações audaciosas (por exemplo México e Bolívia) o governo persistiu nessa direção. Ele não adotou outras medidas econômicas consequentes com a emancipação econômica do país, que seria, por suposto, o fundamento da nacionalização.

Neste sentido, um dos eixos que servem de base para a ascensão de um projeto político populista, o anti-imperialismo, não se sustenta em longo prazo, levando-se em conta a dependência econômica dos países latino-americanos em relação às potências imperialistas, em especial os Estados Unidos (FERNANDES, 1975; IANNI, 1975; MARINI, 2008). Neste sentido, tanto a classe trabalhadora quanto a burguesia nacional que participam da articulação em torno do projeto populista perdem força por conta da unicidade frágil interna e de suas frações de classe, acentuado por serem classes ainda em formação e pouco consolidadas nas especificidades do capitalismo na América Latina, que torna o projeto nacionalista débil de um projeto econômico que sustente de fato o desenvolvimento do país (IANNI, 1975). O nacionalismo, portanto, se configura como um elemento de coesão do país em torno de uma questão abstrata e subjetiva ligada a um apelo à sensação de pertencimento, uma vez que o apelo ao projeto de país próspero e desenvolvido não é unísono e há pouco consenso acerca de como consolidar esse desenvolvimento. Na mesma medida, pode-se encontrar pouca semelhança no nível de nacionalismo e de interferência do Estado na economia em cada uma das experiências populistas da América Latina ao longo do século XX.

2.2.2.2 O povo

A visão de que a política deve expressar a vontade do povo é uma das premissas mais basilares da democracia em sua origem, visto que uma das partes que compõe a palavra é *demos*, que significa “povo” em grego, bem como um dos motivos de haver grandes ressalvas acerca da democracia, tanto na Grécia quanto na criação do sistema político representativo nos Estados Unidos após a Revolução Americana, é a de que o povo não saberia governar e utilizaria o poder em causa própria, resultando em uma realidade caótica e disfuncional quanto à

objetividade da política (LIMONGI, 2001; LOSURDO, 2004; 2006; RIBEIRO, 2013). Com o passar do tempo e a consolidação da democracia liberal como modelo político e institucional a partir dos mesmos mecanismos criados para impedir o acesso do povo ao poder político, a centralidade da democracia passou a ser não mais o povo, mas as instituições como objeto de preservação e intocabilidade (LOSURDO, 2004; CASULLO, 2014). Ao analisar essa dicotomia entre a ascensão das instituições e declínio do povo, María Esperanza Casullo (2014) faz uma análise das citações às duas expressões no Google Books¹⁸, através da ferramenta Google Ngram Viewer em livros publicados entre os anos 1500 e 2000. Sobre os resultados, a autora aponta que

(...) da cierto espesor intuitivo a un derrotero histórico: el concepto de “pueblo” es anterior al de “instituciones”, sin embargo, el desarrollo de la modernidad y la globalización de la democracia liberal como modelo político a partir del fin de la Segunda Guerra Mundial se correlacionan con un aumento de las menciones a las instituciones y un descenso de las menciones al Pueblo (CASULLO, 2014, p. 279).¹⁹

Neste sentido, a centralidade da análise e das ações políticas nas instituições leva a um afastamento, bem como déficit de representatividade da população para com a política institucional, abrindo espaço para o surgimento e ascensão de lideranças populistas que façam apelos diretos ao povo, mobilizando o imaginário social acerca da política institucional, das lideranças políticas e do funcionamento da democracia. Faz-se necessário ressaltar que, no caso do populismo latino-americano do século XX, o fator de unidade contra o *status quo* político era a contrariedade ao atraso econômico e social de cada país, reunindo frações de classes diversas (IANNI, 1975).

No populismo estão presentes setores da burguesia industrial e do proletariado urbano, militares, grupos de classe média, intelectuais, estudantes universitários e, em alguns países, também camponeses e o proletariado rural (IANNI, 1975, p. 136).

Neste sentido, há uma tentativa de conciliação entre classes para que se firme uma paz social e sejam aplacados possíveis conflitos, com o intuito de desenvolver o país sem que haja

¹⁸ Plataforma da empresa Google que, atualmente, conta com o maior acervo conhecido de livros do mundo, ainda que em formato digital.

¹⁹ Em tradução livre: “dá uma certa espessura robustez a uma trajetória histórica: o conceito de ‘povo’ é anterior ao de ‘instituições’, porém, o desenvolvimento da modernidade e a globalização da democracia liberal como modelo político desde o fim da Segunda Guerra Mundial são correlacionados com o aumento nas menções a instituições e uma diminuição nas menções ao Povo”.

tensões políticas internas. Assim, no Brasil, surgem as bases para a criação de um imaginário de povo brasileiro mítico, surgindo um nacionalismo que se contrapunha ao ideal oligárquico vigente (WEFFORT, 1980; CHAUI, 2002).

Diversos escritores, em particular os ideólogos do nacionalismo, fizeram-no o bastante para que a noção democrática do povo como substrato real do poder se tornasse, naquela época um dado da consciência política brasileira. Os nacionalistas, em realidade, chegaram a ir mais longe, pois viram no povo a categoria essencial, a realidade básica da nossa história e estabeleceram, a partir daí, uma ideologia política e mesmo uma filosofia (WEFFORT, 1980, p. 16-17).

No entanto, a ideia de se criar um ambiente de harmonia entre classes, apoiando-se no nacionalismo, não resiste por muito tempo frente às contradições de classe e não cumprimento de acordos ou de expectativas acerca da nova configuração do poder político. É comum, portanto, nas experiências latino-americanas que haja um rompimento da paz social desejada por conta das contradições que surgem quando da condução da política econômica e social pelos governos populistas (IANNI, 1975). Isso não significa, entretanto, que as tensões sociais criem permanente instabilidade política ou possam gerar descontentamento por parte das massas para com o governante, visto que a inexistência de algum tipo de identificação do povo para com o líder inviabiliza em grande parte o projeto populista. Do contrário, o populismo se sustenta até o momento em que é possível manter as contradições e ganhos econômicos da burguesia com políticas que tragam melhora de vida, ganhos econômicos e direitos sociais (IANNI, 1975). Outra forma de conter insatisfações por setores da classe trabalhadora foi a implementação do sindicalismo de Estado²⁰, forma de limitar qualquer modo de organização dos trabalhadores a instrumentos e instituições reconhecidas pelo Estado, transformando até mesmo greves em movimentos que necessitam de legitimidade legal e de uma série de entraves burocráticos, ou mesmo na criação de sindicatos e centrais pelegos, que já fossem diretamente ligados ao poder central, sendo estas as únicas com trânsito político para apresentar reivindicações ao mesmo tempo que podem ser utilizadas para aplacar insatisfações e apresentar justificativas oficialistas aos trabalhadores para os problemas enfrentados (IANNI, 1975). Assim, cria-se uma via de duplo sentido em que o líder populista é ao mesmo tempo a

²⁰ Forma de organização sindical de origem na política sindical criada por Benito Mussolini na Itália, em que todos os aspectos e prerrogativas de um sindicato estão atrelados ao Estado, cabendo a este a tutela do que é permitido e negado à prática sindical (BOITO, 2021).

representação do povo, mas também alguém que está acima, é superior aos demais. É necessário, então, entender melhor essa figura.

2.2.2.3 O líder carismático

Casullo (2019, posição 468) aponta que todos os governos classificados como populistas têm como característica se tratar

(...) de fenómenos políticos en los cuales confluyen un líder con fuerte personalismo y centralidad política, que suscita el apoyo de un colectivo de individuos movilizados (la mayor parte de las veces activamente y en el espacio público) detrás de un discurso antagonista que divide el campo político entre un “nosotros” popular y un “ellos” (la élite).²¹

O líder carismático, portanto, seria o encarregado de representar o povo e lutar por melhoras e conquistas frente a uma elite política corrupta e afastada das massas, não sendo ciente de seus anseios. Neste sentido, parte da maneira como o líder político populista se relaciona com o povo é por meio da criação de uma mitologia própria, não necessariamente verbalizada por este mesmo, em que a trajetória da pessoa se mescla com a trajetória do povo – ou pelo menos em partes de elementos que são caros ao imaginário social – e com a mitologia de grandes heróis nacionais (ou até mesmo religiosos), com o intuito de afirmar sua imagem ao mesmo tempo como alguém que é igual ao povo, carrega em si seus hábitos e sua simplicidade, mas também é alguém que atingiu um patamar inalcançável, transformando-se em uma figura digna de folclore e de veneração (CASULLO, 2019). Gomes (2001, p. 39) aponta que a relação do líder populista com o povo remeteria a um compromisso que se aplica em

(...) duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. [...] fica muito claro que o compromisso/apelo às massas - segmentos urbanos em geral - é um recurso para encontrar suporte e legitimidade em situação de crise de instabilidade, de incerteza política. Por isso, a categoria chave para descrever a relação que se estabelece entre líder e massas é a de “manipulação

²¹ Em tradução livre: “de fenômenos políticos nos quais convergem um líder com forte personalismo e centralidade política, que conquista o apoio de um grupo de indivíduos mobilizados (na maioria das vezes, ativamente e no espaço público) através de um discurso antagônico que divide o campo político entre um ‘nós’ popular e um ‘eles’ (a elite)”.

populista”, remetendo à idéia básica de controle e tutela do Estado, mas assumindo certas especificidades que exigem exame mais cuidadoso.

Assim, a América Latina propiciou o surgimento de diversas lideranças populistas que permeiam o imaginário popular até hoje, sendo figuras de referência para partidos políticos e lideranças de diversos pontos do espectro político, tais como Getúlio Vargas (Brasil), Juan Domingo Perón (Argentina), Lázaro Cárdenas (México), Víctor Paz Estenroso (Bolívia) e Velasco Ibarra (Equador), entre muitos outros. Embora todos sejam líderes populistas, a chegada ao poder político dessas lideranças ocorreu de maneiras diferentes. Cárdenas e Perón chegam à presidência de seus respectivos países mediante eleições, dentro da institucionalidade política; já Vargas chega à presidência mediante um golpe de Estado, contestando a própria derrota eleitoral e se mantém na presidência com um autogolpe, em 1937, conhecido como Estado Novo (IANNI, 1975). Ele ainda voltaria à presidência pelo voto popular, em 1951. Já Estenroso assume a presidência após uma revolução liderada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário²² (MNR), enquanto Ibarra alterna golpes de Estado com eleições democráticas (IANNI, 1975). A chave para compreender um líder populista, portanto, não está na forma como este chega ao governo, mas sim em como este governa e como, uma vez exercendo o poder político, o líder populista se relaciona com as massas. Do mesmo modo, pode-se considerar que, no espectro ideológico, não há convergência entre as experiências de governos populistas na América Latina do século XX, uma vez que muitas das políticas adotadas foram ambíguas, ofuscadas pela conciliação de classes, e classificá-los em direita ou esquerda é motivo de debates que ainda hoje não chegaram a um consenso (GOMES, 2001).

Nesse quadro político - em que o Estado, através dos líderes populistas, se põe em contato direto com as massas -, não há lugar de destaque para as ideologias. Os aspectos decisivos da luta política - as formas de aquisição e preservação do poder - estão vinculadas a uma luta entre personalidades (WEFFORT, 1980, p. 54).

Por personalizar a política, os governos populistas acabam por suplantam a influência e a importância dos partidos políticos na sociedade, sendo pouco relevante a configuração institucional, havendo uma supressão, por vezes legalizada, dos partidos políticos de oposição e pouco peso no cenário político do próprio partido do líder populista, uma vez que sua

²² Partido político boliviano, ainda existente nos dias de hoje, embora com pouca relevância no cenário político boliviano atual. Os últimos governos do MNR foram marcados pelo abandono da política anti-imperialista e adesão ao consenso de Washington e ao neoliberalismo.

influência política é maior do que a de seu partido e o único ponto de unidade do partido é a figura do líder (IANNI, 1975; GOMES, 2001; CASULLO 2014; 2019).

2.2.3 O populismo contemporâneo

O conceito de populismo parecia, até o início dos anos 2000, defasado, sendo praticamente abandonado na Ciência Política. Diante de uma nova realidade em que as ditaduras militares da América Latina pareciam superadas, o regime democrático se consolidava institucionalmente, mesmo que com pontuais revezes, bem como o modelo neoliberal e as políticas econômicas impostas via FMI²³ ou via Consenso de Washington eram aplicadas por todos os governos que se alternavam por via de eleições livres e mesmo as lideranças políticas mais caricatas ou não alinhadas a este modelo não demonstravam potencial eleitoral ou de liderar tomadas de poder por meio da força (GOMES, 2001; CASULLO, 2014). Parecia que o sonho eurocêntrico de a América Latina operar como uma cópia idêntica do modelo superior de democracia praticado pelas longevas democracias europeias finalmente se concretizava e a região não mais seria alvo de políticas de irresponsabilidade fiscal ou voltadas a problemas pouco relevantes, tais como fome, miséria e desemprego. No entanto, o surgimento de governos que não seguiam completamente as recomendações do FMI, que buscavam uma política econômica menos dependente de empréstimos internacionais e adotavam políticas sociais mais ostensivas, fez ressurgir o conceito de populismo – primeiramente no senso comum, como algo pejorativo e, posteriormente, na própria Ciência Política, como categoria de análise – e, posteriormente, potencializado pelos impactos da crise econômica de 2008 na política mundial, uma vez que esta propiciou a ascensão ao governo de políticos de extrema-direita mesmo em democracias duradouras e consideradas consolidadas (GOMES, 2001; LACLAU, 2005; CÍLIA, 2017, CASULLO, 2014; 2019). A retomada do conceito na Ciência Política se deu de forma progressiva, ganhando cada vez mais espaço nas análises e debates públicos, especialmente a partir da eleição de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos e do plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia, ambos em 2016 (CASULLO, 2014; 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019). Paralelamente à retomada do conceito de populismo nas Ciências Sociais, houve uma pluralidade de autores e de

²³ Fundo Monetário Internacional, criado na Conferência de Bretton Woods, em 1944, com o objetivo de regular e manter a estabilidade da economia mundial. Na prática, contudo, é um meio indireto de imposição de políticas econômicas e fiscais de potências econômicas e geopolíticas a países subdesenvolvidos em troca de empréstimos e financiamentos.

interpretações acerca do que é o fenômeno do populismo, que características compartilham governos populistas e que governos poderiam ser considerados populistas – o que não é nada exótico às Ciências Sociais, visto que muitos dos principais conceitos empregados são polissêmicos –, havendo desde autores que se aproximam muito da definição de populismo de teóricos do século XX até aqueles que consideram que as novas formas de populismos existentes no mundo atual possuem poucas características em comum com os populismos clássicos, adotando uma nova forma de conceituar o populismo, mais adequado à contemporaneidade (LACLAU, 2005; CASULLO, 2014; 2019; CILIA, 2017; RIVEROS-F, 2018; NORRIS; INGLEHART, 2019). Neste sentido, faz-se necessário recuperar parte desse debate a fim de compreender seu uso histórico, bem como compreender como o conceito de populismo pode ser definido hoje.

2.2.3.1 O conceito de populismo

Um dos primeiros estudos considerados precursores na compreensão daquilo que posteriormente seria caracterizado como populismo, entendendo-o como um fenômeno político relativo ao contexto latino-americano²⁴, embora a palavra populismo não seja mencionada em momento algum, é um texto chamado *Democracia Representativa y Clases Populares*, de Gino Germani, de 1961. Nele, o autor analisa fatores históricos que fazem com que os países latino-americanos não tenham um sistema político representativo cuja democracia seja tão consolidada quanto nos padrões europeus, a partir de uma concepção eurocêntrica de institucionalidade política. Germani (1973, p. 14-15) aponta que

La evolución de los países iberoamericanos puede ser resumida como una serie de seis estadios sucesivos y, por consiguiente, el estado actual de cada país puede ser determinado con respecto al estadio al que haya llegado en el proceso de transición. [...] Los seis estadios son los siguientes:
I Guerras de liberación y proclamación formal de la independencia.
II Guerras civiles, caudillismo, anarquía.
III Autocracias unificantes.
IV Democracias representativas de participación "limitada".
V Democracias representativas de participación "extensa".
VI Democracias representativas de participación "total"
VIa (Como una alternativa posible de estas tres formas

²⁴ Aqui entende-se que os populismos de Estados Unidos e Rússia são tipos particulares, uma vez que a alcunha de “populista” foi cunhada pelos próprios movimentos, não sendo, portanto, um fenômeno político de grande abrangência. Destarte será compreendido o fenômeno do populismo conforme os estudos que o analisam como um movimento cuja relevância política se configura para além de movimentos localizados e isolados historicamente.

de democracia): Revoluciones "nacionales-populares".²⁵

Segundo o autor, a transição do terceiro para o quarto estágio do desenvolvimento nacional foi marcada por uma integração das camadas populares à política institucional a partir de sua mobilização em torno das revoluções nacional-populares, violando a ordem natural que seria a de incorporação das massas via representação política, fenômeno que identifica como inerente ao desenvolvimento democrático de sociedades pouco avançadas e com uma classe média ainda incipiente em sua consolidação, caso dos países latino-americanos (GERMANI, 1973). Germani é considerado pioneiro em análises acerca do fenômeno do populismo por trazer importantes contribuições acerca da relação entre as massas e a figura do líder político carismático, uma vez que sua explicação acerca da incorporação das massas ao sistema político com as especificidades da América Latina abarca elementos que mostram as razões para que dirigentes políticos populistas tenham reconhecimento e respeito das massas, já que assume um papel de promotor dos direitos políticos e sociais para uma parcela da população até então ignorada e desassistida, baseado em um ideal de nação una e indivisível onde as pessoas possam ter algo em comum com o qual se identifiquem e que dê significado para a ação política.

Torcuato di Tella foi um dos primeiros autores a analisar o fenômeno do populismo utilizando esta expressão para definir uma série de movimentos políticos que poderiam ser observados em diversos países subdesenvolvidos. Para o autor, nos países desenvolvidos há uma confluência de um liberalismo político implementado de forma exitosa e de um movimento sindical forte e capaz de organizar os trabalhadores, entretanto,

(...) este esquema no puede funcionar en absoluto en las zonas subdesarrolladas del mundo. En lugar del liberalismo o el obrerismo hallamos una variedad de movimientos políticos que, a falta de un término más adecuado, han sido a menudo designados con el concepto múltiple de "populismo" (DI TELLA, 1973, p. 39).²⁶

²⁵ Em tradução livre: "A evolução dos países ibero-americanos pode ser resumida em uma série de seis etapas sucessivas e, conseqüentemente, o estado atual de cada país pode ser determinado em função da etapa que atingiu no processo de transição. [...] As seis etapas são as seguintes:

I Guerras de libertação e proclamação formal da independência.

II Guerras civis, caudilhismo, anarquia.

III Autocracias Unificadoras.

IV Democracias representativas de participação 'limitada'.

V Democracias representativas com 'ampla' participação.

VI Democracias representativas de participação 'total'

Vla (como uma possível alternativa dessas três formas de democracia): revoluções 'nacional-populares'."

²⁶ Em tradução livre: "este esquema não pode funcionar nas áreas subdesenvolvidas do mundo. No lugar do liberalismo ou do obreirismo, encontramos uma variedade de movimentos políticos que, por falta de um termo melhor, têm sido frequentemente designados pelo conceito múltiplo de 'populismo'."

Neste sentido, o populismo se configura como um fenômeno presente em concepções tanto de esquerda quanto de direita, não havendo uma vinculação a ideologias específicas, bem como não é um fenômeno que pode ser explicado unicamente por conta do subdesenvolvimento, uma vez que ele se relaciona não a este estágio, mas sim a sua relação de dependência com países desenvolvidos, uma vez que estes começam a se desenvolver a ponto de iniciar sua inserção no mercado mundial. Assim, para se compreender a forma como concebe o conceito de populismo, o autor aponta que

(...) es un movimiento político con fuerte apoyo popular, con la participación de sectores de clases no obreras con importante influencia en el partido, y sustentador de una ideología anti-status quo. Sus fuentes de fuerza o "nexos de organización" son:

- I. Una élite ubicada en los niveles medios o altos de la estratificación y provista de motivaciones anti-status quo.
- II. Una masa movilizada formada como resultado de la "revolución de las aspiraciones", y
- III. Una ideología o un estado emocional difundido que favorezca la comunicación entre líderes y seguidores y cree un entusiasmo colectivo (DI TELLA, 1973, 47-48).²⁷

Neste sentido, haveria três tipos de populismo: um controlado por uma elite militar, clerical e/ou oligárquica com alguma legitimidade popular; um segundo que teria a predominância de setores intelectuais e de camadas econômicas mais baixas e um terceiro que teria no exercício do poder político os mesmos grupos do primeiro, porém sem grande apoio popular, sendo necessário o uso da força para a imposição do poder. Mesmo na época o autor já reconhecia a fragilidade do conceito de populismo diante da diversidade de governos classificados como populistas e da falta de homogeneidade presente na maioria destes. Ainda assim, aqui se observam alguns elementos que constituem governos populistas, tais como a existência de uma massa mobilizada, uma postura antissistema e a presença de um líder carismático que dê sentido à massa que o apoia em torno de ideais nacionalistas.

No Brasil, destacam-se Francisco Weffort, sendo seu principal livro sobre o tema O populismo na política brasileira, e Octávio Ianni, com A formação do Estado populista na

²⁷ Em tradução livre: “é um movimento político com forte apoio popular, com a participação de setores não operários com grande influência no partido, e adepto de uma ideologia anti-status quo. Suas fontes de força ou ‘laços organizacionais’ são:

- I. Uma elite localizada nos níveis médio ou superior da estratificação e provida de motivações anti-status quo.
- II. Uma massa mobilizada formada como resultado da 'revolução das aspirações', e
- III. Uma ideologia generalizada ou estado emocional que incentiva a comunicação entre líderes e seguidores e cria entusiasmo coletivo”.

América Latina e o texto *Populismo y relaciones de clase* (presente no livro *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*), nas pesquisas sobre o fenômeno do populismo na América Latina do século XX. Weffort (1980) entende o populismo como uma confluência entre uma forma de governar e uma política de massas, a partir de uma proletarização de camadas sociais até então rurais e empobrecidas, sendo o líder um representante da insatisfação com a ordem até então estabelecida bem como um símbolo desse momento de ascensão e integração dos trabalhadores ao meio urbano, cuja participação política se inicia no processo que leva o líder ao poder político e se mantém na relação do líder com a massa. Entretanto, o autor não vê o populismo como um movimento revolucionário, mas sim como uma reconfiguração política que objetiva a manutenção das elites no poder, criando uma nova liderança que, concomitantemente, mantenha uma política que atenda seus interesses e tenha boa aceitação popular, a fim de aplacar qualquer revolta, incorporando novos atores políticos e classes sociais na disputa institucional (WEFFORT, 1980). Ao abordar a questão sindical e analisar a maneira como a organização dos trabalhadores fora tutelada pelo estado, Weffort (1980, p. 20) aponta que “Esta falta de autonomia das organizações sindicais é apenas um aspecto da dependência política das organizações populares em geral (inclusive as partidárias) em face do poder constituído no Estado ou das regras de jogo ditadas pelos grupos no poder”. Assim, o Estado não apenas assumia um papel de organizador dos trabalhadores, mas também de legitimador e de árbitro das possibilidades e formas de luta política possíveis. Neste sentido, não apenas o governante e o líder carismático assumiam um formato populista, mas também o Estado se moldava a esta forma de fazer política, perpetuando uma relação populista entre as massas e o governo. Já Ianni (1975) compreende o populismo como um movimento antissistema, sem poder ser encaixado dentro de um espectro político de direita e esquerda, podendo ocorrer em governos de ideologias diversas, entendendo o populismo como um fenômeno presente em nações emergentes.

Por otra parte, y simultáneamente, las manifestaciones más notables del populismo aparecieron en la fase crítica de la lucha política de aquellas clases sociales surgidas en los medios urbanos y en los centros industriales contra las oligarquías y las formas arcaicas del imperialismo. En este sentido, el populismo es un movimiento de masas que aparece en el centro de las rupturas estructurales que acompañan a las crisis del sistema capitalista mundial y las correspondientes crisis de las oligarquías latinoamericanas. Las nuevas relaciones de clase comienzan a expresarse de un modo mucho más abierto

cuando las rupturas políticas y económicas (internas y externas) debilitan decisivamente el poder oligárquico (IANNI, 1973, p. 85).²⁸

O autor explica a relação entre classes sociais, entendendo que, no populismo, há uma cooptação da classe trabalhadora, onde

As forças políticas do populismo tendem a conferir ao Estado funções peculiares, que aparecem tanto em sua versão democrática, como na ditatorial. Dentre essas funções, uma sobressai às outras. Dá-se preeminência à organização sindical vinculada ao aparelho estatal. Isto significa que as organizações não populistas são marginalizadas ou mesmo suprimidas. Ao mesmo tempo, o governo reformula os requisitos funcionais e organizatórios do sindicalismo, para mantê-lo dependente do aparelho estatal e limitado às finalidades da política populista (IANNI, 1975, p. 131).

O autor converge com Weffort na compreensão de que o populismo na América Latina teve um processo de institucionalização das relações, transformando o caráter do Estado e moldando as relações entre classes, apontando que “Uma das peculiaridades do Estado populista é a combinação *sui generis* dos sistemas de mobilização e controle das massas assalariadas urbanas – quando não também rurais – com o aparelho estatal, especificamente o poder Executivo” (IANNI, 1975, p. 125). A classe trabalhadora, portanto, é integrada ao Estado por meio de um corporativismo e, ao mesmo tempo, de uma restrição a sua possibilidade de atuação e de organização, uma vez que o Estado passa a controlar as ações possíveis de sindicatos e centrais sindicais por meio da legislação trabalhista, que, contraditoriamente, também foi responsável pela extensão e pela criação de direitos, até então inexistentes ou muito limitados, aos trabalhadores.

Após essa profusão de análises e pesquisas sobre governos populistas, o conceito perdeu espaço e importância dentro das Ciências Sociais, sendo pouco utilizado ou, quando utilizado, o feito de modo mais comprometido com a estigmatização de lideranças políticas do que com uma análise criteriosa acerca do populismo enquanto fenômeno político, excetuando alguns autores que trabalharam seriamente com este conceito entre os anos 1990 e o início dos anos 2000. Até o início dos anos 2010, o fenômeno do populismo foi estudado enquanto uma

²⁸ Em tradução livre: “Por outro lado, e simultaneamente, as manifestações mais marcantes do populismo surgiram na fase crítica da luta política das classes sociais que surgiram nas áreas urbanas e nos centros industriais contra as oligarquias e as formas arcaicas de imperialismo. Nesse sentido, o populismo é um movimento de massa que surge no centro das rupturas estruturais que acompanham as crises do sistema capitalista mundial e as correspondentes crises das oligarquias latino-americanas. As novas relações de classe começam a se expressar de forma muito mais aberta quando rupturas políticas e econômicas (internas e externas) enfraquecem decisivamente o poder oligárquico”.

especificidade de países subdesenvolvidos e, quando trabalhado como uma característica pejorativa de líderes políticos, como um sinal de atraso político, de não desenvolvimento da institucionalidade e da cultura política do país (LACLAU, 2005). Entretanto, nos últimos anos surgem fenômenos políticos nas principais potências políticas do mundo, bem como em países em que se acreditava possuírem uma democracia madura e estável, o que levou a análises acerca do populismo não mais enquanto um fenômeno político de países periféricos, mas como algo em ascensão em países desenvolvidos (CASULLO, 2014; 2019; CILIA, 2017; NORRIS; INGLEHART, 2019; MOUFFE, 2019). Assim, o conceito de populismo é recuperado, tornando-se ainda menos homogêneo e agregando mais características dúbias acerca de sua classificação (CASULLO, 2019). Laclau foi um dos autores responsáveis pela retomada do conceito de populismo, ganhando destaque a partir de seu livro *A razão populista*. Nele, o autor aponta que a insuficiência de uma definição mais precisa acerca do conceito de populismo leva a uma definição ampla de tal maneira que seria possível definir como populista qualquer governo de qualquer país ao longo da história, uma vez que, em maior ou menor grau, qualquer governante toma decisões levando em consideração a opinião popular, bem como goza de prestígio e exerce certa influência sobre seus eleitores (LACLAU, 2005). De fato, com as reinterpretações acerca do fenômeno do populismo, especialmente a partir de sua retomada nos anos 2000, a definição acerca do que é ou não populismo e de que governos são ou não populistas parecem cada vez menos precisas e mais amplas, sendo inclusive questionando a sua utilização, o que levou a debates acerca de sua pertinência para analisar fenômenos políticos contemporâneos (CASULLO, 2014). A partir disso, um dos caminhos naturais que se poderia seguir é o de chegar à conclusão de que, para compreender o fenômeno do populismo, deve-se chegar à definição mais estreita e concisa acerca do fenômeno, reduzindo o seu escopo e chegando à operacionalização definitiva. Entretanto, assim como todo conceito polissêmico empregado nas Ciências Sociais, esse esforço seria inócuo, diante da origem difusa e da ampla gama de definições hoje existentes acerca de seu significado. Diante disso, a melhor escolha é a de seguir o trajeto de Laclau (2005) e Mouffe (2019) que preconizam não o embate contra a complexidade e amplitude do conceito, mas a sua aceitação e o uso deste reconhecendo essas características.

Laclau (2005) compreende o populismo como um modo específico de se fazer política, engendrado em uma performance baseada em uma narrativa dicotômica de “nós” contra “eles” e articulada de maneira central à linha política, podendo essa centralização caber ao líder carismático ou mesmo ao partido e um grupo reduzido de lideranças, cujo afeto empregado na

mobilização da massa é a lealdade e não ideias programáticas acerca da política a ser aplicada na gestão do governo. Ao apontar o que compreende por populismo, Laclau (2005, p. 150) afirma que “por ‘populismo’ no entendemos un tipo de movimiento – identificable con una base específica o con una determinada orientación ideológica – sino una lógica política”²⁹. Neste sentido, o autor rechaça qualquer tentativa de atribuição pejorativa ao fenômeno do populismo: “El populismo no sólo ha sido degradado también ha sido denigrado. Su rechazo ha formado parte de una construcción discursiva de cierta normalidad, de un universo político ascético del cual debía excluirse su peligrosa lógica”³⁰. (LACLAU, 2005, p. 35). O populismo, portanto, seria um epifenômeno relacionado à maneira como as massas interagem com as lideranças políticas, a partir de um processo de sentimentos (decepção, impotência, sensação de exclusão, desamparo...) que levam a uma frustração para com os processos políticos e a construção de uma figura que mobiliza esses sentimentos a fim de se colocar como o representante dessa parcela rejeitada em detrimento de um grupo (o eles) cujo qual seria privilegiado, tendo a atenção do Estado para com suas demandas. Assim, se configura uma diferenciação em torno de uma parcela do povo que seria representativamente legítima enquanto povo: “A fin de concebir al ‘pueblo’ del populismo necesitamos algo más: necesitamos una *plebs* que reclame ser el único *populus* legítimo – es decir, una parcialidad que quiere funcionar como la totalidad de la comunidad”³¹ (LACLAU, 2005, p. 108). O populismo se expressa nas formas discursivas de se fazer política, de se construir demandas e de se comunicar com a população, sendo um fenômeno que independe do sistema político, de ideologias e de política econômica aplicada pelo governo, sendo algo possível de surgir, adormecer e ressurgir em qualquer sociedade em que haja um déficit entre a satisfação popular para com as instituições e lideranças políticas e a perpetuação de um modelo de governo que se retroalimenta sem a renovação política (não apenas de ocupantes de cargos públicos, mas também de ideias e de formas de conduzir politicamente o país e de se relacionar com a população em geral) necessária para que a representação não perca sua legitimidade. Neste sentido, não é necessário haver crise institucional ou grandes rupturas – embora isso não seja uma condicionante negativa –, mas sim uma insatisfação crescente para com estes, ou seja, mais do que o arranjo institucional é

²⁹ Em tradução livre: "por 'populismo' não entendemos um tipo de movimento - identificável com uma base específica ou com uma certa orientação ideológica - mas uma lógica política".

³⁰ Em tradução livre: “O populismo não foi apenas rebaixado, também foi denegrado. Sua rejeição fez parte de uma construção discursiva de uma certa normalidade, de um universo político ascético do qual sua lógica perigosa deveria ser excluída”.

³¹ Em tradução livre: “Para conceber o ‘povo’ do populismo, precisamos de outra coisa: precisamos de uma *plebs* que pretenda ser o único *populus* legítimo - isto é, uma parcialidade que queira funcionar como a totalidade da comunidade.”

necessário analisar a maneira como a população se relaciona e o quanto ela compreende e concorda com a forma como a institucionalidade opera.

2.2.3.2 Onda conservadora e populismo algorítmico

A alternância de poder em democracias minimamente estáveis e consolidadas durante o século XX e início do século XXI se dava em um ambiente politicamente controlado, com pouca margem para projetos diversos, convergindo para o centro, mesmo que com características e ideologias pontualmente diferentes dos partidos políticos vencedores, fato que se consolidava pelos próprios mecanismos políticos ou pelo financiamento dessas forças políticas (LOSURDO, 2004; MOUFFE, 2019). Neste sentido, os governos do final do século XX e início do século XXI implementavam políticas econômicas neoliberais, uma vez que este era tido como o modelo único a ser seguido e, mesmo governos considerados progressistas, seguiam orientações econômicas guiadas pela austeridade fiscal, retirada de direitos sociais e trabalhistas (MOUFFE, 2019).

O crescimento de forças políticas populistas na Europa e nos Estados Unidos é atribuído à insatisfação com a implementação do neoliberalismo e a inexistência de uma oposição política a este modelo, tratando seus efeitos como inevitáveis, uma vez que se consolidava o fenômeno da pós-política³², onde se alegava que

(...) o modelo confrontacional da política e a oposição esquerda-direita tinham se tornado obsoletos, celebrando o “consenso no centro” entre centro-direita e centro-esquerda, o então chamado “centro radical” promoveu uma forma tecnocrática de política de acordo com a qual a política não seria mais um confronto partidário, mas a administração neutra dos negócios públicos (MOUFFE, 2019, posição 201).

Assim, abriu-se espaço para forças políticas que manifestavam inconformidade com os efeitos deste modelo e propunham soluções políticas (mesmo que carregadas de preconceito e ineficazes) para os problemas gerados por anos de neoliberalismo. Em diferentes sistemas de governo e situações políticas, na década de 2010 pode-se observar o fortalecimento de partidos políticos de extrema-direita ou mesmo o crescimento de valores e políticas de apelo autoritário dentro de partidos tradicionais de direita, em uma onda conservadora impulsionada,

³² Ver Mouffe (2015).

paradoxalmente, por manifestações de rua originalmente de caráter contestatório do início da década de 2010.

Como exemplos mais evidentes da onda conservadora em âmbito mundial, se tem a eleição de Donald Trump, em 2016; a votação pelo Brexit, em 2016, e subsequente sucessão na liderança do Partido Conservador, em 2019; a eleição e radicalização do governo de Viktor Orban; o crescimento da representação parlamentar de partidos de extrema-direita em diversos países da Europa e a eleição de líderes de extrema-direita em diversos países, como apontam Norris e Inglehart (2019). Mouffe (2019) aponta o crescimento do conservadorismo como uma reação ao avanço de pautas progressistas, tais como liberalização da imigração, igualdade de gênero, assimilação da diversidade sexual e combate ao racismo, uma vez que estes passam a ser considerados como políticas pertencentes a um *status quo* rejeitado.

Os populistas de direita não tratam da demanda por igualdade e constroem um “povo” que exclui numerosas categorias, normalmente imigrantes, vistos como uma ameaça à identidade e à prosperidade da nação (MOUFFE, 2019, posição 454).

Assim, aqueles que defendem valores contrários passam a construir uma plataforma política que se apresenta como antissistema, uma vez que passa a rejeitar consensos anteriormente construídos que ganharam rejeição ao longo dos anos com base em preconceitos sociais (MOUFFE, 2019). Do mesmo modo Norris e Inglehart (2019) apontam a rejeição ao politicamente correto, à globalização, ao feminismo, a estilos de vida diversos e ao multiculturalismo como impulsionadores do conservadorismo em ascensão na década de 2010, uma vez que estes são compreendidos como causas dos problemas e estão associados a uma elite liberal com valores pervertidos. Segundo Mouffe (2019, posição 205),

A globalização neoliberal foi vista como um destino que tínhamos de aceitar, e as questões políticas foram reduzidas a meras questões técnicas, com as quais os especialistas lidariam. Não se deixou espaço para que os cidadãos tivessem a verdadeira possibilidade de escolha entre diferentes projetos políticos, e seu papel limitou-se a aprovar as políticas “racionais” elaboradas pelos especialistas.

Assim, o populismo de direita apresenta não apenas uma rejeição verbalizada em discursos políticos, mas também a promessa de que os interesses do povo voltariam a ser contemplados através do líder carismático e de um projeto de exclusão das minorias indesejadas e de volta do protagonismo social dos grupos que sentem ter seu espaço diminuído (MOUFFE,

2019). Neste sentido, líderes populistas lançam mão de um discurso contrário à imigração e a minorias sociais, protecionista e antissistema a fim de criar a ideia de um grupo de inimigos que ameaçam a sociedade, impedem o avanço e afastam o passado mítico glorioso da memória de seus eleitores. Os populistas criam um “nós” que remete a uma imagem idealizada do povo de um país, reforçando valores presentes no imaginário popular, contra um “eles” personificado em minorias, nos imigrantes e em grupos progressistas cujas proposições contrastam com costumes e preconceitos historicamente construídos (MOUFFE, 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019). O populismo, portanto, está relacionado a uma resistência à modernização através de um discurso que remete a uma igualdade de direitos genérica, com viés autoritário, estando centrado na figura do líder carismático (LACLAU, 2005).

A relação entre o líder carismático e a população em geral, em especial seus apoiadores, se dá de forma direta, uma vez que os veículos de comunicação que tradicionalmente seriam os intermediários da comunicação são vistos com descrença e até mesmo como meios de manipulação e distorção da mensagem original, o que se fortaleceu com a consolidação das redes sociais no cotidiano da população em geral (DE OLIVEIRA, 2018; MOUFFE, 2019). AS mudanças promovidas pelas mídias sociais digitais já fazem parte das estratégias de comunicação de candidatos e de mandatários, como uma forma tanto de gerar o engajamento necessário para a eleição como também de criar formas de comunicação direta para com o eleitor (DE OLIVEIRA, 2018). No entanto, para além dos impactos comunicacionais formais, as redes sociais possibilitaram novas formas de ataques à democracia e de promoção de descrença nas instituições, além da propagação de notícias falsas através de mecanismos novos, cuja disseminação é rápida, permitindo estratégias contínuas de uso desses meios para objetivos políticos específicos (DE OLIVEIRA, 2018; NORRIS; INGLEHART, 2019). Isso se dá devido à forma como são programados os algoritmos das redes sociais e, mais do que isso, do estudo e planejamento de estratégias de comunicação que potencializem a propagação de mensagens políticas por meio do algoritmo (MALY, 2018). Ao compreender o fenômeno do populismo na atualidade e sua relação com as redes sociais, Maly (2020, p. 445) aponta que “The affordances of digital media and Web 2.0 push us towards understanding populism as a digitally mediated communicative relation between different human and algorithmic actors, hence the notion of ‘algorithmic populismo’.”³³

³³ Em tradução livre: “As possibilidades da mídia digital e da Web 2.0 nos levam a entender o populismo como uma relação comunicativa mediada digitalmente entre diferentes humanos e algorítmicos, daí a noção de ‘populismo algorítmico’.”

O populismo algorítmico seria um fenômeno possibilitado pela emergência de lideranças populistas e a dinâmica de redes sociais, bem como o uso político de seus algoritmos na difusão de suas ideias políticas (MALY, 2018; 2020). Neste sentido, o líder populista deve ser uma pessoa com muitos seguidores, que tenha engajamento orgânico e cujas publicações repercutem nas redes sociais, mesmo que sendo alvo de críticas por parte de seus opositores (MALY, 2018). O populista possui engajamento nas redes sociais e não se furta a comentar questões polêmicas e delicadas, preferencialmente com opiniões igualmente polêmicas, que dialoguem com angústias e anseios de parte da população (MALY, 2018; MOUFFE, 2019).

O processo de construção e de análise de quais seriam os principais anseios e temores de parte da população cuja qual seria alvo da liderança não se dá apenas de forma intuitiva, mas principalmente por meio de tecnologia da informação e a possibilidade de se analisar dados de origens e formas variadas que possibilitem uma compreensão global dos dados gerados a todo momento em redes sociais (MALY, 2020). Neste sentido, essas estratégias devem ter como objetivo manter um engajamento crescente, alcançando cada vez mais pessoas a fim de ampliar a sua construção pessoal enquanto liderança política, bem como sua agenda política a ser apresentada nas eleições ou mesmo de governo a ser implementada no futuro (MALY, 2018). Segundo Maly (2020, p. 445-446), o populismo algorítmico apresenta as seguintes características:

1. A communicator that mobilizes an anti-elite discourse in the name of “the people”, that is somebody who can be labeled or labels him or herself as a populist or claims to speak in the name of the people.
2. A (claim to a) certain amount of knowledge of the demands and/or needs of (a part of) the people ‘the populist’ claims to represent (in many cases now acquired through datafication)
3. Other actors like journalists, politicians and/or academics who label the communicator, party or movement as populist
4. A (digital) media infrastructure through which the message of ‘the populist’ is distributed and knowledge about the audience is gathered
5. And some kind of uptake, legitimation or recognition of (a part of) the people (in the form of likes, shares, followers, militants and voters).³⁴

³⁴ Em tradução livre: “1. Um comunicador que mobiliza um discurso antielite em nome do ‘povo’, ou seja, alguém que se pode rotular ou se rotular de populista ou que afirma falar em nome do povo.

2. A (alegação de) certa quantidade de conhecimento das demandas e/ou necessidades de (uma parte) do povo que ‘o populista’ alega representar (em muitos casos agora adquirido por meio de *datafication*)

3. Outros atores como jornalistas, políticos e/ou acadêmicos que rotulam o comunicador, partido ou movimento como populista

4. Uma infraestrutura de mídia (digital) por meio da qual a mensagem do ‘populista’ é distribuída e o conhecimento sobre o público é coletado

5. E algum tipo de cooptação, legitimação ou reconhecimento (de parte) do povo (na forma de gostos, compartilhamentos, seguidores, militantes e eleitores)”.

Assim, as novas lideranças de extrema-direita que emergiram na década de 2010, como os casos de Donald Trump, Boris Johnson, Viktor Orbán, Nayib Bukele e Jair Bolsonaro, seriam exemplos do fenômeno observado por Maly. A difusão de ideias, tidas até então como pouco convencionais na arena política, sofre um processo de normalização, fazendo do líder populista alguém que pode ser encarado tanto como alguém antissistema, como também alguém cujas ideias não são alheias ao debate público, sendo assimiladas pela população como parte deste debate de ideias acerca da sociedade (MOUFFE, 2019; MALY, 2018; 2020).

2.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O presente capítulo traz elementos fundamentais para a análise que será realizada nos próximos capítulos. Nele foi possível entender como se deram as mudanças teóricas acerca da cultura política e do populismo nas Ciências Sociais. Portanto, este capítulo contribuiu para o cumprimento do primeiro objetivo estabelecido para esta dissertação: examinar a constituição de governos populistas, suas características e a maneira como lideranças populistas se relacionam com seus eleitores, bem como quais valores podem ser estimulados neste contexto.

Se Almond e Verba (1963) são considerados importantes na formulação inicial da cultura política, mostrando seus impactos na política institucional e na sustentação do regime democrático, Dalton e Welzel (2014a; 2014b) também trazem importantes contribuições acerca dos padrões de democracia compreendidos pelas populações de diferentes países em diferentes estágios da consolidação democrática, o que faz com que cidadãos concebam a democracia com elementos autoritários, conforme as sociedades e valores nos quais estão inseridos. Outrossim, a visão mais crítica das novas gerações acerca da democracia e de seu funcionamento é analisada por Dalton e Welzel como um efeito positivo de uma postura mais assertiva que objetiva aprimorar a democracia, reconhecendo suas limitações para que seja possível superá-las. Contudo, isso também pode ser encarado como um elemento de maneira menos otimista à luz dos fatos mais recentes, uma vez que a insatisfação com o regime democráticos e mesmo as críticas observadas por Dalton e Welzel podem ter sido não apenas uma insatisfação com a maneira como a democracia era operada, mas sim como um sinal de esgotamento da democracia e de sua legitimidade perante parte da sociedade, o que resultou posteriormente em governos populistas e antidemocráticos eleitos dentro das regras estabelecidas pela própria

democracia liberal para sua preservação. Neste sentido, a contribuição de Norris e Inglehart (2019) é importante por compreender o impacto do aumento na desconfiança nas instituições e a rejeição aos meios tradicionais de fazer política como fundamentais para a ascensão de um populismo autoritário que elegeu governos em vários países, dentre os quais os Estados Unidos com a eleição de Donald Trump. Entretanto, os autores oferecem uma projeção de que os impactos destes governos poderiam ser minimizados por conta da força das instituições e da solidez democrática desses países.

Ressalta-se que o aumento da rejeição à democracia e às instituições ocorre após a consolidação do neoliberalismo no mundo ocorrido a partir da queda da URSS e a subsequente diminuição dos países de regime socialista pelo mundo, possibilitando o avanço do capitalismo e da globalização como uma via única de desenvolvimento e de gestão dos estados e dos recursos. Mouffe (2015) afirma que a pós-política cria um ambiente onde se observa, de fato, a negação da política, uma vez que há um apelo ao virtuosismo da técnica e da burocracia sobre os interesses coletivos da sociedade, como se a disputa política não fosse um elemento presente nas sociedades, mas sim um desvio que necessita que um combate por parte de um corpo técnico e não-ideológico, portador de uma pureza natural, moralmente acima dos anseios populares. Entretanto, o fim de um sistema político que fosse antagonista à democracia liberal não resultou na diminuição de suas contradições, nem no aumento do seu apoio ou mesmo de sua assimilação por parte da população, senão o contrário: aumentou a rejeição às formas tradicionais de funcionamento da democracia liberal, possibilitando a ascensão de um populismo de extrema-direita autoritário que difunde valores conflitivos com a democracia liberal. O populismo do século XXI se caracteriza por governos de extrema-direita que se posicionam politicamente como anti-establishment e criam um tipo de polarização política onde os apoiadores representariam os verdadeiros valores nacionais em uma resistência a forças progressistas que contrariam aquilo que fora historicamente construído. Neste sentido, cria-se aquilo que Laclau (2005) apresenta como um “nós” responsável por combater politicamente o “eles” representado por todas as forças políticas, lideranças, grupos sociais, jornalistas e instituições que tecem críticas ao líder populista. Portanto, a despolitização promovida pela crença do fim das ideologias somada à insatisfação para com os efeitos políticos do neoliberalismo fez emergir, das críticas e da rejeição ao modelo único, uma alternativa à democracia liberal que não mais se referenciava nas experiências socialistas do século XX, mas sim em um modelo autoritário antiliberal e personalista. Os efeitos econômicos não são vistos como uma consequência da política econômica vigente, mas como um efeito do aumento da competição possibilitado por

processos menos excludentes, daí a rejeição ao politicamente correto, à globalização, ao feminismo e a estilos de vida diversos. Da mesma forma, o insucesso do líder populista em melhorar as condições materiais de vida se dá pela oposição política desses grupos, e não pelos próprios erros ou escolhas políticas do governo. Assim, nota-se que o populismo contemporâneo tem diferenças de origem com o latino-americano do século XX e, portanto, necessita ser compreendido em seus efeitos a fim de notar seus efeitos na cultura política.

3 LULA E TRUMP – O POPULISMO EM DUAS FACES DISTINTAS

Ao se afirmar que a retórica empregada por lideranças políticas populares pode influenciar na cultura política de um país, em especial quando se trata da parte de seus apoiadores, é necessário compreender de que maneira Lula e Trump influenciaram e que valores foram mobilizados ao longo de seus governos no sentido de promover valores democráticos ou autoritários. Por mais criteriosa que seja a análise do comportamento de cada governante durante seus respectivos governos, a tarefa de resumir quatro anos em uma síntese é complexa, uma vez que os recortes escolhidos, bem como a seleção de que declarações serão ou não analisadas possui desafios inerente à pesquisa. Em geral, mesmo governantes autoritários podem recorrer a uma retórica democrática em alguns momentos, assim como o contrário. Neste sentido, o presente capítulo buscará elementos que foram constantes ao longo de cada mandato a fim de compreender como a retórica empregada por cada líder continha elementos autoritários e democráticos, bem como que tipo de valores eram estimulados perante a população, mais especificamente, como se dava a relação de cada presidente com as instituições democráticas. Neste sentido, faz-se necessário compreender o contexto de cada eleição e, conseqüentemente, de cada mandato; a forma como os dois governos se utilizaram do populismo em sua prática e como a retórica empregada por cada governante estimulava valores e confiança ou desconfiança nas instituições.

3.1 O CONTEXTO DE CADA MANDATO E SEU DESENVOLVIMENTO

Os governos Lula e Trump tiveram contextos diferentes, bem como uma vez que não só ocorreram em países diferentes, como também em momentos distintos da história humana. Lula é eleito no Brasil em 2002, em meio a uma conjuntura internacional de pleno estabelecimento do neoliberalismo e do consenso de Washington, embora começassem a surgir na América Latina governos que contestassem esse modelo de política econômica, como é o caso de Hugo Chávez³⁵, onde mesmo forças políticas antes consideradas ideologicamente de esquerda aderiram à política neoliberal, seja por convicção ou por pressões externas (MOUFFE, 2020).

³⁵ Presidente venezuelano, eleito em 1998, que tinha como agenda política o enfrentamento aos interesses dos Estados Unidos no país, a estatização de empresas petrolíferas e o fortalecimento de políticas sociais (MARINGONI, 2009).

Já Trump é eleito nos EUA em 2016, em um momento em que a internet, em especial as redes sociais, modificou o cotidiano das sociedades conectadas, tendo consequências na política, enquanto se via o ressurgimento de governos populistas de extrema-direita pelo mundo, aumento do conservadorismo e da intolerância e diminuição de valores democráticos (MALY, 2018; NORRIS; INGLEHART, 2019). Se por um lado os contextos políticos eram diferentes, por outro o cenário de cada uma das eleições se mostrava favorável à ascensão de um populismo de esquerda, no contexto em que Lula foi eleito, e um populismo de direita, no momento da eleição de Trump. Neste sentido, cabe compreender mais detidamente como cada governo lidou com adversidades e se relacionou com as instituições.

3.1.1 O primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2007)

O Governo Lula teve início em 2003, em meio à desconfiança sobre qual seria sua política econômica, o fortalecimento ou não da democracia e o respeito às instituições. Em meio à campanha eleitoral de 2002, Lula lança a Carta ao Povo Brasileiro, direcionada ao sistema financeiro, onde garantia a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, o respeito à democracia e às instituições³⁶. Caso seu governo chegasse ao final do mandato, ter-se-ia o maior período de estabilidade democrática da História do Brasil, superando os 18 anos da República Populista (1946-1964). Neste sentido, o sucesso institucional e político da democracia brasileira foi colocado à prova com a eleição de Lula, considerando as incertezas que pairavam acerca de seu governo (SOUZA; LAMOUNIER, 2006). Sobre isso, Souza e Lamounier (2006, p. 58) apontam que

A eleição do presidente Lula em 2002 deve ser entendida como consequência e também causa de expressivas mudanças na cultura política, notadamente no tocante ao manejo pacífico da sucessão presidencial e da alternância no poder. Nesse particular, a linha de continuidade que o novo governo manteve em relação à política macroeconômica representou uma importante contribuição adicional à consolidação democrática – sem embargo das controvérsias substantivas a que deu ensejo.

Lula, portanto, conseguiu aplacar a desconfiança acerca do efeito de seu governo para a democracia sinalizando inicialmente para a continuidade da política econômica e do modelo de governo de coalizão, além do respeito às instituições. Quando da eleição, a coligação de Lula tinha 130 deputados eleitos de um total de 513, necessitando de negociações para a garantia de

³⁶ Ver LULA DA SILVA (2022).

maioria parlamentar, uma vez que a opção política escolhida foi a de formação de uma coalizão e não um governo de minoria, como ocorrera com experiências anteriores de governos petistas em estados e municípios, o que configuraria uma postura de enfrentamento político com o Poder Legislativo (FONTES, 2007). Em vez disso, Lula optou por um arco de alianças políticas cada vez mais amplo, agregando partidos que inicialmente eram oposição ao seu governo, constituindo uma maioria parlamentar sólida em sua base de apoio, especialmente a partir da inserção do PMDB na base aliada, ocorrido em 2004, possibilitando a aprovação de 94,92% dos projetos de iniciativa do Executivo no primeiro mandato de Lula (FONTES, 2007). Darrieux (2022, p. 8) aponta que

Lula governou sob uma coalizão ideologicamente mais heterogênea e com mais partidos. Este fator novamente demonstra que incentivos para participar do governo existem no Brasil, já que a distância de preferências podem ser superadas com ofertas de participação no governo. [...] Lula buscou alargar sua base de apoio, pois havia uma inconsistência do apoio do PDT e PPS entre os anos 2003 e 2004. Tal feito foi atingido com a entrada do PMDB na coalizão em 2004. Assim, o governo passou a ter mais segurança para contar com a questão dos indisciplinados e conseguiu contar somente com os votos da coalizão, evitando o risco de contar com votos da oposição. As coalizões nos governos Lula passaram a oscilar entre 58.90% e 69.40% de cadeiras na Câmara de deputados desde então.

Também se notou que a distribuição de emendas parlamentares a deputados da base aliada auxiliou na consolidação da base parlamentar e no crescimento da coalizão em torno do governo, característica marcante do sistema político brasileiro, onde há uma relação de via dupla em que parlamentares dão seu apoio ao governo em projetos fundamentais para a efetivação de sua política em troca de emendas que contemplem suas bases eleitorais (ABRUCIO, 1994; FONTES, 2007). Neste sentido, percebe-se que, dentro das características do regime presidencialista brasileiro, o Governo Lula buscou manter uma relação harmônica com o Poder Legislativo, tendo ações de sinalização neste sentido e buscando conciliação com os interesses dos partidos e parlamentares que se somavam a sua base.

O Poder Judiciário teve uma relação ambígua com o Governo Lula. Embora institucionalmente fosse harmoniosa, os dois mandatos de Lula da Silva foram marcados pelo desenvolvimento do escândalo do Mensalão, que posteriormente culminou no julgamento da Ação Penal 470, finalizado em 2012, cujo centro do escândalo midiaticamente fora o Governo Lula, ministros do gabinete presidencial e lideranças políticas do PT. Ao mesmo tempo, o Judiciário foi prestigiado durante o Governo Lula, sendo o poder que mais ganhou servidores concursados, tendo reajustes expressivos e não tendo ataques diretos a seus membros durante o

mandato, possibilitando algum protagonismo político ao Poder Judiciário, com julgamentos midiáticos e decisões judiciais sobre temas políticos (COSTA; LAMARCA, 2013). Apesar do tensionamento nas relações entre o Governo Lula e o Judiciário, é possível afirmar que havia respeito entre ministros e integrantes do governo, sendo estas tensões frutos de disputas de narrativas e de disputa da opinião pública com relação ao combate à corrupção ou de interesses políticos dos envolvidos. A partir do exposto, pode-se afirmar que Lula teve uma política de respeito às instituições e de incentivo a valores democráticos, valorizando o papel dos demais poderes da república e valorizando o papel das instituições na consolidação da democracia brasileira (DARRIEUX, 2022; DE MOURA MAPA, 2022).

3.1.2 O mandato de Donald Trump (2017-2021)

Trump foi eleito em 2016, vencendo inicialmente as prévias do Partido Republicano e posteriormente a eleição do colégio eleitoral dos Estados Unidos³⁷. Inicialmente visto com descrédito e como uma candidatura caricata, o então pré-candidato ganhou força ao longo das prévias e se consolidou como um candidato competitivo através de um discurso antissistema e de rejeição à política e aos políticos (MOUFFE, 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019). Sua eleição baseou-se em uma estratégia inovadora de uso de metadados e *bigdata* a partir de redes sociais para potencializar seu alcance e sua repercussão através de polêmicas e uma retórica enfática mesmo sobre temas considerados tabu, gerando engajamento e aceitando o risco do aumento de sua rejeição (MALY, 2018).

Embora Trump tivesse uma retórica anti-establishment, com elementos autoritários e pouco democráticos, a expectativa em relação ao seu governo era de que haveria moderação e a retórica beligerante seria descartada uma vez que a dinâmica política e as consolidadas instituições dos Estados Unidos imporiam comportamento e decisões políticas menos radicais (NORRIS; INGLEHART, 2019). Entretanto, seu governo foi marcado por retóricas beligerantes contra adversários políticos, instituições, imprensa, movimentos sociais, antigos aliados políticos, entre outros. Tendo em vista uma crescente descrença da população estadunidense nas instituições, a equipe do ex-presidente baseou nisso sua estratégia de comunicação, fomentando ataques não apenas durante a campanha, mas também ao longo de seu mandato, como forma de aglutinar apoio político e mobilizar sua base política

³⁷ Apesar de ter obtido menos votos do que sua adversária (62 984 825 contra os 65 853 516 de Hillary Clinton), Trump venceu em mais estados, obtendo 304 votos no colégio eleitoral contra 227 de Hillary.

(BERNARDI; COSTA, 2020). Segundo levantamento de Koike e Bentes (2018), que considera 161 tweets de Donald Trump no período de 1º a 06 de maio de 2017, o ex-presidente estadunidense promoveu ataques e críticas a democratas, a instituições, à mídia comercial e a figuras públicas em 58. Apesar de se tratar de um período amostral curto, tem-se uma dimensão de que 1. os ataques diretos a pessoas e instituições nas redes sociais do ex-presidente são frequentes e 2. esses ataques ocorrem desde o início de seu mandato. Quando se refere a um veículo de mídia tradicional cuja cobertura não fosse considerada favorável ao seu governo, Trump frequentemente utiliza-se da expressão *fake news*, cuja qual se tornou motivo de disputa política, conforme apontam Gomes e Dourado (2019, p. 36-37):

A escolha da expressão “*fake news*”, contudo, acrescenta outra característica, advinda da noção de “*news*” (notícia), à ideia já conhecida de relatos que se reivindicam factuais, mas que praticam a contrafação de inventar ou alterar os fatos a que pretensamente se referem. Com esta expressão se põe, ademais, ênfase considerável no fato de que não se trata de quaisquer narrativas factuais, mas de relatos jornalísticos, de histórias do noticiário. Com isso, se implica, aqui, a autoridade e a credibilidade da instituição do jornalismo e dos seus processos de produção de relatos autorizados e dotados de credibilidade sobre os fatos da realidade. Não são quaisquer relatos falsos, mas contrafações do próprio jornalismo. [...] Esta é a razão pela qual a expressão “*fake news*” se tornou reversível: quando um liberal a usa, refere-se a notícias sobre fatos inventados ou reportagens que alteram os fatos segundo as conveniências políticas de quem as cria; quando a empregá-la está um conservador de direita, como Trump ou Bolsonaro, a referência é ao jornalismo em geral, considerado, por eles, uma instituição já comprometida, quer dizer, já invadida e controlada pelos liberais e pela esquerda.

Neste sentido, Trump alimenta a descrença na imprensa não alinhada politicamente com o seu governo a fim de não tratar sobre polêmicas, apontamento de contradições e quaisquer notícias ou opiniões que não sejam de interesse do governo. Outro alvo constante de ataques é o Partido Democrata, assim como a Câmara dos Representantes³⁸ quando esta estava ocupada com maioria democrata. Divergências entre partidos de governo e oposição são comuns em democracias liberais, sendo consideradas até mesmo salutares nesse sistema, entretanto os ataques colocam o partido opositor como um inimigo comum aos verdadeiros americanos, não apresentando foco nas divergências políticas, mas em uma narrativa que representaria uma luta do bem contra o mal (LACLAU, 2005; KOIKE; BENTES, 2018; MOUFFE, 2019).

Um ponto crítico do Governo Trump e do tensionamento de sua relação com as instituições foi após a derrota nas eleições presidenciais de 2020, quando este não reconheceu

³⁸ Câmara baixa dos Estados Unidos.

ter perdido a eleição para o democrata Joe Biden, e o decorrente incidente de 06 de janeiro de 2021, que ficou conhecido como Invasão do Capitólio, onde apoiadores de Donald Trump, convocados pelo então presidente, invadiram o Capitólio, local onde ocorria a cerimônia de certificação dos votos do colégio eleitoral, que confirmaria a vitória de Biden na eleição presidencial. No processo entre a eleição e a posse de Biden como presidente, Trump atacou não só seus alvos habituais (imprensa, democratas, Poder Judiciário, Poder Legislativo, entre outros), como também iniciou uma ofensiva contra antigos apoiadores que não o apoiaram no questionamento acerca da legitimidade da eleição, como é o caso de seu vice-presidente Mike Pence e de congressistas republicanos. Norris e Inglehart (2019), bem como Bernardi e Costa (2020), apontam uma crescente desconfiança nas instituições por parte dos estadunidenses. Neste sentido, Trump se utilizar de uma retórica que deslegitima instituições como a vice-presidência, o Congresso, os partidos de oposição, o ex-presidente Barack Obama, e a Suprema Corte não apenas faz sentido politicamente enquanto discurso realizado com base nas opiniões e desconfianças da população, mas também reforça o sentimento de descrença por parte de seus apoiadores, já que as instituições, quando não se portam conforme seus interesses, são classificadas como um grupo interessado em criar problemas aos cidadãos. Trump ficou conhecido por romper regras não escritas da política estadunidense, tais como o reconhecimento do candidato derrotado da vitória de seu opositor, promovendo a descrença nas instituições e abrindo precedentes futuros que as instituições estadunidenses não previram.

3.2 O POPULISMO NOS GOVERNOS LULA E TRUMP

Para se compreender as especificidades do fenômeno do populismo nos governos Lula e Trump, a fim de estabelecer uma comparação entre diferentes tipos de governos populistas, é necessário analisá-los separadamente, compreendendo 1. o que qualificada cada um como populista e 2. como se dá o populismo de cada governo em específico, projetando possíveis efeitos na cultura política de seus países. Neste sentido, deve-se apontar elementos presentes em ambos os governos a ponto de qualificá-los como populistas, mas também aqueles que os diferenciam diante das especificidades de tipos diferentes de populismo, não apenas diante do recorte temporal distinto, mas também ideológico dos dois governos. Ambos os governos foram classificados como populistas, seja como um adjetivo pejorativo ao governante ou através de uma análise criteriosa para se estabelecer categorias de análise mais teoricamente robustas. Da mesma forma, tanto Lula quanto Trump podem e foram classificados como não populistas. A

heterogeneidade na classificação dos dois governos é uma consequência de se trabalhar com um conceito polissêmico que passou por definições tão abrangentes quanto diversas em sua origem até a atualidade. Conforme Laclau (2005, p. 4-11), o populismo é

(...) un ejemplo típico de las estrategias intelectuales que tratan el “populismo” en la literatura existente: el populismo por sí mismo tiende a negar cualquier identificación con, o clasificación dentro de, la dicotomía izquierda/derecha. Es un movimiento multiclassista, aunque no todos los movimientos multiclassistas pueden considerarse populistas. El populismo probablemente desafíe cualquier definición exhaustiva. Dejando de lado este problema por el momento, el populismo generalmente incluye componentes opuestos, como ser el reclamo por la igualdad de derechos políticos y la participación universal de la gente común, pero unido a cierta forma de autoritarismo a menudo bajo un liderazgo carismático. También incluye demandas socialistas (o al menos la demanda de justicia social), una defensa vigorosa de la pequeña propiedad, fuertes componentes nacionalistas, y la negación de la importancia de la clase. Esto va acompañado de la afirmación de los derechos de la gente común como enfrentados a los grupos de interés privilegiados, generalmente considerados contrarios al pueblo y a la nación. Cualquiera de estos elementos puede acentuarse según las condiciones sociales y culturales, pero están todos presentes en la mayoría de los “movimientos populistas”.

[...]

El síndrome populista es mucho más vasto que su manifestación particular en la forma o contexto de una determinada política, o de cualquier tipo específico de sistema político o tipo de política: democracia, totalitarismo, etcétera. Esto sugiere que el populismo estará mejor considerado como un énfasis, una dimensión de la cultura política en general, y no simplemente como un tipo particular de sistema ideológico general o forma de organización. Por supuesto, como ocurre con todos los tipos ideales, puede estar muy próximo a ciertas culturas y estructuras políticas, como aquellas denominadas hasta ahora como “populistas”. [...] como hemos visto, ha conducido a intentos repetidos de identificar la base social del populismo, sólo para descubrir un momento después que uno no puede hacer otra cosa que seguir denominando “populistas” a movimientos con bases sociales completamente diferentes entre sí. Pero, por supuesto, si se intenta evitar este escollo identificando al populismo con una dimensión que atraviesa las diferencias ideológicas y sociales, uno se enfrenta a la tarea de especificar cuál es esta dimensión (...).³⁹

³⁹ Em tradução livre: “(...) um exemplo típico das estratégias intelectuais que lidam com o ‘populismo’ na literatura existente: o próprio populismo tende a negar qualquer identificação ou classificação dentro da dicotomia esquerda/direita. É um movimento policlassista, embora nem todos os movimentos policlassista possam ser considerados populistas. O populismo provavelmente desafia qualquer definição exaustiva. Deixando essa questão de lado por enquanto, o populismo geralmente inclui componentes opostos, como o apelo por direitos políticos iguais e participação universal de pessoas comuns, mas associado a alguma forma de autoritarismo, muitas vezes sob liderança carismática. Também inclui demandas socialistas (ou pelo menos a demanda por justiça social), uma defesa vigorosa da pequena propriedade, fortes componentes nacionalistas e uma negação da importância da classe. Isso é acompanhado pela afirmação dos direitos das pessoas comuns em oposição aos grupos de interesses privilegiados, geralmente considerados contrários ao povo e à nação. Qualquer um desses elementos pode ser acentuado dependendo das condições sociais e culturais, mas todos estão presentes na maioria dos ‘movimentos populistas’.

[...]

Não se trata, portanto, da busca de um consenso presente na literatura acerca do que é o populismo e de como este abrange os governos Lula e Trump, mas sim de apontar como o conceito de populismo adotado neste trabalho qualifica os dois governos e engloba suas diferentes consequências na cultura política de cada país. Neste sentido se utilizará o conceito de populismo conforme Laclau (2005) e Mouffe (2019), compreendendo que o central ao se tratar do populismo não são os dilemas impostos pela amplitude do conceito, mas sim como essa amplitude ajuda a explicar fenômenos políticos de origens e de consequências tão diversas entre si. O populismo aqui analisado será um modo de se fazer política, cuja performance baseia-se na construção de um “nós” e de um “eles”, articulados de maneira central na formulação política e em sua mobilização diante dos eleitores e de sua base política, conforme o proposto por Laclau (2005). Aqui será compreendido como cada um dos governos criou o seu “povo”, cuja representação seria a essencial para a mobilização dos sentimentos que arregimentam suas bases, e como o líder carismático se coloca como o legítimo representante deste “nós”, cujo apoio é necessário no enfrentamento ao “eles” que originaria os problemas percebidos pela população em geral ou pelo menos por parte de sua base mais fiel.

3.2.1 Lula e o populismo de esquerda

Compreender o Governo Lula dentro da categorização de populista é algo polêmico, que certamente não está próximo de um consenso na Ciência Política. O rótulo de populista foi conferido ao ex-presidente brasileiro majoritariamente objetivando condenar o governo através de uma aparente criteriosidade analítica, fenômeno apontado por Laclau (2005) como recorrente tanto no senso comum quanto no meio acadêmico. Portanto, é necessário superar a concepção de populismo como algo necessariamente pejorativo ou como uma característica de governos pouco virtuosos. O populismo é uma reação advinda do desenvolvimento da cultura política de uma nação e o tipo de característica de governo dela demandado (LACLAU, 2005).

A síndrome populista é muito mais ampla do que sua manifestação particular na forma ou contexto de uma determinada política, ou de qualquer tipo específico de sistema político ou tipo de política: democracia, totalitarismo etc. Isso sugere que o populismo é mais bem considerado como uma ênfase, uma dimensão da cultura política em geral, e não simplesmente como um tipo particular de sistema ideológico geral ou forma de organização. É claro que, como todos os tipos ideais, pode estar muito próximo de certas culturas e estruturas políticas, como aquelas até então chamadas de ‘populistas’. [...] como vimos, levou a repetidas tentativas de identificar a base social do populismo, apenas para descobrir um momento depois que não se pode fazer mais do que continuar chamando movimentos com bases sociais completamente diferentes de ‘populistas’. É claro que, se tentarmos evitar essa armadilha identificando o populismo com uma dimensão que atravessa as diferenças ideológicas e sociais, deparamo-nos com a tarefa de especificar o que é essa dimensão (...)”.

Neste sentido, para compreender o caráter populista de Lula da Silva é necessário analisar não apenas o seu mandato, mas também as origens do PT e o seu desenvolvimento enquanto partido até o Governo Lula. É importante, também, situar o populismo do Governo Lula primeiramente no tempo, uma vez que este se consolidou no início dos anos 2000, quando se observava um ressurgimento de um fenômeno próximo do populismo clássico na América Latina, especialmente com a eleição de diversas lideranças políticas progressistas na região, e, em um segundo momento, em sua posição dentro do espectro ideológico, uma vez que seu governo foi considerado de esquerda.

A origem do PT remonta à união de diversos setores no final da ditadura militar, com o objetivo de formar um partido eleitoral de caráter popular, progressista e de esquerda; entre esses setores se destacavam os operários mobilizados nas greves de 1978 e 1979 no ABC paulista⁴⁰, setores da igreja católica ligados à teologia da libertação e às pastorais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e intelectuais de ideias progressistas vindos do MDB⁴¹ (VENUTO, 2017). O PT surge diante da inconformidade dos setores envolvidos em sua concepção com a desigualdade e a falta de condições dignas de vida dos trabalhadores da época, uma vez que a política econômica da ditadura militar rechaçava a organização dos trabalhadores, arrochava os salários dos operários e não promovia melhorias estruturais nas condições de vida da população que possibilitassem uma ascensão social a partir do trabalho (VENUTO, 2017).

Tendo em vista a dinâmica da luta de classes no Brasil naquela época, o PT procurava mobilizar trabalhadores em torno de suas ideias a partir da constatação dos elementos de realidade objetiva anteriormente destacados e da pequena representação política dos trabalhadores na política institucional, atribuindo a isso a consequência dos problemas percebidos na época a partir de uma lógica que Laclau (2005) aponta como basilar para a constituição do populismo enquanto epifenômeno político (BOITO, 2013; VENUTO, 2017). Neste sentido, a retórica de um “nós” virtuoso representante de fato do “povo” contra um “eles” que personifica mal e a origem dos problemas vivenciados por esse “povo” continuou presente no PT, mudando apenas a personificação do “eles”. Se na origem do partido o “eles” consistia nos proprietários das fábricas e seus representantes políticos – então militares e políticos civis

⁴⁰ Região de São Paulo que compreende as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, historicamente conhecido pela força do setor industrial automotivo e, conseqüentemente, pela concentração de um movimento sindical articulado especialmente no final da década de 1970.

⁴¹ Movimento Democrático Brasileiro, partido oficial de oposição à ditadura militar brasileira durante a vigência do sistema bipartidário no país.

de sua base –, conforme mudavam a conjuntura política e as pretensões do partido, a personificação desse “eles” também mudava. Com a redemocratização e o Governo Sarney, e o PT já mirando a possibilidade de se estabelecer como uma força política eleitoralmente competitiva no cenário nacional, o “eles” passou a ser o MDB, partido do Presidente, o qual era acusado de enganar a população com a política de congelamento de preços e sua deterioração após as eleições de 1986, quando se deu o reinício da hiperinflação (ARCARY, 2008). A personificação do “eles” mudava conforme mudavam os governos, reforçados por um discurso moralista e anticorrupção que se utilizava da retórica populista como forma de promover mobilização e engajamento eleitoral em torno do partido, consolidando sua posição de única força diferente e representativa do “povo” (ARCARY, 2008; BOITO, 2013).

Apesar de o PT possuir origem popular, bem como militantes e tendências internas⁴² de ideologia originalmente revolucionária⁴³, enquanto partido a retórica empregada por suas lideranças – em especial Lula da Silva, sua maior liderança histórica – não remontava ao marxismo clássico ou mesmo ao eurocomunismo⁴⁴, mas sim a ideias de conciliação entre o capital e o trabalho através da redução das desigualdades e promoção de direitos e melhores condições de vida aos trabalhadores (ARCARY, 2008; BOITO, 2013). Para Arcary (2008) esse caráter conciliador parte não apenas de uma vontade do partido e de suas lideranças, mas também com a conjuntura política que se estabeleceu em 2002, quando um acordo com Lula seria uma solução preventiva para a manutenção do neoliberalismo, mesmo que com concessões a camadas populares. Laclau (2005) e Mouffe (2019) apontam que o populismo é uma alternativa da classe dominante, que estabelece algumas concessões a fim de prevenir a insatisfação popular com o sistema político e com a política econômica, mas ainda mantendo seu controle político. Essa definição se aproxima do apontado por Arcary (2008) e por Boito (2013) acerca das concessões feitas pelo PT para se eleger em 2002, bem como nos mandatos posteriores, uma vez que, ainda que o partido tivesse ampla base social popular e capacidade de mobilização popular para estabelecer uma política de governo mais combativa e menos conservadora, a opção foi pelo não enfrentamento e pela mobilização de sua base em torno da

⁴² O PT caracteriza-se em seu estatuto como um partido de tendências, que são as correntes internas do partido oficialmente reconhecidas por sua direção e regulamentadas por seus estatutos e normativas internas, as quais debatem e divergem internamente acerca das ideias defendidas pelo partido e de formulações políticas de caráter tático.

⁴³ Especialmente as organizações trotskistas e marxistas-leninistas que se incorporaram ao PT como tendências em sua fundação ou posteriormente.

⁴⁴ Concepção revisionista do marxismo que surge e ganha força na Europa (especialmente em França, Itália e Espanha) durante a Guerra Fria. O movimento ganha força após a morte do líder soviético Josef Stálin e a disseminação do discurso secreto de Nikita Krushev ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956.

defesa de seu governo, mesmo que isso significasse a defesa de acordos políticos contraditórios aos seus interesses. Mouffe (2019, posição 281) aponta que um dos aspectos relevantes para o surgimento do populismo é quando

(...) as instituições existentes falham em garantir a lealdade das pessoas, na tentativa de defender a ordem existente. Como resultado, o bloco histórico que estabelece a base social de uma formação hegemônica é desarticulado, e surge a possibilidade da construção de um novo sujeito de ação coletiva — o povo — capaz de reconfigurar uma ordem social tida como injusta.

Como apontam autores como Moisés (1995) e Baquero (2018) a confiança dos brasileiros nas instituições é historicamente baixa e convive com uma desigualdade social que decorre da concentração de poder por aqueles que já o ocupam, como foi discutido de forma mais aprofundada na seção 2.1.2. Isso corrobora com o apontado por Mouffe e com a retórica e a base social que formou a base do PT em seu surgimento. A sub-representação política dos trabalhadores nas esferas de poder justificava uma retórica que glorificava um “povo” que carregava a possibilidade de reverter o cenário de desigualdade e injustiça de então através do líder carismático que se apresentava como o seu legítimo representante e cujo partido levava no nome aqueles que representavam a parcela insatisfeita com as condições de vida naquele momento.

Embora Lula não tivesse uma retórica agressiva às instituições e tenha cada vez mais abrandado seu discurso ao longo dos anos, a ideia de que o PT representava um projeto político diferente de qualquer outro que já havia governado e que seria um governo voltado para as camadas sociais que nunca tiveram espaço de representação era presente e fazia parte da estratégia de mobilização eleitoral do partido (ARCARY, 2008). Nesse sentido, Lula conseguiu se consolidar como uma alternativa à política em geral para a população insatisfeita e que com ele se identificava enquanto era uma opção de manutenção das políticas neoliberais. Parte dessa identificação vem do carisma pessoal de Lula, com sua grande capacidade de oratória, mas também de sua história de vida pessoal: uma pessoa que migrou do Nordeste para São Paulo em busca de melhores condições de vida e que conquistou seu espaço político a partir de lutas sindicais que visavam ganhos para os trabalhadores, sendo uma liderança reconhecida por representar essas lutas. Assim, Lula representou o que Laclau (2005) aponta como uma alternativa populista das elites para manutenção de seu controle político e prevenção à insatisfação popular. Arcary (2008) aponta que durante o governo Lula as mobilizações, anteriormente reivindicatórias de melhorias de vida para setores oprimidos, perderam

intensidade, sendo apenas uma forma de mobilizar as bases em torno do governo, gerando rupturas na principal central sindical do país, com a criação da Conlutas⁴⁵ e da Intersindical⁴⁶ a partir de dissidências internas da CUT⁴⁷, e da UNE⁴⁸, que também teve cisões; atendo-se aqui a entidades representativas, mas como um reflexo de como os movimentos sociais e as bases petistas sofreram desgastes e rupturas. Embora essas rupturas tenham ocorrido, a CUT manteve-se como a principal central sindical do Brasil e a UNE como a principal entidade estudantil do Brasil e ambas tiveram, ao longo do Governo Lula, posições políticas próximas das defendidas pelo governo. Assim, essas entidades, cujas direções eram comandadas pelo PT e por partidos de sua base de governo, como o PCdoB⁴⁹, transformaram-nas em instrumentos de mobilização e manutenção de base política ao Governo Lula, mesmo em momentos de crise ou de posturas contraditórias àquilo que fora defendido por esses partidos antes da eleição de Lula. Neste sentido, o “eles” do populismo no Governo Lula variava entre os setores de antigos apoiadores que faziam oposição de esquerda ao governo e os setores de oposição declarada; entre os partidos, PSDB e PFL, com as frações de classe por eles representadas.

O Governo Lula se caracteriza como um governo populista a partir de sua liderança carismática e arrebatadora, capaz tanto de mobilizar as massas em torno de suas ideias e de sua defesa quanto de desmobilizá-las a partir da confiança pessoal inspirada na figura do líder. Também se observa a evocação de um “nós” que representaria um ideal de povo, composto por trabalhadores e pessoas humildes em contraposição ao “eles” exposto no parágrafo anterior.

3.2.2 Trump e a ascensão do populismo de extrema-direita

A eleição de Donald Trump inicialmente era vista com ceticismo e descrença quando do início de sua candidatura pois considerava-se que um país de instituições consolidadas e tradição democrática robusta não possibilitaria a eleição de alguém com perfil populista e autoritário. Segundo Cilia (2017), Trump foi eleito com base em uma estagnação econômica

⁴⁵ O Congresso Nacional de Lutas foi uma central sindical de duração breve que se uniu a outros movimentos para a formação da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), que se apresenta como oposição combativa à CUT.

⁴⁶ A Intersindical surge a partir de uma dissidência da Conlutas. Atualmente dividiu-se novamente em duas centrais sindicais: a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora e a Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora.

⁴⁷ A Central Única dos Trabalhadores surge em 1983 a partir do fortalecimento das lutas sindicais do final da Ditadura Militar, em especial na Região do ABC.

⁴⁸ A União Nacional dos Estudantes é uma entidade representativa nacionalmente dos estudantes de graduação do país, criada em 1938.

⁴⁹ Partido Comunista do Brasil, cisão do PCB, criado em 1962.

prolongada que castigou grandes camadas da população e despertou sentimentos de ódio e preconceito na população branca de média e baixa renda estadunidense. Segundo Bernardi e Costa (2020, p. 389),

Existem muitos estudos que atribuem a vitória de Donald Trump, em 2016, às questões econômicas e às falhas do Governo Obama, principalmente em responder aos setores mais conservadores do país.

[...]

Além da baixa econômica causada pelo avanço chinês, as primárias de 2016 foram marcadas pelo vazamento de e-mails de Hillary Clinton e um forte antagonismo entre a candidata e Bernie Sanders, o que enfraqueceu a candidatura democrata.

Trump uniu o discurso conservador tradicional do Partido Republicano com preconceitos que responsabilizavam minorias – a partir da conquista de direitos de alguns grupos no momento mais recente – pelas dificuldades e perda de qualidade de vida percebidas por setores conservadores da sociedade estadunidense, valendo-se da criação de um inimigo universal caracterizado por todos esses grupos (CASULLO, 2019; MOUFFE, 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019; MORAIS; COSTA; BERNARDI, 2020). Casullo (2019, posição 2688) afirma que “(...) en los populismos de derecha, como los de Marine Le Pen, Nigel Farage o Donald Trump, el pueblo se define como una entidad ya completa, amenazada por la desintegración presente”⁵⁰. Ou seja, ao contrário do populismo do século XX, que era majoritariamente presente em países subdesenvolvidos, especialmente na América Latina, o populismo de extrema-direita do século XXI se caracteriza por um resgate de um passado glorioso, o qual sucumbiu diante da quebra de sua pureza original ao ser infiltrada com valores diferentes daqueles que consolidaram aquela sociedade virtuosa. Neste sentido, a análise do caráter populista de Donald Trump passa por compreender elementos anteriores a sua eleição.

Embora se apresentasse como alguém de fora da política e de fato este nunca tenha ocupado cargos públicos, Trump procurou manter-se em evidência através de declarações polêmicas acerca de temas presentes no debate público ou de grande cobertura midiática e da construção de sua imagem como elemento presente na cultura popular estadunidense através da exposição pública, participação em programas televisivos, ou mesmo atuação em filmes e séries, mantendo uma imagem de pessoa autêntica, de personalidade forte e sem medo de se posicionar firmemente sobre qualquer tema que lhe seja apresentado como um tradicional

⁵⁰ Em tradução livre: “(...) em populismos de direita, como os de Marine Le Pen, Nigel Farage ou Donald Trump, o povo é definido como uma entidade já completa, ameaçada pela atual desintegração”.

conservador (FERREIRA; KURTZ, 2017). Assim, o ex-presidente consolidou sua imagem como alguém cujos temas relevantes para a população têm importância e merecem sua atenção ao mesmo tempo em que se apresentava como um empresário de sucesso, apresentando-se como um *self-made man*, imagem que mobiliza o imaginário da sociedade estadunidense através da crença do esforço como elemento decisivo preponderante para o sucesso financeiro (FERREIRA; KURTZ, 2017). Assim, Trump seria a personificação do que aponta Weber (2007) como elemento fundamental da sociedade estadunidense: a pessoa que, através do seu esforço, disciplina de trabalho e dedicação, construiu sua riqueza, não de forma inescrupulosa, mas com base nos valores e princípios da sociedade, preocupando-se com esta. Ao comentar a postura midiática de Trump, Ferreira e Kurtz (2017, p. 11) apontam que o ex-presidente estadunidense

(...) ganhou sua fama em *The Apprentice*⁵¹ justamente por ter uma postura ríspida. Existem casos marcantes, como quando ele humilhou publicamente uma participante do Miss Universo de 1995, chamando-a de Miss Porquinha, por causa de seu peso, e Miss empregada, por ser latina, etnia que tem fama de fazer os serviços braçais dos EUA. Outros comentários dignos de um *stand-up* existem, como quando Trump disse aos eleitores que se sentia seguro com o tamanho de seu pênis. “E, ele (senador Marco Rubio) se referiu às minhas mãos – ‘se elas são pequenas, mais alguma coisa deve ser.’ Eu garanto a vocês que não há problemas, eu garanto.”

Desta forma, Trump conseguiria posteriormente se afirmar como representante de uma população conservadora, que apresenta diversos tipos de preconceito e se utiliza destes como justificativa para frustrações e sensação de piora nas condições de vida, atribuindo a responsabilidade a minorias sociais, o que é sintetizado no *slogan* de campanha *Make America Great Again*⁵² (CILIA, 2017; MOUFFE, 2019).

O populismo de direita alega que trará de volta a soberania popular e que restaurará a democracia, mas essa soberania é entendida como “soberania nacional” e reservada àqueles considerados os verdadeiros “nacionais”. Os populistas de direita não tratam da demanda por igualdade e constroem um “povo” que exclui numerosas categorias, normalmente imigrantes, vistos como uma ameaça à identidade e à prosperidade da nação (MOUFFE, 2019, posição 454).

⁵¹ *Reality show* apresentado por Donald Trump em que o vencedor ganhava como prêmio a oportunidade de trabalhar em sua empresa. No Brasil foi adaptado com *O Aprendiz* e teve apresentação de Roberto Justus e de João Dória.

⁵² Em tradução livre: tornar a América grande novamente.

Essas minorias, além de receberem a responsabilidade por quaisquer problemas internos dos Estados Unidos, ainda são alvo de informações falsas e de *fake news* como forma de fomentar pânico moral e de corroborar com o discurso propagado por Trump, por isso é relevante ressaltar que a estratégia de campanha de Trump se valeu de inovações no uso de redes sociais para a disseminação não apenas desse tipo de conteúdo, mas também de conteúdo de ódio como forma de impulsionamento político e de reforço de sua retórica excludente e de ataques a minorias, especialmente imigrantes (BERNARDI; COSTA, 2020).

Na esteira desse debate, atualmente, quase três anos após as eleições de 2016, a discussão sobre o impacto das *fake news* segue recente e especialistas ainda apontam a eleição norte-americana de 2016 como um dos estopins do uso de *fake news* em processos eleitorais. Donald Trump promoveu a popularização do termo *fake news* como uma forma de se opor às notícias divulgadas pela mídia tradicional. Assim, desde 2015, vem fazendo uso de suas redes sociais, principalmente o Twitter, em oposição à imprensa, para declarar que diferentes notícias danosas à sua campanha, ou pessoa, tratavam-se de *fake news*. De acordo com o site *Trump Twitter Archive*, desde que a sua conta foi inaugurada, Trump já utilizou o termo *fake news* em 647 tweets, na maioria deles se referindo a veículos de mídia tradicional, tais como *The New York Times* e *The Washington Post* (BERNARDI; COSTA, 2020, p. 389-390).

Portanto, para além de se utilizar da criação de notícias falsas como modo de gerar engajamento político e difamar adversários, Trump passou a utilizar isso como método permanente de mobilização e de discurso político, como uma maneira de aumentar a coesão em torno de sua figura e taxar qualquer crítica ou ressalva a suas políticas como um modo de falsear os fatos com o objetivo de desabonar sua conduta e de atacar seu governo por parte do grupo que estaria sendo combativo por seu governo, o “eles”.

Trump se consolidou como uma figura populista construindo um “eles” tão heterogêneo quanto possível, uma vez que era enquadrado nesse grupo qualquer elemento, instituição, empresa, líder político, ou figura pública que demonstrasse algum tipo de ressalva ao seu governo ou a suas ideias políticas. Enquanto isso, o “nós” era caracterizado por seus apoiadores, que representariam os verdadeiros ideais americanos, baseados no conservadorismo e na rejeição a qualquer mudança cultural ou social que levasse a uma maior diversidade (NORRIS; INGLEHART, 2019). A sustentação dessa coesão política contra uma base diversa e heterogênea de grupos se sustentava, obviamente, no conservadorismo, mas também no líder carismático personificado em Trump, que conseguia mobilizar sentimentos de admiração, apoio e projeção como nenhuma outra liderança conservadora do país, fato que levou o Partido

Republicano a aceitar sua ascensão e liderança mesmo frente a outros políticos de carreira mais consolidada.

Essa dinâmica ao mesmo tempo se espelhou em experiências já existentes, tais como Viktor Orbán (Hungria) e Rodrigo Duterte (Filipinas), como também inspirou a emergência de novas lideranças de extrema-direita no mundo, como Jair Bolsonaro (Brasil), Nayib Bukele (El Salvador) e Mateo Salvini⁵³ (Itália), entre outros, moldando a forma de se fazer campanha e de se mobilizar suas bases políticas, consolidando o populismo de extrema-direita como um movimento conjuntural global, cuja duração e efeitos de longo prazo ainda não podem ser compreendidos em sua totalidade (KOIKE; BENTES, 2018; MALY, 2018; CASULLO, 2019; MOUFFE, 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019; BERNARDI; COSTA, 2020). Portanto, Trump se afirmou não apenas como uma liderança populista central na política estadunidense, mas também como um modelo para outros políticos populistas em diversos países.

Ao contrário da expectativa propagada acerca de uma possível moderação de sua retórica, Trump se radicalizou ao longo do mandato, marcando como inimigos até mesmo antigos aliados, como seu vice-presidente Mike Pence e parlamentares de sua base de apoio, e incitando ataques contra instituições e adversários políticos como forma de mobilização permanente de sua base e criação de um “eles” robusto e articulado que impedia seu governo de avançar, culminando em episódios como o ataque ao Capitólio, em janeiro de 2021. Se Trump já era visto por autores como Norris e Inglehart (2019), Casullo (2019) e Mouffe (2019) como um populista cuja retórica antidemocrática poderia causar danos à democracia estadunidense, hoje, mesmo sem que se tenha uma dimensão dos efeitos de longo prazo do seu mandato, não restam muitas dúvidas de que seu governo foi nocivo para o arranjo institucional do país.

O populismo do Governo Trump se caracteriza a partir de sua figura enquanto líder carismático, uma vez que este postula ser a representação do “povo” idealizado por seus apoiadores. Este mesmo “povo” compunha o “nós”, mobilizado a partir do imaginário de formação estadunidense, contra o “eles”, composto inicialmente por qualquer pessoa ou instituição de valores progressistas, mas que foi ampliado para todos os críticos ao Governo Trump conforme ocorriam críticas ou oposições pontuais às ações do governo.

⁵³ Ressalva-se que Salvini não foi primeiro-ministro do governo italiano, apesar de possuir grande influência no governo até a saída de seu partido da coalizão.

3.3 A RETÓRICA DE CADA UM

Uma vez que foram estabelecidos os elementos que fazem com que este trabalho classifique os governos de Lula e de Trump como populistas, é necessário apresentá-los nas retóricas de cada presidente para corroborar com essa classificação e apontar como houve a mobilização das bases de cada líder político. Para tanto esta sessão busca analisar declarações públicas que possam ser contextualizadas dentro de uma retórica populista que trate da divisão da sociedade em que o líder carismático é o legítimo representante do “nós”, o qual é concebido como a compreensão do que seria o povo no referido imaginário, e de quem seria classificado como o “eles”, o qual constitui a ameaça e a falta de representatividade do povo na política institucional. Aqui são analisadas declarações em entrevistas, pronunciamentos públicos e, no caso de Donald Trump, *tweets*, visto que este foi o principal instrumento de comunicação do ex-presidente com o seu eleitorado durante o seu mandato.

3.3.1 Retórica populista de Lula

O Governo Lula, inicialmente visto com desconfiança quanto à agressividade em relação às instituições, se consolidou como um governo pragmático e conciliador, embora não deixasse de ter atritos com outros poderes e com a imprensa eventualmente. Boito (2022, p. 17) ao comentar o caráter populista do Governo Lula, manifesta que “(...) o dirigente da CUT e do PT, organizações que sempre se apresentaram como críticos do passado populista do Brasil, acionou, uma vez eleito Presidente da República, o discurso e a política populista”. O autor aponta que essa mudança de posição acerca do programa político praticado é uma resposta prática à continuidade da política econômica neoliberal de FHC, uma vez que o projeto macroeconômico que se iniciou com a implementação do Plano Real não foi alterado e os programas sociais propostos foram uma forma de se diferenciar politicamente do Governo FHC, além de pôr em prática parte do programa político original sem afetar que a matriz macroeconômica fosse aplicada. Neste sentido, as políticas sociais promovidas no Governo Lula foram importantes não apenas para a consolidação de seu programa de governo, mas também para o reforço dos laços do “povo” para com o líder carismático, uma vez que corroborava com a retórica do “nós” X “eles” e do líder como alguém preocupado com seu povo e disposto a enfrentar quaisquer interesses contrários. Um exemplo dessa retórica está em

um discurso no dia 08 de setembro de 2006, onde Lula da Silva comenta falas recentes de FHC, nas quais o ex-presidente criticava o gasto do Governo Lula com políticas sociais:

Tem gente até achando que pobre não pode votar, porque os pobres estão votando em mim. [...] Porque saímos de R\$ 7 bilhões que se gastava com políticas sociais neste país para R\$ 23 bilhões. Tem gente que achava que tem muita coisa para fazer antes de cuidar do pobre. Eu acho que não tem nada mais sagrado do que o governo cuidar dos seus filhos, do que o governo cuidar daqueles mais pobres, sobretudo quando esse cuidar significa colocar o café da manhã, o almoço e a janta na mesa de 11 milhões de famílias pobres neste país (LULA COMPARA, 2006).⁵⁴

Neste trecho é possível observar a síntese do que significam as políticas públicas de distribuição de renda dentro da retórica que coloca o líder como representante legítimo do “povo” contra uma “elite” que é contra seus interesses. Lula não apenas mostra sua diferença para com o seu antecessor no cargo com números como também mostra saber qual é o impacto objetivo de sua política no cotidiano de seus apoiadores. Esse tipo de declaração, que se repete em vários outros momentos de seu primeiro governo – e também em momentos posteriores, apesar de escapar do escopo aqui estabelecido –, reforça sua figura enquanto representante legítimo do “povo”, em oposição a um “eles” que era indiferente a tais problemas ou que simplesmente não os conhecia em sua profundidade, não obstante o fato de sempre existirem políticas públicas de distribuição de renda e de estas estarem no programa político de seus antecessores e mesmo de adversários políticos. Neste sentido, Lula, no mesmo discurso, intenciona rotular FHC, o autor das referidas declarações, como não apenas o representante deste “eles”, mas comparando-o a Hitler e suas frases a concepções eugenistas:

Daqui a pouco vão propor mudança no povo. E nós sabemos que, quando as pessoas começam a duvidar do povo e querem criar um povo melhor do que o nosso povo, o Hitler serve como experiência de quem quer criar uma raça superior. Eu acho que é bom saber que é esse povo, de que alguns podem não gostar, que faz a riqueza deste país (LULA COMPARA, 2006).⁵⁵

A declaração acima, dada em um contexto público, contrasta com declarações e ações posteriores de respeito e de reconhecimento a FHC por parte de Lula. Obviamente, divergências e até mesmo provocações públicas de adversários fazem parte da política, em especial quando

⁵⁴ Discurso de Lula na Convenção Nacional das Assembleias de Deus, ocorrido em 08 de setembro de 2006. Fonte: <<https://www.otempo.com.br/politica/lula-compara-adversarios-a-hitler-1.303780>>

⁵⁵ Discurso de Lula na Convenção Nacional das Assembleias de Deus, ocorrido em 08 de setembro de 2006. Fonte: <<https://www.otempo.com.br/politica/lula-compara-adversarios-a-hitler-1.303780>>

se está envolvido em disputas eleitorais. Entretanto, a comparação com Hitler dá um peso que não fora percebido em outros momentos e que não condiz com a ideologia de FHC nem com a imagem que Lula tem de seu histórico adversário. Essa retórica expressa uma manifestação ao imaginário de sua base, formada por operários, camponeses e intelectuais organizados em torno da insatisfação com as condições de vida precárias das parcelas mais pobres da sociedade brasileira, as quais poderiam encontrar no líder carismático alguém comprometido em realizar as mudanças almejadas (VENUTO, 2017).

O fato de Lula ter uma postura mais moderada e conciliadora, evitando qualquer ação que possa classificá-lo como radical, o fez adotar uma retórica ainda mais centrada em sua figura, não transparecendo nenhum esforço em se contrapor à pós-política como maneira de descredibilizar a política institucional e de promover como meio de solucionar problemas políticos não o reforço das ideologias, mas sim a sua dissolução e o apoio à figura que representa uma virtude universal, acima das ideologias (MOUFFE, 2015). Isso pode ser observado na seguinte declaração de Lula, em um evento com empresários promovido pela revista IstoÉ, em São Paulo:

Quem é mais de direita vai ficando mais de centro. Quem é mais de esquerda, vai ficando social-democrata. As coisas vão se confluindo de acordo com a quantidade de cabelos brancos que você vai tendo e de acordo com a responsabilidade que você tem. Não tem outro jeito. Se você conhecer uma pessoa idosa esquerdista é porque está com problema. Se acontecer de conhecer alguém muito novo de direita é porque também está com problema. Quando a gente tem 60 anos está no equilíbrio porque a gente não é nem um e nem outro (IDOSO, 2006).⁵⁶

Embora possa-se relativizar a adequação do discurso à plateia que o presenciava, Lula apelou a uma retórica de pós-política, onde as diferenças entre direita e esquerda não passavam assomos juvenis que seriam superados com a experiência política, aludindo ao que Mouffe (2019) chama de consenso de centro, em que o determinante para se definir os rumos da política institucional não seria as ideologias ou os diferentes planos de governo, mas sim a capacidade advinda da experiência em se lidar de forma tecnocrática com a administração pública, como se houvesse algum tipo de neutralidade possível que carregaria a única forma eficiente de se governar. Neste sentido, não só era afirmada sua posição de líder carismático que representa o

⁵⁶ Discurso de Lula em um evento com empresários promovido pela revista IstoÉ, em São Paulo, ocorrido em 11 de dezembro de 2006. Fonte: <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1383727-5601,00-IDOSO+DE+ESQUERDA+TEM+PROBLEMA+DIZ+LULA+ANOS.html>>

“povo” como também de alguém confiável e cuja experiência mostrou a melhor forma de lidar com os problemas enfrentados pelo país.

Quando analisamos a relação de Lula com as instituições por meio de sua retórica, é possível perceber uma relação dúbia em que, ao mesmo tempo que sua credibilidade é questionada, há como proposição para os problemas apontados o aprimoramento de seus mecanismos internos. Um exemplo que pode ser observado é a seguinte declaração a respeito do Poder Judiciário:

É por isso que nós defendemos há tanto tempo o controle externo do Poder Judiciário. Não é meter a mão na decisão do juiz. É pelo menos saber como funciona a caixa-preta de um Judiciário que muitas vezes se sente intocável. [...] As instituições foram feitas para servir às pessoas e não se servir das pessoas (LULA CRITICA, 2003).⁵⁷

Neste sentido, Lula mobiliza a desconfiança nas instituições, presente na cultura política brasileira, ao mesmo tempo em que a alimenta. Da mesma forma, o ex-presidente, ao se referir à imprensa aponta críticas, mas defende sua importância em uma democracia:

Eu, por mais que tenha queixa da imprensa e acho que todo mundo tem queixa da imprensa, só sou o que sou por causa da imprensa. [...] A imprensa tem um papel muito importante em tudo o que nós estamos vivendo no Brasil de conquista de democracia (LULA CRITICA, 2003).⁵⁸

Ao falar sobre o papel da imprensa na democracia, Lula reconhece seu papel enquanto instituição fundamental para a democracia, ressaltando seu papel histórico na redemocratização e na consolidação democrática e reconhecendo o quanto ele mesmo se apropriou do espaço na imprensa para impulsionar sua construção política.

Em comum a todas essas declarações, pode-se ressaltar o fato de Lula ter sustentado uma retórica populista, naquilo que Laclau (2005) define como a construção subjetiva de um “nós”, composto pelo “povo” que Lula representaria, contra um “eles”, composto por uma “elite” insensível e sem ligação com os problemas sociais existentes. Com relação às instituições, Lula manteve uma postura dúbia, em que, ao mesmo tempo, tecia críticas e elogiava sua atuação e mesmo seu papel para a democracia.

⁵⁷ Trecho retirado de matéria do dia 23 de abril de 2003, do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2304200302.htm>>

⁵⁸ Trecho retirado de matéria do dia 23 de abril de 2003, do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2304200302.htm>>

3.3.2 Retórica populista de Trump

Trump foi conhecido com um presidente polêmico e agressivo com relação a adversários, promovendo ataques constantes. A analisar a maneira como Trump se porta frente às instituições, em especial em meio a polêmicas ocorridas durante seu governo, Norris e Inglehart (2019, p. 4) destacam algumas declarações de Trump, apontando a forma como este se refere às bases da democracia liberal estadunidense a organizações internacionais, mostrando que

Favorite targets include the mainstream media (“fake news”), elections (“fraudulent”), politicians (“drain the swamp”), political parties (“dysfunctional”), public-sector bureaucrats (“the deep state”), judges (“enemies of the people”), protests (“paid rent-a-mob”), the intelligence services (“liars and leakers”), lobbyists (“corrupt”), intellectuals (“arrogant liberals”) and scientists (“who needs experts?”), interest groups (“get-rich-quick lobbyists”), the constitution (“a rigged system”), international organizations like the European Union (“Brussels bureaucrats”) and the UN (“a talking club”). In Trump’s words, “The only antidote to decades of ruinous rule by a small handful of elites is a bold infusion of the popular will. On every major issue affecting this country, the people are right and the governing elite are wrong”.⁵⁹

Aqui observa-se não apenas os ataques específicos a instituições e adversários políticos, mas também um apelo direto a um combate generalizado ao que Trump chama de elites, que seriam esses grupos todos atacados pelo ex-presidente, pelo povo. Aqui, a referência a povo é àquele composto por seus apoiadores e os grupos com os quais se identificam, uma vez que dentre as parcelas da população insatisfeitas com o *establishment* político, Trump apelou justamente para aquelas com características as quais ele poderia representar de forma identitária ou mesmo retórica, partindo do reforço de preconceitos comuns em grande parte da população em um país historicamente conservador e cristão e engendrando isso com ataques a grupos e instituições que seriam promotoras de uma agenda que não respeitaria as tradições e crenças desse povo (MOUFFE, 2019). Assim, surge o espaço para o direcionamento do

⁵⁹ Em tradução livre: “Os alvos favoritos incluem a grande mídia (“fake news”), eleições (“fraudulentas”), políticos (“drenagem do pântano”), partidos políticos (“disfuncionais”), burocratas do setor público (“o estado profundo”), juízes (“inimigos do povo”), protestos (“aluguel pago”), os serviços de inteligência (“mentirosos e vazadores”), lobistas (“corruptos”), intelectuais (“liberais arrogantes”) e cientistas (“quem precisa de especialistas?”), grupos de interesse (“lobistas de enriquecimento rápido”), a Constituição (“um sistema manipulado”), organizações internacionais como a União Europeia (“burocratas de Bruxelas”) e a ONU (“um clube de conversas”). Nas palavras de Trump, “o único antídoto para décadas de governo ruinoso por um pequeno punhado de elites é uma ousada infusão da vontade popular. Em todas as questões importantes que afetam este país, o povo está certo e a elite governante está errada.”

descontentamento com a política institucional para questões vistas como desvirtuamento da vontade popular, cabendo ao líder esse enfrentamento, que sofre resistência por parte dos grupos tidos como hegemônicos e, por conta disso, necessitam de seu apoio na luta contra esse inimigo comum (NORRIS; INGLEHART, 2019). Deste modo, Trump foi inovador ao não apenas utilizar as redes sociais para disseminação de seu conteúdo político, mas também ao envolver em sua estratégia de comunicação a utilização das dinâmicas presentes nas redes sociais por conta de seus algoritmos (KOIKE; BENTES, 2018). Através deles, Trump potencializava seu conteúdo político por meio da adoção de uma estratégia de comunicação de roupagem mais direta, sem a diplomacia e os pudores esperados de um presidente da república, conforme a tradição política do país, assumindo comportamentos nas redes sociais pouco habituais e, inclusive, contraindicados na área da comunicação política, tais como o uso excessivo de adjetivos, o horário das publicações (muitas feitas durante a madrugada), o ataque direto, por meio de insultos, a adversários políticos e a propagação de notícias falsas, mentiras e imprecisões (KOIKE; BENTES, 2018). Em seguida serão colocadas capturas de tela de *tweets*⁶⁰ de Trump atacando diretamente instituições e adversários políticos

Figura 1 – Tweet de 31 de julho de 2018, em que Trump ataca veículos de mídia⁶¹.



Fonte: captura de tela da conta de Donald Trump no Twitter.⁶²

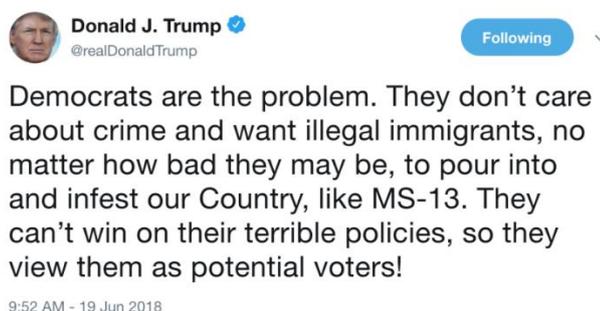
Na Figura 1 é possível ver um *tweet* em que Donald Trump se manifesta contra o que ele chama de Mídia *Fake News*, um termo muito usado ao longo do seu mandato para desacreditar qualquer veículo midiático que não fosse considerado seu aliado (BERNARDI; COSTA, 2020).

⁶⁰ Recurso utilizado por conta de as publicações de Trump nas redes sociais não estarem mais disponíveis, uma vez que as empresas que as controlam baniram seus perfis.

⁶¹ Em tradução livre: “A mídia de fake news está ficando LOUCA! Elas são totalmente desequilibradas e de muitas maneiras, depois de testemunhar em primeira mão o dano que eles fazem para tantas pessoas inocentes e decentes, eu gosto de assistir. Em 7 anos, quando eu não estiver mais em exercício, sua audiência vai secar e eles vão embora!”

⁶² Disponível em: <<https://www.newsday.com/news/nation/donald-trump-s-noteworthy-tweets-as-president-1.12632966>> Acesso em 12 de março de 2021.

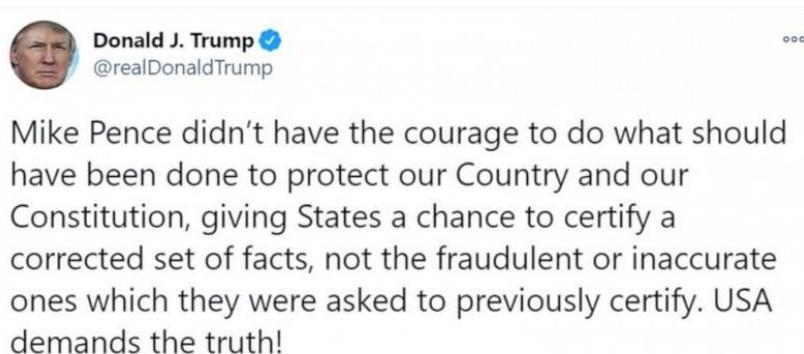
Figura 2 – Tweet de 19 de junho de 2018, em que Trump ataca o Partido Democrata.⁶³



Fonte: captura de tela da conta de Donald Trump no Twitter.⁶⁴

Outro alvo constante de ataques de Trump é o Partido Democrata – o partido de oposição no sistema bipartidário estadunidense –, como pode ser observado na Figura 2. Em meio ao debate acerca da construção do muro com o México, Trump os acusa de serem um problema, preocupando-se mais com seus potenciais eleitores do que com os danos que seriam causados pela imigração ilegal ao país. A exposição pública de críticas e de divergências entre os dois partidos é algo natural e até saudável para a democracia, entretanto as investidas de Trump contra o Partido Democrata não expressam mera divergência de agendas políticas, mas sim a atribuição constante do opositor como um problema, um alvo e um inimigo a ser combatido.

Figura 3 – Tweet de 06 de janeiro de 2021, em que Trump acusa Mike Pence de traição.⁶⁵



Fonte: captura de tela da conta de Donald Trump no Twitter.⁶⁶

⁶³ Em tradução livre: “Os democratas são o problema. Eles não se importam com o crime e querem que imigrantes ilegais, por piores que sejam, invadam e infestem nosso país, como o MS-13. Eles não podem ser vitoriosos em suas políticas terríveis, então eles os veem como eleitores em potencial!”

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.oklahoman.com/article/3147505/cowboys-enjoy-the-ride-in-lincoln-after-spinning-their-wheels-for-almost-a-half-century>> Acesso em 12 de março de 2021.

⁶⁵ Em tradução livre: Mike Pence não teve a coragem de fazer o que deveria ter sido feito para proteger nosso país e nossa Constituição, dando aos estados a chance de certificar um conjunto de fatos corrigidos, não os fraudulentos ou imprecisos que eles foram solicitados a certificar anteriormente. Os EUA exigem a verdade!”

⁶⁶ Disponível em: <<https://mynbc15.com/news/nation-world/reports-tuberville-notified-trump-about-pence-evacuation-in-capitol-attack>> Acesso em 12 de março de 2021.

Na Figura 3, Trump dirige seus ataques ao seu vice-presidente, Mike Pence, por não participar de seu plano de tumultuar a sessão do Congresso dos Estados Unidos que ratificaria o resultado eleitoral. O ex-presidente o acusou de traí-lo e de não se esforçar na busca da verdade. Assim, Trump transformou seu próprio vice em um opositor que estaria se aliando a aqueles que trazem perigo e coisas ruins aos bons cidadãos.

Em comum a todas as postagens aqui selecionadas, pode-se ressaltar o fato de Trump constantemente apelar a um discurso populista, segundo a concepção de Laclau (2005), em que existe um “nós”, composto por seus apoiadores que seriam o grupo de verdadeiros patriotas e pessoas boas, e um “eles”, composto por toda a oposição a si, a China, organizações internacionais, e pessoas que pertencem a outros poderes e instituições, que estariam unidas contra o seu governo. Neste sentido, qualquer pessoa, coletivo ou instituição que tenha manifestado discordância acerca de atos de Trump na Presidência é enquadrado não como um legítimo opositor ou pessoa que faz o seu trabalho, mas como uma ameaça a esse grupo que o líder representa. Norris e Inglehart (2019), bem como Bernardi e Costa (2020), apontam uma crescente desconfiança nas instituições por parte dos estadunidenses. Neste sentido, Trump se utilizar de uma retórica que deslegitima instituições como a vice-presidência, o Congresso, os partidos de oposição, o ex-presidente Barack Obama, e a Suprema Corte não apenas faz sentido enquanto discurso realizado com base nas opiniões e desconfianças da população, mas também reforça o sentimento de descrença por parte de seus apoiadores, já que as instituições, quando não se portam conforme seus interesses, são classificadas como um grupo interessado em criar problemas aos cidadãos.

3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O presente capítulo traz elementos importantes para se compreender o caráter populista dos governos Lula e Trump. Nele foi possível compreender a maneira como cada eleição se deu, em especial o seu contexto social e político. Lula foi eleito em um país que buscava estabilidade política desde o fim da ditadura militar e que passou um processo de impeachment contra o primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura. Ainda assim, os níveis de confiança nas instituições eram baixos, embora houvesse apoio à democracia de forma abstrata e atitudinal, ainda que o componente comportamental que dava suporte à democracia fosse baixo. Ao contrário, Trump é eleito em meio a um descrédito histórico das instituições

democráticas dos Estados Unidos sem que, no entanto, ocorressem processos de ruptura institucional ou qualquer tipo de contestação mais assertiva da democracia por parte da população.

Explica-se em parte a distinção de comportamento entre os dois governos em relação às instituições. Enquanto as críticas de Lula vinham acompanhadas de sugestões de formas de aprimorar o funcionamento das instituições, as críticas de Trump eram sempre ácidas, irônicas e sem mediações, contribuindo para o descrédito das instituições perante sua base e não reconhecendo sua importância na construção de uma democracia liberal. Ou seja, embora ambos alimentassem a desconfiança política, cada presidente o fez de maneira distinta, empregando retóricas diferentes. Do mesmo modo, a maneira como cada um mobiliza o imaginário dos seus apoiadores a fim de criar o “nós” de cada país tem diferenças substanciais, as quais tem relação direta com a formação e o imaginário social de cada país. O “povo” idealizado por Lula tratava-se dos trabalhadores explorados, com mínimas condições de subsistência, em quem os efeitos das políticas econômicas dos governos anteriores faziam-se sentir de forma mais aguda. Já Trump recorria ao ideal do sonho americano, colocando-se como um representante das pessoas que prosperaram através de seu esforço pessoal, mas que tinham sua vida atingida objetivamente por discursos e políticas de inclusão, que promoviam oportunidades a grupos que historicamente não as tinham e que, portanto, deveriam continuar tendo este acesso negado, uma vez que esta forma constituía os Estados Unidos da forma como estes o conhecem.

O “eles” apontado por cada líder também se distingue. Enquanto Lula aponta para um “eles” composto por uma elite distanciada do “povo” e de seus reais problemas, cujas políticas econômicas eram insensíveis às consequências trazidas. O “eles” de Trump, por outro lado, é um grupo heterogêneo composto por pessoas de ideias progressistas acerca de liberdades individuais e igualdade de direitos. Nos dois casos, trata-se de grupos que ameaçam as condições objetivas de vida do “povo”, apesar de, no caso de Lula, haver um recorte de classe mais bem definido, enquanto Trump se pauta por posições ideológicas acerca de direitos sociais.

Embora cada governo tenha os elementos basilares para a constituição de um populismo, aqui já se notam algumas diferenças na retórica empregada e na forma como cada governo trata o “eles”. Estes elementos corroboram para com as hipóteses propostas, mas que poderão ser mais bem compreendidas a partir da análise de dados.

4 ANÁLISE DE DADOS – CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E DEMOCRACIA

O presente capítulo tratará da análise dos dados de cultura política durante os anos de governo de Lula da Silva e de Donald Trump nos seus países. Com o intuito de identificar a influência de cada um dos presidentes na cultura política de seus países, a análise será realizada em duas partes que tratarão objetivamente de mudanças na percepção pública acerca de instituições cuja retórica presidencial poderia ter algum impacto. No caso de Lula, serão analisados os dados das ondas de 2002, 2004 e 2006 do *Latinobarômetro*, em específico as variáveis obtidas através das perguntas “Confiança no Congresso”, “Confiança nos partidos políticos”, “Confiança na televisão”, “Confiança no poder judiciário”, “Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos” e “Aprovação da gestão de governo pelo presidente”. De cada período, serão avaliadas as respostas de um universo de 947, 1204 e 1189 entrevistados, respectivamente. No caso de Donald Trump, serão analisadas as ondas de 2017, 2019 e 2021 do *Latin American Public Opinion Project (LAPOP)*, especificamente as perguntas “Respeito às instituições”⁶⁷, “Até que ponto você acha que o sistema político dos Estados Unidos deve ser apoiado?”⁶⁸, “Até que ponto você confia na mídia?”⁶⁹, “Até que ponto você tem confiança nas eleições neste país?”⁷⁰, “Executivo pode fechar o Legislativo em casos de crise” e “Voto na última eleição”⁷¹. Cada banco de dados conta com, respectivamente, 1500, 1500 e 1407 respostas obtidas por meio de questionário *survey*.

Procurou-se utilizar, quando possível, perguntas presentes nos bancos dos três anos estabelecidos para cada presidente, a fim de evitar qualquer alteração significativa relativa à formulação divergente entre as selecionadas. A primeira parte das análises tratará da variação do índice de confiança nas instituições ao longo dos dois mandatos em seus respectivos países, cuja intenção é a de visualizar se a retórica pode ter tido algum efeito na população em geral ao longo dos dois períodos. A segunda compreenderá a diferença na confiança nas instituições entre os apoiadores e os não-apoiadores de cada presidente ao final de cada mandato, a fim de

⁶⁷ Por se tratar de uma variável com escala de 1 a 7, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: 1-2 Pouco; 3-5 Médio e 6-7 Muito.

⁶⁸ Por se tratar de uma variável com escala de 1 a 7, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: 1-2 Pouco; 3-5 Médio e 6-7 Muito.

⁶⁹ Por se tratar de uma variável com escala de 1 a 7, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: 1-2 Pouco; 3-5 Médio e 6-7 Muito.

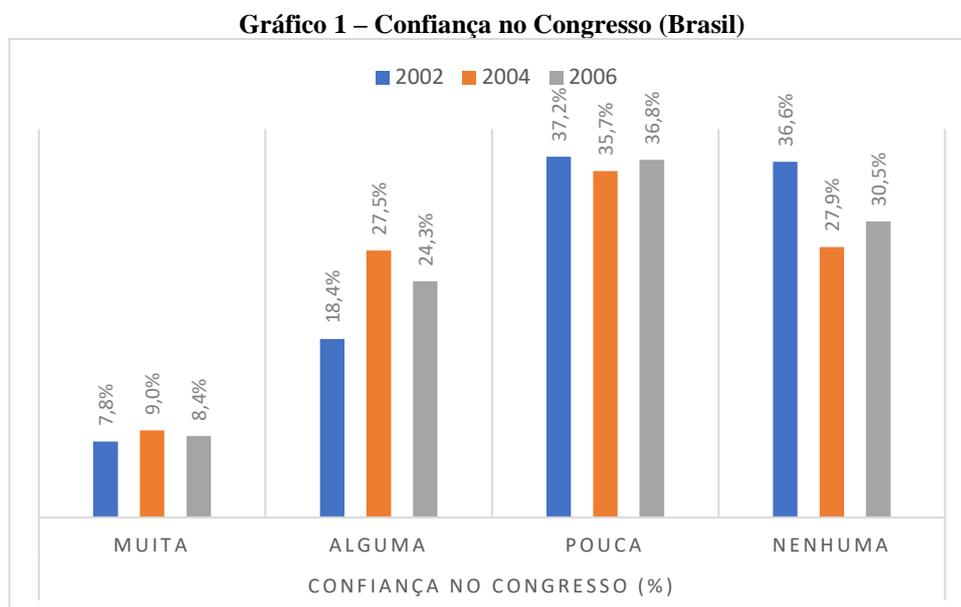
⁷⁰ Por se tratar de uma variável com escala de 1 a 7, as respostas foram recodificadas do seguinte modo: 1-2 Pouco; 3-5 Médio e 6-7 Muito.

⁷¹ Por existirem muitos candidatos, as respostas foram recodificadas em “Trump” e “outro”.

identificar padrões diferentes entre os dois grupos que possam ter influência da retórica empregada por cada governante ao longo do mandato, cuja influência poderia ser melhor percebida dentre aqueles com maior identificação e apoio político. Assim, se utilizará do referencial trazido anteriormente nesta dissertação, bem como das análises realizadas no capítulo anterior para que seja possível avaliar se as variações encontradas corroboram ou não com a retórica empregada por cada presidente.

4.1 ANÁLISE AO LONGO DOS MANDATOS

Conforme analisado no capítulo anterior, observou-se que a retórica de cada presidente, diferenciava-se tanto em conteúdo como em forma discursiva. Parte-se, portanto, para os gráficos que apresentam os dados coletados nas ondas citadas anteriormente. Os dados não levam em consideração respostas como “não sei” e “não quis responder”. Primeiramente, serão apresentados os gráficos relativos ao primeiro mandato de Lula da Silva como presidente do Brasil concernentes à variação da confiança em instituições.



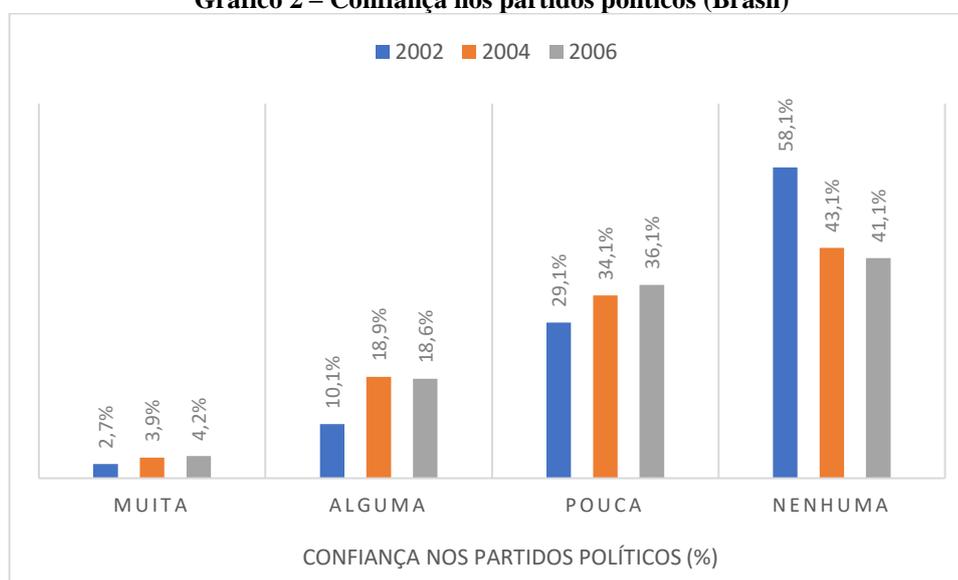
n 2002 = 947, n 2004 = 1204; n 2006 = 1189

Fonte: Elaboração própria a partir dos bancos de dados do Latinobarômetro (2002, 2004 e 2006).

Observando o Gráfico 1, pode-se afirmar que houve variação considerável em duas das respostas e, em outras duas não houve grandes variações. As maiores variações ocorreram nas respostas “alguma” e “nenhuma”, onde de 2002 a 2004 é possível avaliar um leve aumento na

confiança no Congresso, uma vez que a resposta “nenhuma” baixou de 36,6% para 27,9% e a resposta “alguma” aumentou de 18,4% para 27,5%. Nos dois casos, houve um recuo na variação: “nenhuma” subiu para 30,5% e “alguma” diminuiu para 24%. As respostas “muita” e “pouca” tiveram uma variação pequena: menos de 2% nas três amostragens. Considerando o início do mandato de Lula, poder-se-ia supor que este teve algum efeito no leve aumento da confiança no Congresso. No entanto, é necessário analisar os demais gráficos de frequência desta seção, bem como as tabelas cruzadas da próxima para se observar a existência ou não de um padrão relativo a essa variação.

Gráfico 2 – Confiança nos partidos políticos (Brasil)



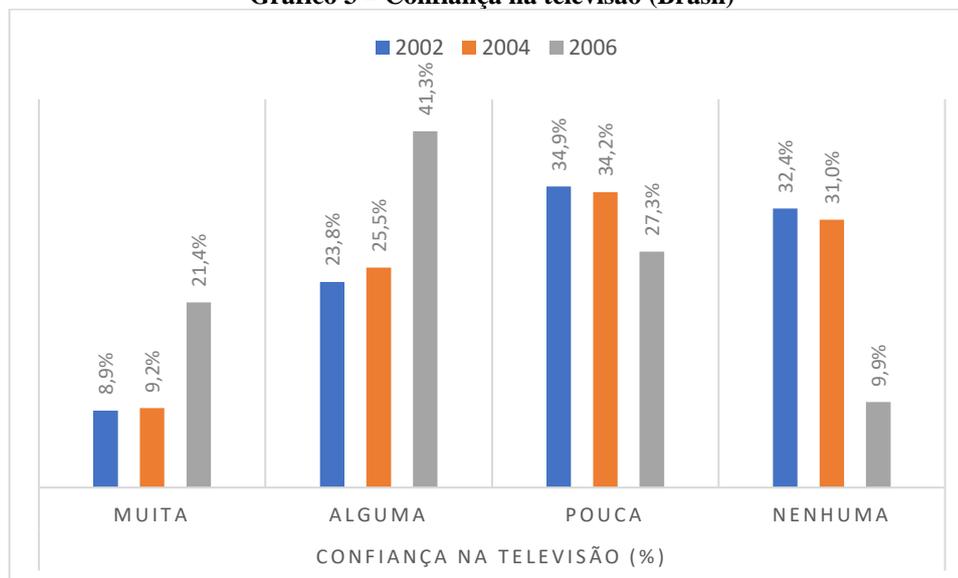
n 2002 = 947, n 2004 = 1204; n 2006 = 1189

Fonte: Elaboração própria a partir dos bancos de dados do Latinobarômetro (2002, 2004 e 2006).

No Gráfico 2, pode-se observar uma baixa confiança nos partidos políticos. Entretanto, a confiança apresenta um aumento constante, apesar de pequeno. A resposta “nenhuma” diminuiu de 58,1%, em 2002, para 43,1%, em 2004, e para 41,1%, em 2006. Já a opção “pouca” aumentou de 29,1%, em 2002, para 34,1%, em 2004, e para 36,1%, em 2006. Dentre os entrevistados, responderam “alguma” 10,1%, em 2002, 18,9%, em 2004, e 18,6%, em 2006. A resposta “muita” teve 2,7%, em 2002, 3,9%, em 2004, e 4,2%, em 2006. Aqui é possível observar um aumento contínuo na confiança nos partidos políticos ao longo do primeiro mandato do Governo Lula. Apesar de o ex-presidente atacar diretamente seus adversários e estimular uma retórica de pós-política em relação a ideologias, os ataques não eram direcionados a partidos políticos (tanto em geral quanto em específico). Além disso, há o fato

de o próprio Lula possuir uma identificação tão grande com o PT, seu partido, a ponto de as duas histórias políticas se convergirem, sendo possível alguma transferência de seu prestígio pessoal para o partido.

Gráfico 3 – Confiança na televisão (Brasil)

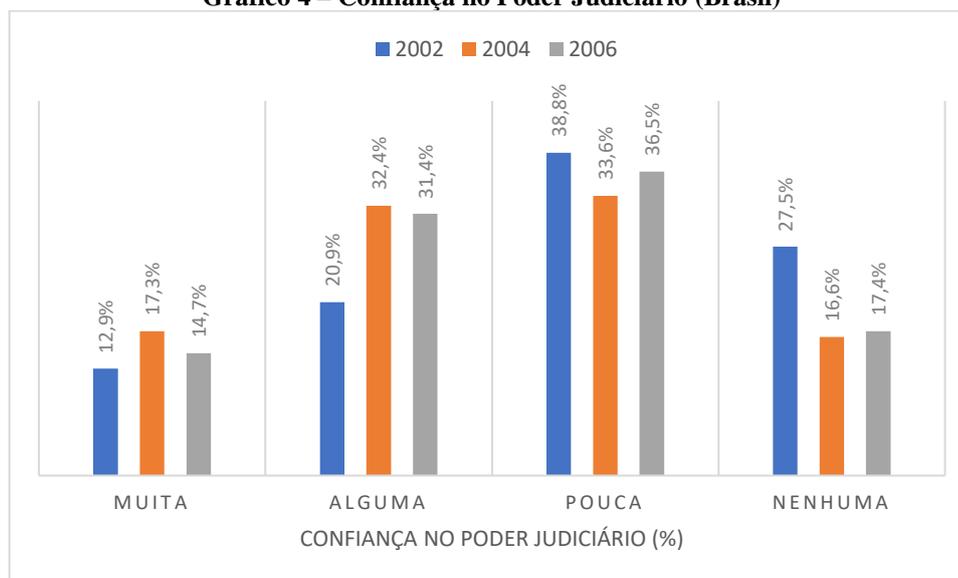


n 2002 = 947, n 2004 = 1204; n 2006 = 1189

Fonte: Elaboração própria a partir dos bancos de dados do Latinobarômetro (2002, 2004 e 2006).

No Gráfico 3, nota-se um aumento na confiança na televisão ao longo do primeiro mandato de Lula, em especial no ano de 2006, pois, apesar de os índices de 2002 e 2004 apresentarem tendências que se concretizariam definitivamente em 2006, a diferença nas duas primeiras medições avaliadas é pequena. A resposta “nenhuma” diminuiu de 36,4%, em 2002, para 31%, em 2004, e para 9,9%, em 2006. Já a opção “pouca” diminuiu de 34,9%, em 2002, para 34,2%, em 2004, e para 27%, em 2006. Dentre os entrevistados, responderam “alguma” 23,8%, em 2002, 25,5%, em 2004, e 41,3%, em 2006. A resposta “muita” teve 8,9%, em 2002, 9,2%, em 2004, e 21,4%, em 2006. Nota-se, portanto, um aumento significativo da confiança na televisão em 2006, o que corroboraria com a retórica de Lula acerca do papel da imprensa para a democracia, mesmo pontuando possuir críticas a sua forma de atuação, melhor exploradas no capítulo anterior.

Gráfico 4 – Confiança no Poder Judiciário (Brasil)

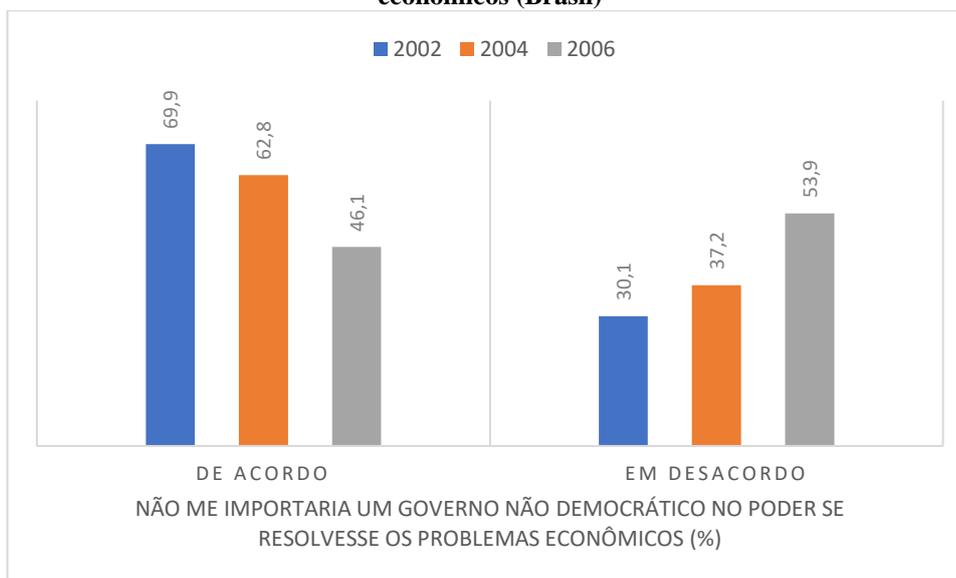


n 2002 = 947, n 2004 = 1204; n 2006 = 1189

Fonte: Elaboração própria a partir dos bancos de dados do Latinobarômetro (2002, 2004 e 2006).

No Gráfico 4, pode-se observar que a confiança no Poder Judiciário oscilou ao longo do primeiro mandato de Lula. As variáveis que apresentaram maior variação foram “alguma”, resposta de 20,9%, em 2002, 32,4%, em 2004, e 31,4%, em 2006, e “nenhuma”, com 27,5%, em 2002, 16,6%, em 2004, e 17,4, em 2006. As respostas “muita” e “pouca” apresentaram oscilações e mantiveram-se em patamares próximos. Daqui, pode-se concluir uma pequena melhora na confiança do Poder Judiciário ao longo dos anos, o que contrasta com o tom mais crítico de Lula. Para compreender se houve um efeito mais direto da retórica de Lula sobre seus apoiadores, será dedicado maior espaço a isso na próxima seção.

Gráfico 5 – Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos (Brasil)



n 2002 = 947, n 2004 = 1204; n 2006 = 1189

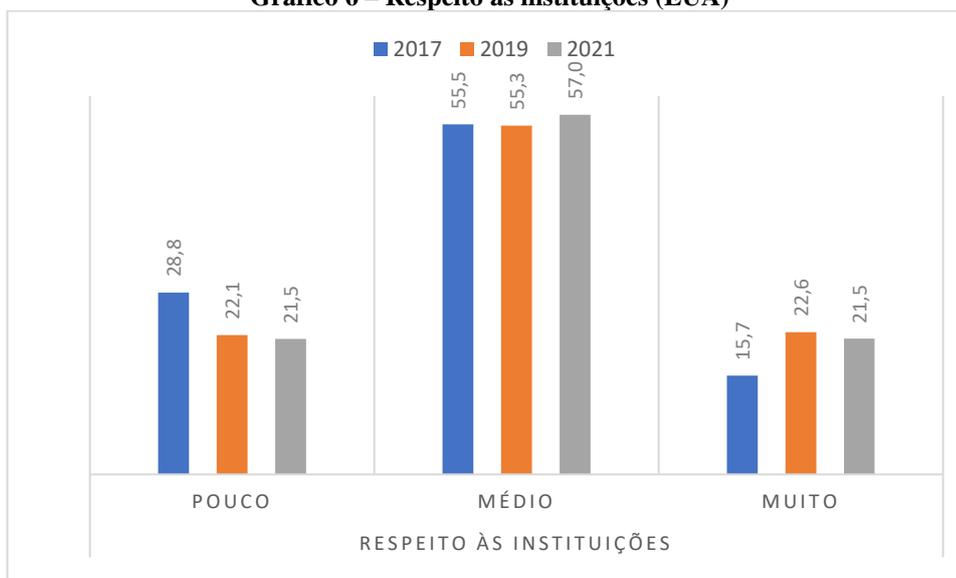
Fonte: Elaboração própria a partir dos bancos de dados do Latinobarômetro (2002, 2004 e 2006).

No Gráfico 5 percebe-se um aumento da percepção de importância da democracia a partir do aumento da rejeição de um governo autoritário como solução para problemas econômicos. As pessoas favoráveis a um governo autoritário como solução para os problemas econômicos eram 69,9%, em 2002, 32,8%, em 2004, e 46,1%, em 2006. Em desacordo com essa perspectiva, eram 30,1%, em 2002, 37,2%, em 2004, e 53,9%, em 2006. Nota-se, portanto, uma assimilação maior da democracia ao longo do primeiro mandato de Lula da Silva.

No geral, percebe-se que o Governo Lula foi marcado por uma melhora na confiança nas instituições analisadas, mesmo entre aquelas que seriam alvo maior de críticas do ex-presidente, e do respeito às regras da democracia. A partir disso, pode-se concluir que a retórica de Lula e o nível de confiança nas instituições e na democracia convergiram. Na próxima seção, será analisada uma possível relação entre os dois fatores.

Segue, em seguida, a análise se é possível observar essa mesma convergência entre a retórica de Trump e as mudanças na confiança institucional e no respeito à democracia por parte dos estadunidenses.

Gráfico 6 – Respeito às instituições (EUA)

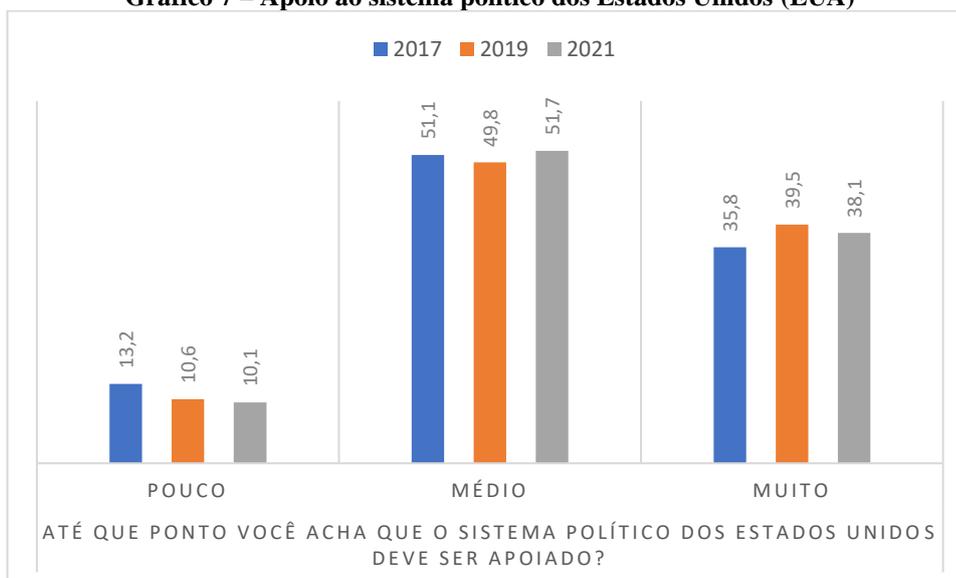


n 2017 = 1500; n 2019 = 1500; n 2021 = 1407

Fonte: Elaboração própria a partir dos bancos de dados do LAPOP dos anos de 2017, 2019 e 2021.

O Gráfico 6 aponta um aumento no respeito às instituições por parte dos estadunidenses ao longo do governo Trump. Enquanto a categorização “médio” manteve-se em patamares próximos (55,5%, em 2017, 55,3%, em 2019, e 57%, em 2021), “muito” obteve um aumento significativo: 15,7%, em 2017, 22,6%, em 2019, e 21,5%, em 2021. Enquanto isso, “pouco” diminuiu de 28,8%, em 2017, para 22,1, em 2019, e 21,5%, em 2021. Neste sentido, as mudanças no respeito às instituições por parte dos estadunidenses não corroboram com a retórica empregada por Trump, sempre de ataque às instituições como se estas fizessem parte de um establishment contra o qual o ex-presidente estaria lutando.

Gráfico 7 – Apoio ao sistema político dos Estados Unidos (EUA)

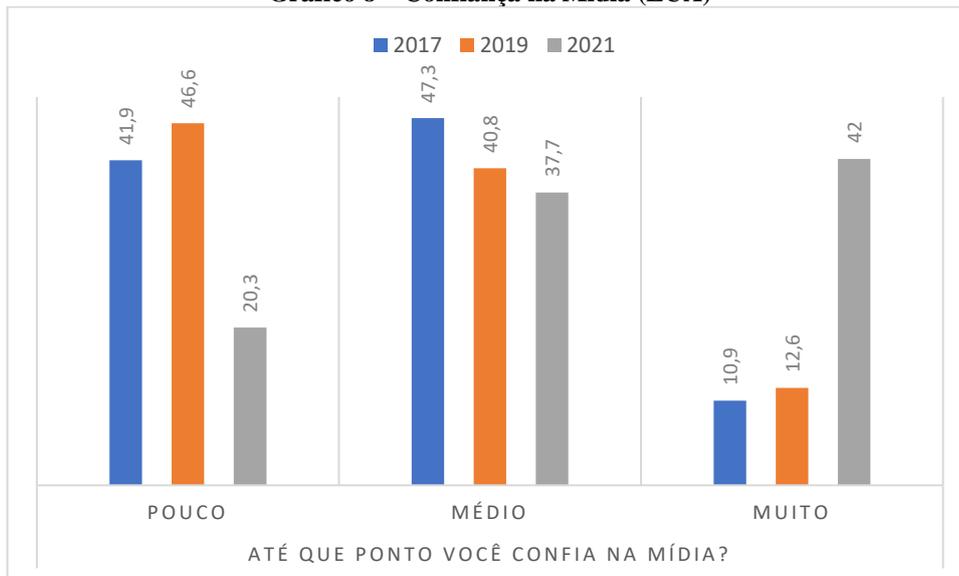


n 2017 = 1500; n 2019 = 1500; n 2021 = 1407

Fonte: Elaboração própria a partir dos bancos de dados do LAPOP dos anos de 2017, 2019 e 2021.

No Gráfico 7, relativo ao apoio ao sistema político dos Estados Unidos, “pouco” teve uma pequena diminuição ao longo dos anos: 13,2%, em 2017, 10,6%, em 2019, e 10,1%, em 2021; “médio” teve 51,1% em 2017, 49,8% em 2019 e 51,7% em 2021 e “muito” alcançou 35,8% em 2017, 39,5% em 2019 e 38,1% em 2021. Embora os valores tenham oscilado, a mudança foi pequena. Assim, não é possível tirar qualquer conclusão mais definitiva da variação do apoio ao sistema político do país apenas com base na variação da frequência ao longo do mandato, sendo recomendado uma análise mais apurada a partir do cruzamento dos dados com o apoio ao presidente Donald Trump.

Gráfico 8 – Confiança na Mídia (EUA)

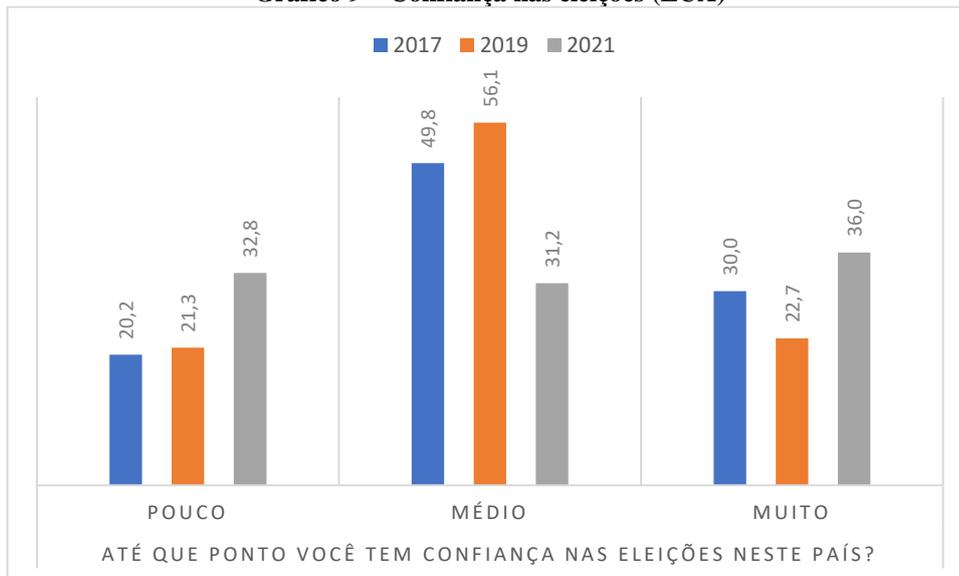


n 2017 = 1500; n 2019 = 1500; n 2021 = 1407

Fonte: Elaboração própria a partir dos bancos de dados do LAPOP dos anos de 2017, 2019 e 2021.

Já a confiança na mídia apresenta alterações significativas ao longo dos anos de mandato de Trump. Conforme o Gráfico 8, dentre os entrevistados, os índices de “pouca” confiança na mídia foram de 41,9% em 2017, 46,6% em 2019 e 20,3% em 2021. Já “médio” obteve 47,3% em 2017, 40,8% em 2019 e 37,7% em 2021. Os que têm “muita” confiança na mídia foram 10,9% em 2017, 12,6% em 2019 e 42% em 2021. Embora a pergunta apresente uma abrangência da mídia de uma forma geral, pode-se considerar que esses dados são contrários à retórica empregada por Donald Trump ao longo de seu mandato uma vez que este atacava de forma enfática os veículos de mídia identificados com os democratas, mas mesmo os identificados com o Partido Republicano sofreram críticas quando manifestaram oposição aos incidentes que resultaram na invasão ao Capitólio dos Estados Unidos em 06 de janeiro de 2021. Neste sentido, não se pode considerar que a retórica de Trump tenha influenciado a confiança na mídia dos estadunidenses de uma forma geral.

Gráfico 9 – Confiança nas eleições (EUA)

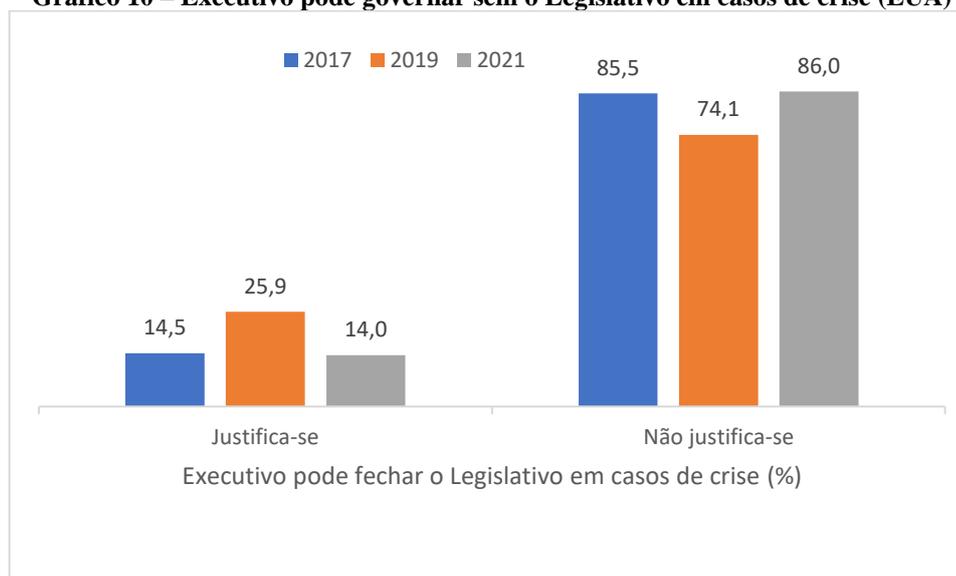


n 2017 = 1500; n 2019 = 1500; n 2021 = 1407

Fonte: Elaboração própria a partir dos bancos de dados do LAPOP dos anos de 2017, 2019 e 2021.

O Gráfico 9 mostra a variação na confiança nas eleições dos Estados Unidos por parte de seus cidadãos. Aqueles que têm “pouca” confiança somavam 20,2% em 2017, 21,3% em 2019 e 32,8% em 2021. Já a confiança “média” correspondia a 49,8% da população em 2017, 56,1% em 2019 e 31,2% em 2021. Os que confiam “muito” nas eleições eram 30% em 2017, 22,7% em 2019 e 36% em 2021. Aqui nota-se uma polarização da confiança nas eleições, especialmente no bando de dados de 2021, com significativo aumento em “pouca” e em “muita” confiança e diminuição da “média”. Isso pode revelar que a confusão, bem como a deslegitimação da eleição por parte de Trump e de seus apoiadores pode ter gerado um efeito contrário entre aqueles contrários ao ex-presidente dos Estados Unidos. Isso poderá ser analisado na próxima seção.

Gráfico 10 – Executivo pode governar sem o Legislativo em casos de crise (EUA)



n 2017 = 1500; n 2019 = 1500; n 2021 = 1407

Fonte: Elaboração própria a partir dos bancos de dados do LAPOP dos anos de 2017, 2019 e 2021.

O Gráfico 10 mostra a resposta à possibilidade de o Poder Executivo poder governar sem o Poder Legislativo em meio a crises. Mostravam-se favoráveis a essa possibilidade 14,5% em 2017, 25,9% em 2019 e 14% em 2021. Já a rejeição abrangia 85,5% dos entrevistados em 2017, 74,1% em 2019 e 86% em 2021. Isso mostra que, embora o ano de 2019 tenha apontado para um aumento da adesão a um cenário de governo mais autoritário e reforço da figura do líder como centralizador da política, o índice ficou longe de representar a maioria da população e a rejeição a esse modelo voltou a subir em 2021. Ou seja, embora Trump tenha se colocado como alguém cujo ímpeto pessoal e cuja força individual seria capaz de transpor limites impostos pela política institucional a fim de resolver os problemas do país, esse discurso não foi abraçado pela população em geral, que se manteve mais favorável à manutenção da institucionalidade democrática.

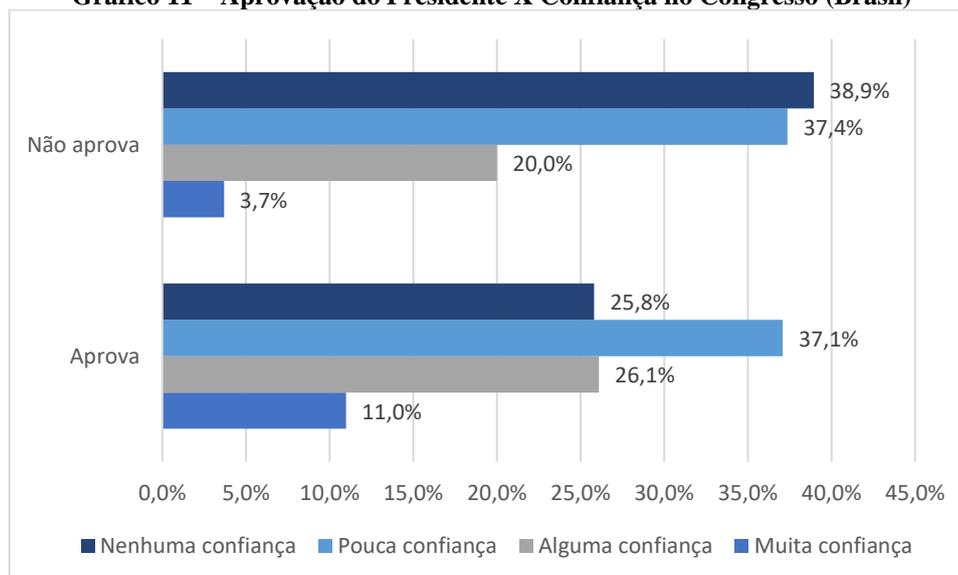
A partir dos dados analisados, percebe-se uma influência menor na retórica de Trump na população em geral em comparação com Lula da Silva. As principais instituições e ideias do ex-presidente estadunidense não parecem ter ecoado entre a população como um todo. Uma vez que as instituições tiveram aumento de confiança ou mantiveram índices relativamente estáveis. A diferença entre o impacto de cada presidente na confiança da população talvez se dê pela quantidade de apoiadores de cada um e seu efeito na população (Trump saiu da presidência com aprovação de 34%, segundo o Instituto Gallup (2022), e Lula terminou o primeiro mandato com aprovação de 52%, segundo o Datafolha (2022)). Para compreender mais

precisamente o efeito do discurso de cada presidente entre seus apoiadores, será dedicada a próxima seção.

4.2 O EFEITO DO APOIO AO PRESIDENTE

Uma vez analisado o nível de efeito da retórica de cada presidente na confiança da população em geral nas instituições e na democracia, é necessário compreender a diferença existente entre os apoiadores de Lula e de Trump e aqueles que não os apoiam. Sendo assim, serão feitas análises de cruzamento entre a aprovação do presidente, no caso de Lula, e no voto na eleição de 2020, no caso de Trump com as variáveis analisadas na seção anterior nos anos de 2006 e 2021, respectivamente. Os dados não levam em consideração respostas como “não sei” e “não quis responder”. A análise inicia com os dados referentes a Lula.

Gráfico 11 – Aprovação do Presidente X Confiança no Congresso (Brasil)



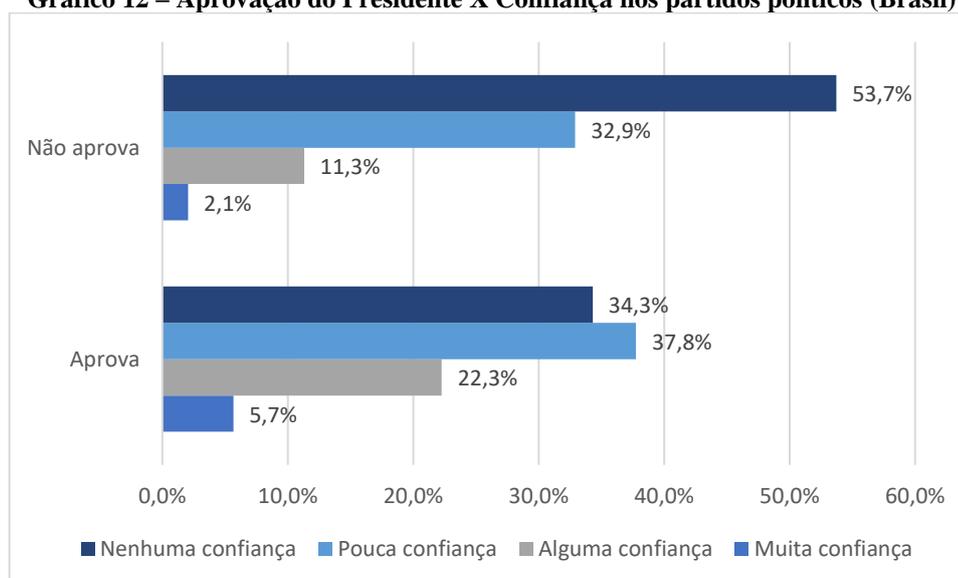
n = 1189 / r = 0,000

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Latinobarômetro (2006).

Conforme o Gráfico 11, dentre os que não aprovavam a gestão de Lula como presidente do Brasil, 38,9% diziam ter “nenhuma confiança” no Congresso, 37,4% tinham “pouca confiança”, 20% tinham “alguma confiança” e 3,7% tinham “nenhuma confiança”. Já entre os apoiadores de Lula, 25,8% tinham “nenhuma confiança”, 37,1% tinham “pouca confiança”, 26,1% tinham “alguma confiança” e 11% tinham “muita confiança”. Esses dados apontam que, embora os índices de confiança no Congresso não fossem elevados, os apoiadores do então

presidente apresentavam um percentual maior de “muita confiança” e de “alguma confiança” do que o outro seguimento. Do mesmo modo, os que não aprovavam Lula apresentavam percentuais maiores de “pouca confiança” e “nenhuma confiança”. Neste sentido, pode-se compreender que a diferença no nível de confiança acorda-se com a retórica empregada pelo ex-presidente, de tom mais conciliador. Boito (2022) aponta que a guinada neoliberal de Lula contou com um redirecionamento político do presidente a fim de estabelecer uma relação pacífica e sem grandes conflitos com o Congresso através da negociação de seu programa de governo e da cessão de espaço político para partidos burgueses a fim de estabelecer uma relação de governabilidade. Desta maneira, o presidente pode ter ajudado a construir parte desse aumento de apoio ao Congresso entre seus eleitores, mesmo em um período em que houve o escândalo do Mensalão, que envolvia especificamente negociações entre o Executivo e o Legislativo.

Gráfico 12 – Aprovação do Presidente X Confiança nos partidos políticos (Brasil)



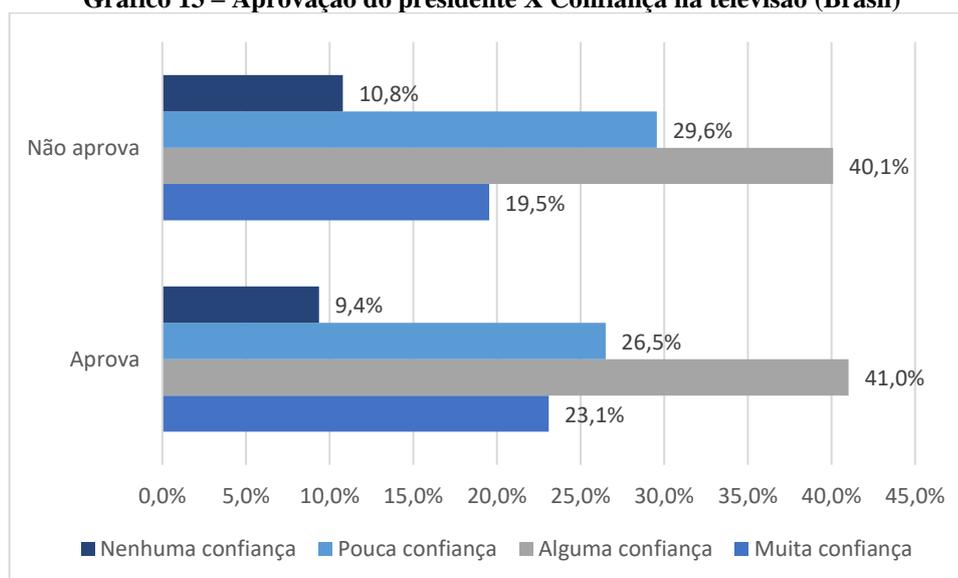
n = 1189 / r = 0,000

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Latinobarômetro (2006).

O Gráfico 12 aponta que, entre os que aprovam Lula, 5,7% tem “muita confiança” nos partidos políticos, 22,3% tem “alguma confiança”, 37,8% tem “pouca confiança” e 34,3% tem “nenhuma confiança”. Já entre os que não aprovam, 2,1% tem “muita confiança”, 11,3% tem “alguma confiança”, 32,9% tem “pouca confiança” e 53,7% tem “nenhuma confiança”. Novamente, nota-se um índice maior de confiança entre os apoiadores de Lula, ainda que não esteja em níveis altos em geral. Os que aprovam Lula tem um percentual maior nas respostas

“muita confiança”, “alguma confiança” e “pouca confiança” e menor em “nenhuma confiança”. Nesse sentido, pode-se considerar que a retórica respeitosa em relação aos partidos políticos, aliada ao fato de Lula ter tido aliança de governo com todos os partidos com representação no Congresso no momento – exceto PSDB e PFL – ao longo de seu governo, transmitiam uma maior confiança para seus apoiadores, além de o próprio PT absorver parte do prestígio político de Lula para si. Conforme Arcary (2008), o distanciamento de Lula de uma postura mais combativa resultou em uma aproximação política com diversos outros partidos, de um amplo espectro ideológico incluindo aqueles que no passado foram alvo de duras críticas por parte dele mesmo e de seus apoiadores, com a justificativa de obter maioria no Congresso e, com isso, ter viabilidade para seu governo. Esse movimento pode ter contribuído para esse aumento na credibilidade dos partidos políticos, uma vez que este alinhamento levou o Brasil a uma estabilidade política necessária para o estabelecimento da democracia no país.

Gráfico 13 – Aprovação do presidente X Confiança na televisão (Brasil)



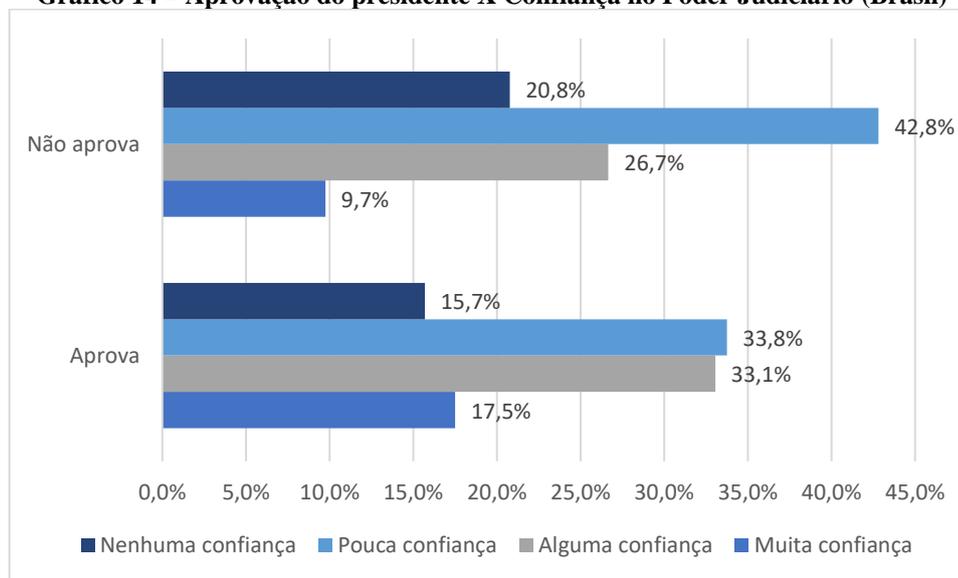
n = 1189 / r = 0,006

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Latinobarômetro (2006).

O Gráfico 13 apresenta maior equilíbrio entre apoiadores e não apoiadores de Lula em relação à confiança na televisão, embora os apoiadores demonstrem um nível ligeiramente maior de confiança. Dentre os que aprovam o governo de Lula, 9,4% manifestam “nenhuma confiança” na televisão, 26,5% “pouca confiança”, 41% “alguma confiança” e 23,1% “muita confiança”. Entre os que não aprovam, 10,8% manifestam “nenhuma confiança”, 29,6% “pouca confiança”, 40,1% “alguma confiança” e 19,5% “muita confiança”. Neste sentido, o

reconhecimento público de Lula da importância da imprensa para a democracia pode ter alguma reverberação entre seus apoiadores, embora seja notável que a diferença entre apoiadores e não apoiadores neste ponto seja menor do que nos anteriores.

Gráfico 14 – Aprovação do presidente X Confiança no Poder Judiciário (Brasil)



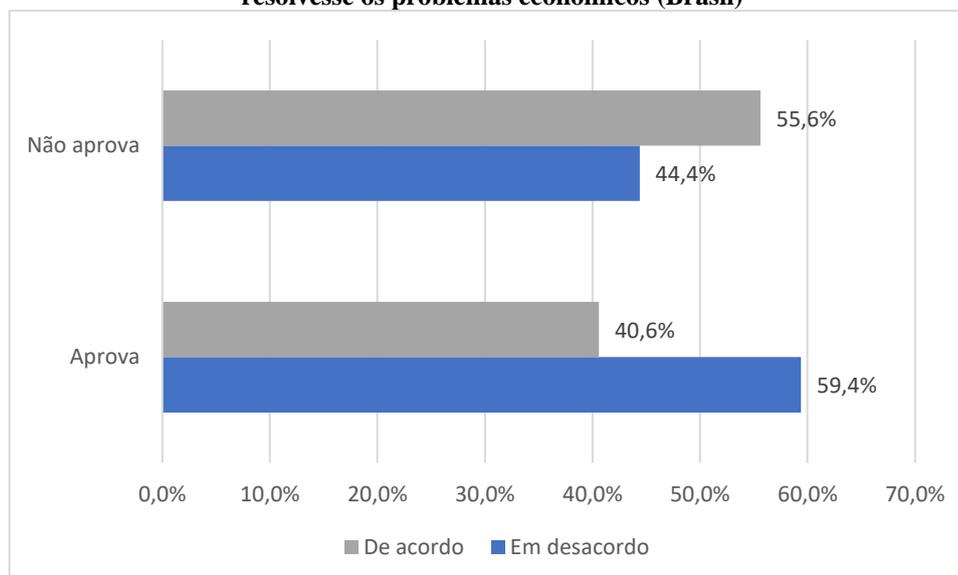
n = 1189 / r = 0,000

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Latinobarômetro (2006).

No Gráfico 14, é possível observar uma maior confiança no Poder Judiciário por parte dos apoiadores de Lula. Dentre os que aprovam sua gestão, 17,5% manifestaram “muita confiança”, 33,1% “alguma confiança”, 33,8% “pouca confiança” e 15,7% “nenhuma confiança”. Já entre os que não aprovam 9,7% apresentam “muita confiança”, 26,7% “alguma confiança”, 42,8% “pouca confiança” e 20,8% “nenhuma confiança”. Assim, os apoiadores de Lula manifestam maiores índices nas respostas “muita confiança” e “alguma confiança” e menores em “pouca confiança” e “nenhuma confiança”. Embora Lula tenha utilizado uma retórica mais agressiva e crítica em relação ao Judiciário, seus apoiadores têm mais confiança do que os que não aprovam seu governo, o que talvez possa ser explicado pelo fato de as críticas a essas instituições serem feitas com o reconhecimento de seu papel para a consolidação da democracia no país e de mesmo as mudanças cogitadas serem pensadas dentro das possibilidades impostas pela constituição. Costa e Lamarca (2013) afirmam que o Governo Lula foi marcado por um empoderamento do Judiciário, uma vez que este não apenas se firmou como poder independente da República, atuando de maneira proativa e não apenas quando provocado e tendo uma atuação política acentuada em questões de debate nacional em que os demais

poderes eram omissos. Neste sentido, não apenas a retórica de Lula pode ter fortalecido o Judiciário como também a sua própria mudança de postura em relação aos debates nacionais e a temas polêmicos.

Gráfico 15 – Aprovação do Presidente X Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos (Brasil)



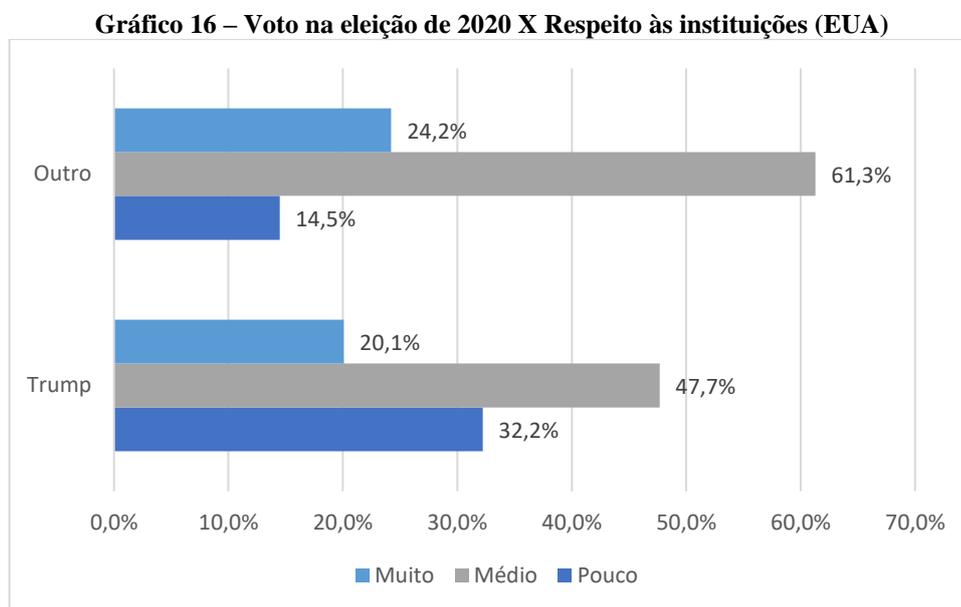
n = 1189 / r = 0,000

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Latinobarômetro (2006).

O Gráfico 15 mostra a relação entre a aprovação do presidente Lula e a adesão a um governo autoritário. Dentre os que aprovavam o ex-presidente, 40,6% concordavam com a perspectiva de um governo autoritário que resolvesse problemas econômicos e 59,4% discordavam. Já entre os que desaprovavam o Governo Lula, 55,6% concordavam e 44,4% discordavam. Isso mostra que os apoiadores eram mais refratários à ideia de um governo autoritário em relação aos que não aprovavam, o que corrobora com a retórica de defesa da democracia de Lula e de rejeição a qualquer perspectiva autoritária.

Em geral, é possível perceber uma maior confiança nas instituições e defesa da democracia por parte dos apoiadores em relação aos não apoiadores, o que corrobora com dados levantados por Oliveira (2013), que apontam um aumento no apoio à democracia e a valores democráticos ao longo do Governo Lula. Isso encontra ressonância em um tom mais moderado e conciliador do ex-presidente brasileiro, uma vez que este, mesmo quando tecia críticas às instituições, se mostrava favorável à democracia e tinha uma retórica de aprimoramento dos mecanismos internos. Neste sentido, a retórica de Lula convergiu com o que manifestaram seus apoiadores.

A seguir serão feitas as análises dos cruzamentos a partir dos dados dos Estados Unidos entre apoiadores e não apoiadores de Donald Trump.

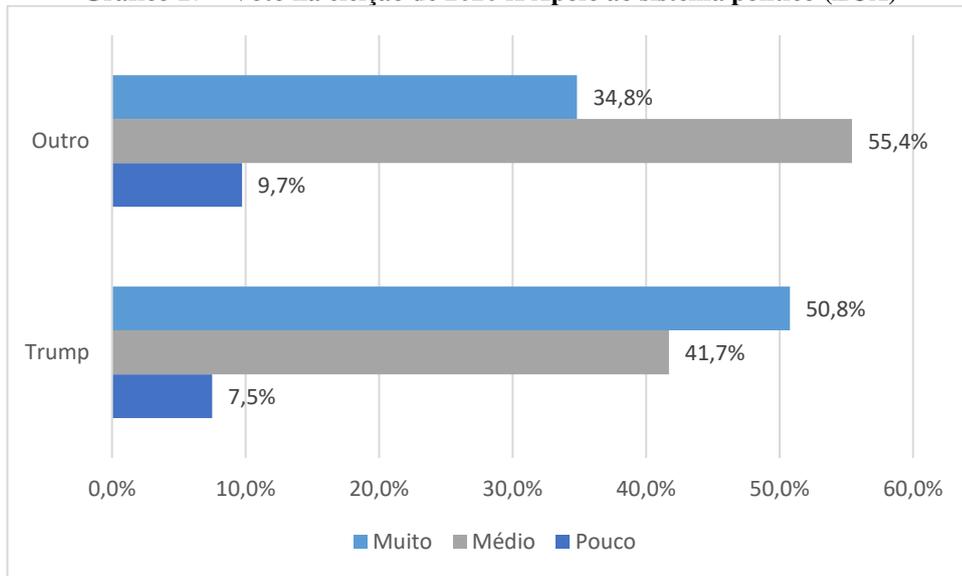


n = 1407 / r = 0,000

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do LAPOP (2021).

O Gráfico 16 mostra uma diferença no respeito às instituições entre apoiadores e não apoiadores de Donald Trump. Dentre os que votaram no ex-presidente republicano 20,1% tem “muito” respeito às instituições, 47,7% tem “médio” e 32,2% tem “pouco”. Já entre os que votaram em outro candidato 24,2% responderam ter “muito” respeito às instituições, 61,3% “médio” e 14,5% “pouco”. Assim, percebe-se uma tendência menor ao respeito às instituições por parte dos apoiadores de Trump em comparação com os que votaram em outro candidato na eleição presidencial de 2020. Esses dados vão ao encontro da retórica de Trump de deslegitimação das instituições, especialmente quando estas se configuravam como um empecilho para a consolidação de seu programa político ou de questões de iniciativa de seu governo. Isso mostra que, apesar de o respeito às instituições ter aumentado ao longo do Governo Trump nos Estados Unidos, conforme o Gráfico 6 (apresentado na seção anterior), esse aumento teve maior preponderância por parte dos não apoiadores do que dos apoiadores do ex-presidente. Esse cenário corrobora com o apontado por Norris e Inglehart (2019) de que a retórica populista de Trump se pautava no ataque às instituições políticas dos Estados Unidos como se estas estivessem sob o controle daquelas forças progressistas que estariam contrariando os valores que fizeram dos Estados Unidos um país com a sua força histórica.

Gráfico 17 – Voto na eleição de 2020 X Apoio ao sistema político (EUA)

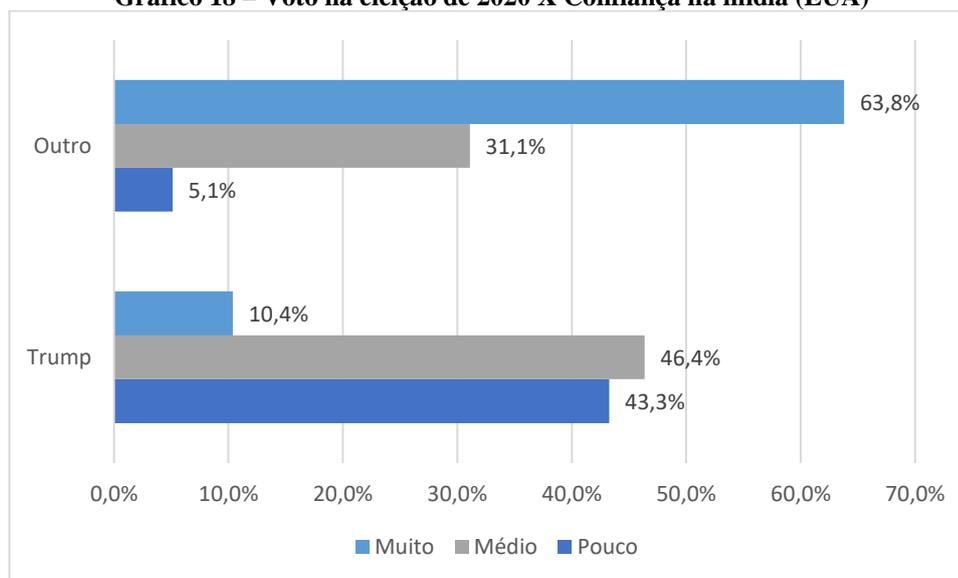


n = 1407 / r = 0,000

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do LAPOP (2021).

O Gráfico 17 aponta uma diferença pequena entre as respostas de “pouco” e uma diferença maior nas respostas “médio” e “muito”. Entre os eleitores de Trump 7,5% manifesta “pouco” apoio ao sistema político, 41,7% “médio” e 50,8% “muito”. Enquanto isso, 9,7% dos que votaram em outro candidato conferem “pouco” apoio, 55,4% “médio” e 34,8% “muito”. Assim, embora Trump se apresente como um candidato anti-establishment, de fora da política e fosse considerado um representante de uma insatisfação latente com o sistema político estadunidense, o reflexo disso no apoio ao sistema político por parte de seus eleitores não foi perceptível. Pelo contrário, os eleitores do ex-presidente têm índices maiores de “muito” apoio ao sistema político e menores de “médio” e “pouco”. Neste sentido, apesar de o efeito de Trump na cultura política estadunidense ser considerado desfavorável à confiança nas instituições por Mouffe (2019), o próprio prestígio pessoal de Trump entre seus apoiadores pode ressoar em uma aprovação mais elevada do sistema político, quando estes se confundem, uma vez que, então, o próprio Trump passou a fazer parte desse sistema político e seus eleitores puderam se ver representados tanto por ele quanto por outras lideranças políticas que puderam se afirmar diante deste novo cenário.

Gráfico 18 – Voto na eleição de 2020 X Confiança na mídia (EUA)

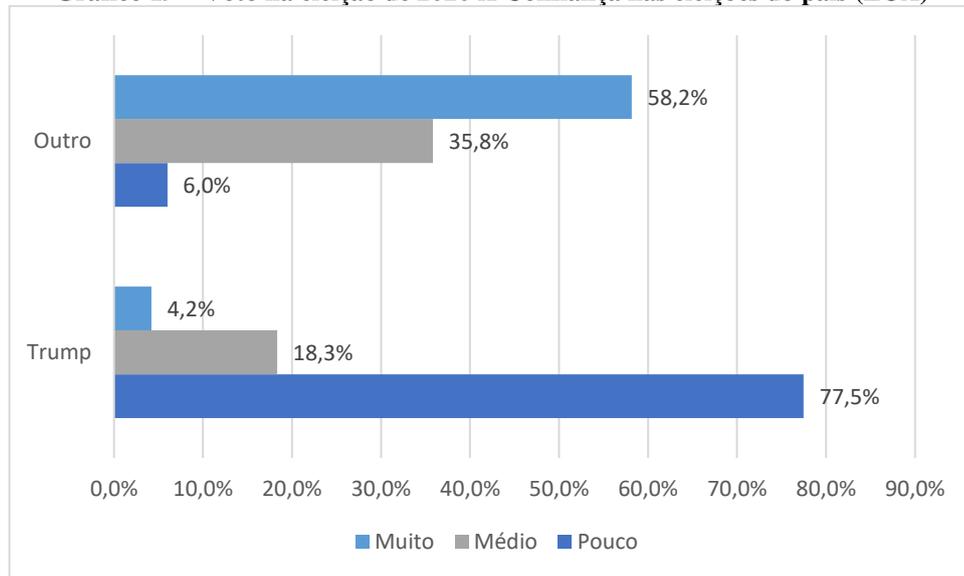


n = 1407 / r = 0,000

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do LAPOP (2021).

O Gráfico 18 traz diferenças significativas entre os apoiadores de Trump e os demais em relação à confiança na mídia. 10,4% dos eleitores de Trump confiam “muito” na mídia, 46,4% “médio” e 43,3% “pouco”. Já entre os que não votaram em Trump, 63,8% confiam “muito”, 31,1% “médio” e 5,1% “pouco”. O ponto sobre mídia parece ter sido mais sensível aos eleitores de Donald Trump, uma vez que suas críticas aos veículos de imprensa e acusações de *fake news* contra jornalistas e empresas de comunicação eram constantes. Koike e Bentes (2018) apontam que o uso de redes sociais por Donald Trump fazia parte de uma retórica de deslegitimação da mídia tradicional como forma de comunicação entre o líder político e a população em geral. Da mesma forma, Gomes e Dourado (2019) apontam que o uso do termo *fake news* pelo ex-presidente ao se referir a veículos de imprensa que apontavam críticas ao governo é uma forma de vincular a essas empresas e jornalistas um rótulo de falta de seriedade e comprometimento com a realidade dos fatos, com os quais apenas ele e seus seguidores teriam compromisso real. Neste sentido, não apenas o seu eleitorado foi influenciado pela sua retórica agressiva contra a mídia, mas seus opositores aparentemente adquiriram maior confiança, uma vez que estes eram colocados pelo próprio ex-presidente na condição de opositores de seu governo. Assim, explica-se o fato de a diferença de confiança na mídia ter tido essa proporção entre os apoiadores de Trump e os não apoiadores. Assim, mesmo que a retórica de Trump tenha influenciado seus apoiadores, isso não se refletiu para a população em geral, como mostra o Gráfico 8 (da seção anterior).

Gráfico 19 – Voto na eleição de 2020 X Confiança nas eleições do país (EUA)

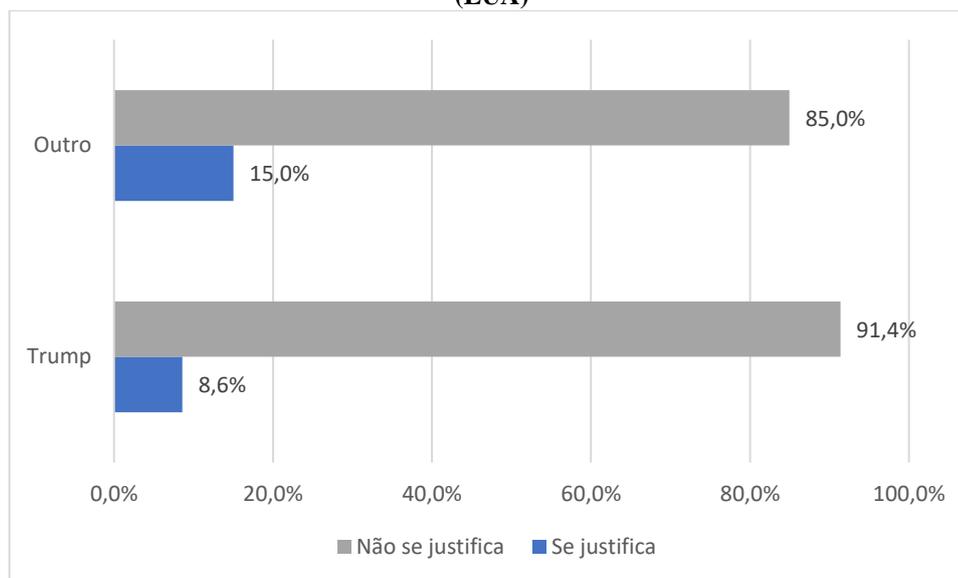


n = 1407 / r = 0,000

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do LAPOP (2021).

O Gráfico 19 mostrou outra desproporção entre os eleitores de Trump e os eleitores de outros candidatos, desta vez com relação à confiança nas eleições dos Estados Unidos. Entre os eleitores de Trump, 4,2% confiam “muito”, 18,3% “médio” e 77,5% “pouco”. Entre os votantes em outros candidatos, 58,2% confiam “muito”, 35,8% “médio” e 6% “pouco”. Isso corrobora com o momento de instabilidade política e de alegações de fraude eleitoral pelo ex-presidente quando de sua derrota na eleição de 2020, que se acentuou a tal ponto de culminar com os eventos de 06 de janeiro de 2021, no episódio conhecido como Invasão do Capitólio dos Estados Unidos. Assim como na análise anterior, a confiança dos não apoiadores de Trump nas eleições dos Estados Unidos é maior do que a dos apoiadores. Isso corrobora com a polarização entre “muita confiança” e “pouca confiança” observada no Gráfico 9 (presente na seção anterior). Ou seja, a retórica de Trump que, previsivelmente, afeta mais os seus apoiadores, também gera uma força contrária, de maior confiança, entre aqueles que não o apoiam.

Gráfico 20 – Voto na eleição de 2020 X Executivo pode governar sem o Legislativo em casos de crise (EUA)



n = 1407 / r = 0,001

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do LAPOP (2021).

O Gráfico 20 mostra a relação entre o voto na eleição de 2020 e a aceitação de o Poder Executivo governar sem o Poder Legislativo em tempos de crise. À pergunta, 8,6% dos eleitores de Trump responderam “se justifica” e 91,4% que “não se justifica”. Entre os que votaram em outro candidato, 15% consideram que “se justifica” e 85% que “não se justifica”. Isso mostra que, apesar de ter uma retórica de ataque a instituições e a pilares da democracia liberal estadunidense, isso não se reverteu em uma maior propensão de seus eleitores de aceitar um governo autoritário, mesmo em um cenário de crise. Pelo contrário, os eleitores de Trump manifestam maior rejeição a essa perspectiva do que os eleitores de outros candidatos. Neste sentido, embora tenhamos obras como as de Mouffe (2019) e Norris e Inglehart (2019) que apontam a existência desses ataques de Trump à democracia e dos riscos existentes dessa retórica, isso não foi observado em curto prazo, apesar de ainda não ser possível mensurar o impacto desses elementos no futuro.

4.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O presente capítulo traz elementos importantes para se concluir a análise proposta nesta dissertação. Através dos gráficos de frequência expostos na seção 4.1 foi possível analisar a variação dos índices de confiança nas instituições e de rejeição a um governo autoritário selecionados para cada presidente em cada período de análise aqui estabelecido. O primeiro

governo Lula foi marcado por aumento nos índices de confiança nas instituições, especialmente nas variáveis “Confiança nos partidos políticos” e “Confiança na televisão” e de rejeição a um governo autoritário, como pôde ser observado com as respostas à pergunta “Não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos”. Já o Governo de Donald Trump foi marcado também pelo aumento na confiança em todas as variáveis analisadas, exceto a variável “Até que ponto você confia nas eleições neste país?”, que apresentou uma polarização entre a “pouca confiança” e a “muita confiança”.

Para compreender o efeito de cada retórica entre os apoiadores de cada ex-presidente, foram formulados os cruzamentos trazidos na seção 4.2. Neste foi possível visualizar, através dos gráficos apresentados, que os apoiadores de Lula, em geral apresentam maiores índices de confiança em todas as variáveis analisadas. Já no cenário estadunidense, a diferença entre os eleitores de Trump e os dos demais candidatos se fazem notar principalmente nas variáveis “Confiança na mídia”, “Confiança nas eleições” e, em menor escala na variável “Respeito às instituições”, o que converge com as críticas analisadas nos capítulos anteriores por parte do ex-presidente. Nas variáveis “Apoio ao sistema político” e “Executivo pode governar sem o Legislativo em casos de crise” os eleitores de Trump apresentam índices mais altos de confiança e menores de suscetibilidade a um governo autoritário, respectivamente, indo de encontro às críticas feitas ao longo de seu mandato como presidente.

A diferença do efeito de cada retórica na sociedade em geral pode ser explicada pela densidade de cada grupo de apoiadores entre a população: enquanto Trump foi votado por 36% dos entrevistados, Lula teve seu governo aprovado por 65,4% dos entrevistados. Portanto, embora o efeito da retórica possa ser observado entre seus apoiadores, isso não se reflete, necessariamente, na população, senão em casos que os apoiadores formem uma maioria percentual a ponto de isso impactar significativamente no todo da amostra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de populismo é controverso dentro da Ciência Política, em especial quanto ao seu uso no contemporâneo. Enquanto autores como Weffort (1980), Ianni (1973; 1975), Germani (1973) e Di Tella (1973), que trabalharam com esse conceito no século XX, procuraram estabelecer parâmetros rigorosos acerca do que seria o populismo em sua reprodução como prática política clássica no imaginário social e no debate acadêmico; autores mais recentes, como Laclau (2005) e Mouffe (2019) reconhecem que seu uso cumpriu um papel mais político e retórico do que de fato científico no reconhecimento e na classificação de fenômenos políticos. Sendo assim, estes autores optam por compreendê-lo a partir de uma conceituação abrangente, capaz de reconhecer como populistas governos das mais variadas posições dentro do espectro político e cujas práticas e efeitos podem se diferir.

Para atingir o objetivo geral desta dissertação, que é identificar as influências dos governos de Lula e Trump na constituição da cultura política de Brasil e Estados Unidos, respectivamente; estudou-se sobre o fenômeno do populismo desde seu início até os debates contemporâneos acerca do conceito, compreendeu-se a cultura política de cada um dos dois países, analisou-se as retóricas de cada presidente e os dados que possam auxiliar no seu cumprimento.

No capítulo 2, ao trabalhar com o populismo historicamente, cumpriu-se o objetivo específico 1, que era de examinar a constituição de governos populistas, suas características e a maneira como lideranças populistas se relacionam com seus eleitores, bem como quais valores podem ser estimulados neste contexto. Assim, Laclau (2005) define o populismo como um epifenômeno caracterizado por um modo específico de fazer política centralizado na figura de um líder carismático cuja performance personifica neste a representação de um “povo” que seria portador de virtudes unificadoras de um imaginário comum. Isso resultaria em uma criação de um mundo composto por um “nós”, composto por aqueles que se consideram este “povo”, que estaria em uma luta política contra um “eles” que, por sua vez, personifica as dificuldades encontradas por esse “povo” diante das dificuldades objetivas de vida ou mesmo de percalços na implementação do programa político desse grupo. Deste modo, o populismo contemporâneo seria fruto da desilusão com os efeitos de políticas neoliberais e ao que Mouffe (2015) define como pós-política, quando a democracia liberal atinge tal nível de despolitização e falta de confiança por parte da população em seus mecanismos que abre espaço para alternativas

centralizadoras, muitas vezes com tendências autoritárias, e personalistas como maneiras de superar os limites encontrados por uma política tecnocrática e distante de problemas cotidianos.

A crise de confiança na democracia e nas instituições tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos são fenômenos preponderantes para a história recente. Entretanto, historicamente o desenvolvimento da cultura política de cada país, bem como as suas transformações ao longo dos anos, tem diferenças. Os Estados Unidos tinham uma cultura cívica, caracterizada pela confiança e pela lealdade dos cidadãos nas instituições e na democracia, o que não se refletia, necessariamente, em um aumento real na participação política (ALMOND; VERBA, 1963). Inglehart (1977) aponta para a existência de valores pós-materialistas, fenômeno de sociedades desenvolvidas a tal ponto que o centro de atenções e preocupações dos cidadãos deixam de ser questões de sobrevivência, dando espaço a questões sociais e ambientais, resultando em maior engajamento e participação política. Posteriormente, Almond e Verba (1989) avaliam que as mudanças ocorridas na cultura política levaram ao surgimento de cidadãos mais críticos em relação às instituições e à democracia, os quais cumpririam um papel distinto daquele presente na cidadania cívica, uma vez que o cidadão teria um papel mais ativo na democracia. Aqui observa-se que a desconfiança nas instituições e no funcionamento da democracia liberal já davam sinais de crescimento, apesar de ainda não ser predominante e de não gerar consequências à institucionalidade democrática liberal. Isso acentua-se com uma formulação mais recente, elaborada por Dalton e Welzel (2014a; 2014b) acerca de uma cidadania assertiva, a qual se caracterizaria pelo reconhecimento do descontentamento dos cidadãos não como um sinal de problema relacionado ao funcionamento da democracia, mas como uma forma de aprimorá-la, uma vez que o desenvolvimento da democracia por parte das elites políticas dependeria do quanto a sociedade demanda e, portanto, as reivindicações fariam parte do processo de mudanças necessárias. Essa formulação reflete uma assimilação ainda maior do descontentamento para com a democracia e sua incorporação a uma cultura política democrática. No entanto, o resultado dessa insatisfação foi justamente crescimento de um populismo autoritário no mundo, em especial nos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump.

No Brasil, a cultura política historicamente é marcada pela ascensão de uma liderança carismática que se mantém com relevância no cenário político durante um certo período e que é marcada por um caráter personalista orientado mais pela conquista do poder político do que por uma ideologia (BAQUERO, 2018). Por conta de sua desigualdade política e social e falta de uma democracia sólida, emerge o que Baquero (2018) chama de Democracia Inercial,

caracterizada por um repúdio ao autoritarismo combinado com um ceticismo acerca do modelo de democracia existente. Moisés (1995) aponta a existência de padrões culturais e políticos que reforçam o autoritarismo, a hierarquia, o clientelismo e o mandonismo como modelo de gestão do Estado e da política. Esses fatores seriam a origem e o resultado de crises cíclicas da democracia e de quebra da institucionalidade política por meio de golpes. Aliado a isso, a falta de uma justiça de transição e a pactuação com golpistas, de modo a não haver punições ou reparação histórica, contribuem para a não superação de elementos autoritários e antidemocráticos, de modo a alimentar práticas deletérias à democracia do país. Isso resulta em uma sociedade politicamente apática, com nível elevado de desconfiança e de desrespeito às regras da democracia, além de instituições cujos processos não fortalecem a democracia, perpetuando valores e práticas de modo a utilizar o Estado para a legitimação de interesses privados.

Embora o contexto de cada país, bem como a forma como se constituiu a cultura política, seja diferente, Lula e Trump refletem o momento pelo qual cada país passava. Neste sentido, o capítulo 3 traz elementos acerca de como cada governo se desenvolveu, sua relação com as instituições e a retórica de cada presidente, alcançando o objetivo específico 2: analisar os mandatos de Lula da Silva e de Donald Trump, identificando os elementos que os qualificam como populistas, além da maneira como o discurso de cada presidente é engendrado e que tipo de comportamentos e valores políticos são incentivados. Assim, realçou-se que Lula foi eleito em um país que experimentava uma aparente estabilidade política, embora a Ditadura Militar tivesse acabado 17 anos antes e o único presidente eleito a concluir o mandato desde então fosse FHC. Por conta da baixa confiança institucional dos brasileiros, a retórica de Lula era carregada de críticas a essas instituições, apesar de o conteúdo dessas críticas valorizar a democracia e propor mudanças dentro da institucionalidade democrática. Já Trump fora eleito em meio a uma onda de desconfiança institucional, mas em um sistema político considerado estável e politicamente consolidado. Apesar disso, o ex-presidente procurava ter uma retórica mais ácida e agressiva, fazendo uso de ironias, acusações e de *fake news* contra o alvo de suas críticas, incluindo adversários políticos, mídia e instituições. Assim, o “nós” de Lula era composto pelos trabalhadores cujo sentimento de injustiça e de ressentimento se baseava na piora das condições materiais de vida, que sofriam os efeitos da política neoliberal do Governo FHC, que comporia o “eles”, junto a toda uma elite gananciosa e insensível aos problemas pelos quais passa a população. Já Trump mobilizava o imaginário do sonho americano, utilizando sua história de *self-made man* como exemplo de conquista através do esforço pessoal, reforçando a ideia de

um grupo que historicamente construiu os Estados Unidos como estes são hoje baseado em valores conservadores que estariam sendo ameaçado pelo “eles” composto por grupos diversos que se utilizam do Estado para a formulação de políticas de inclusão de modo a tirar espaço dos verdadeiros americanos e destruir os pilares que alicerçam o país.

O capítulo 4 traz dados acerca do Latinobarômetro e do LAPOP para atingir o objetivo específico 3: analisar a constituição da cultura política de Brasil e Estados Unidos no período do primeiro mandato de Lula (2003-2007) e Trump (2017-2021). Para tanto, observou-se que a confiança nas instituições, em geral aumentou ao longo do primeiro mandato do Governo Lula, bem como a rejeição a um governo autoritário. O Governo Trump, por sua vez, também apresentou aumento na rejeição a um governo autoritário e na confiança nas instituições, exceto na variável sobre confiança na mídia, que sofreu uma polarização entre confiança e desconfiança. Já os cruzamentos apontaram que os apoiadores de Lula, em geral demonstram maior confiança em todas as variáveis analisadas, enquanto entre os apoiadores de Trump a confiança é menor nas variáveis relativas à mídia, eleições e instituições. Nas variáveis relativas ao sistema político e à rejeição a um governo autoritário, os apoiadores do ex-presidente estadunidense atingem índices maiores.

Quanto às hipóteses propostas, a hipótese 1 (governos populistas de direita e de esquerda impactam de forma diferente na constituição da cultura política de uma sociedade) foi confirmada parcialmente, uma vez que é possível observar o efeito da retórica de um presidente entre seus apoiadores, mas o efeito na sociedade em geral depende do seu nível de popularidade, como pode ser observado no caso de Donald Trump, onde a desconfiança em instituições aumentou na população geral, embora o tenha diminuído entre seus apoiadores, corroborando com sua retórica. Ainda, destaca-se a possibilidade de existir um efeito reverso à retórica do líder carismático entre indivíduos que o rejeitam, como as variáveis relativas à mídia e às eleições podem representar, apesar de ser necessário uma futura pesquisa mais específica quanto a este fenômeno. A hipótese 2 (o populismo de Donald Trump corroborou para uma cultura política de ataque às instituições e desrespeito às normas da política) pode ser parcialmente confirmada ao se verificar que a desconfiança nas instituições aumentou entre seus eleitores, mas a aceitação de um governo autoritário se mostrou menor entre seus apoiadores. A hipótese 3 (o populismo de Lula da Silva corroborou para uma cultura política de fortalecimento das instituições e respeito às normas da política) pode ser confirmada, uma vez que o apoio às instituições e a rejeição a um governo autoritário aumentaram na sociedade em geral ao longo de seu primeiro mandato como presidente e os índices entre seus apoiadores

eram maiores do que entre os que reprovavam seu governo. Neste sentido foi possível observar diferenças entre os dois populismos e concluir-se que a retórica de cada presidente influenciou mais nos dados observados do que o fato de o governo ser classificado como populista.

Essa pesquisa contribuiu para o aprofundamento do debate acerca do fenômeno do populismo e de seu efeito na cultura política. O debate teórico acerca da relação do populismo com a cultura política, bem como a relação do desenvolvimento histórico de valores e crenças com os governos populistas que emergiram nas décadas de 2010 e 2020 apontam para alertas acerca da insatisfação com a democracia liberal e seu distanciamento da população de modo geral, gerando insatisfações e ressentimentos que podem despertar valores autoritários e resultar em processos políticos capazes de imprimir marcas profundas na cultura política. Neste sentido, essa dissertação dialoga com um debate que vem ganhando espaço recentemente na Ciência Política, de modo a contribuir para a compreensão do fenômeno do populismo em suas variações e nos seus efeitos na sociedade. Assim, compreender diferentes tipos de populismo e verificar efeitos diferentes de cada um na cultura política é relevante para entender que tal fenômeno tem nuances específicas que precisam ser consideradas, uma vez que o conceito de populismo advém de uma origem comum, mas não necessariamente orienta as sociedades em uma única direção. Destaca-se, portanto, a maneira como a relação entre populismo e cultura política são relacionados nesta dissertação, considerando dados objetivos em sua análise, de modo a contribuir com o debate estabelecido apresentando perspectivas de pesquisa ainda pouco exploradas, especialmente no Brasil.

Além das contribuições científicas, observa-se ainda um impacto social significativo para uma sociedade preocupada com o desenvolvimento de sua democracia ao estabelecer caminhos para o fortalecimento ou não do sistema político e de uma cultura política democrática, além de poder se colocar como forma de diferenciar governos com características diferentes e afastar temores acerca dos perigos a democracia contidos em retóricas aparentemente sofisticadas, mas que carecem de um aprofundamento na complexidade de cada caso. Ou seja, a sociedade tem a oportunidade de afastar preocupações descabidas acerca do caráter antidemocrático de lideranças cujos valores reforçam a democracia, voltando sua atenção para quem realmente apresenta riscos aos valores desejados.

Retomando o problema central que conduziu a pesquisa (quais são os efeitos dos governos populistas de Lula da Silva e de Donald Trump na cultura política de Brasil e Estados Unidos, respectivamente?) pode-se concluir que Lula representou um aumento nos níveis de confiança nas instituições e na rejeição a um modelo de governo autoritário, através do efeito

de sua retórica entre seus apoiadores, de modo a implicar também em um aumento desses referidos níveis na sociedade de modo geral. Trump, por sua vez, teve efeito na diminuição do nível de confiança nas instituições entre seus apoiadores por conta de sua retórica agressiva e de deslegitimação, apesar de ser percebido um aumento nos níveis de confiança na sociedade em geral. Também foi percebido que seu questionamento acerca da confiabilidade das eleições gerou uma polarização entre muita confiança e pouca confiança, alavancada, respectivamente por aqueles que não o apoiam e pelos seus apoiadores. Quanto ao apoio a um modelo de governo autoritário, seus apoiadores mostraram índices mais baixos em relação aos demais.

Obviamente, os efeitos de quaisquer elementos na cultura política demandam um esforço de análise de um período prolongado para se compreender de fato como a constituição de uma cultura política pode modificar-se e se consolidar. O período curto de análise realizado neste trabalho, entretanto, pode ser um caminho para compreender como a constituição de uma cultura política pode ser modificada e ter efeitos de longo prazo na constituição de uma cultura política, fator que pode ser objeto de uma investigação futura.

Essa pesquisa tem limites e pode ser aprofundada através de sua ampliação para a análise de outros governos populistas, compreendendo, inclusive, mais elementos além da ideologia de governo e de sua retórica como fatores de distinção. Fatores econômicos em geral causam efeitos nos dados analisados e o impacto destes de forma isolada ou relacionados com o populismo podem ser objeto de investigação de uma pesquisa futura que se proponha a tal análise. Apesar de a democracia liberal apresentar problemas e limites, uma sociedade que decida seguir esta forma de governo deve estar atenta ao impacto de lideranças autoritárias tanto na incorporação de práticas autoritárias nos seus mecanismos de funcionamento e de controle quanto na cultura, nas crenças e nos valores de sua população, fator que, quando negligenciado, pode gerar efeitos indesejados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os Barões da Federação. **Lua Nova**, n. 33, p. 165-183, 1994.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Califórnia: Sage Publications, 1963.

_____. **The Civic Culture Revisited: An Analytic Study**. Califórnia: Sage Publications, 1989.

ARCARY, Valério. Peculiaridades da história política do Brasil contemporâneo: notas para um balanço do ciclo de supremacia do PT e da CUT. **Lutas Sociais**, n. 19/20, p. 150-162, 2008.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIFALI, Ana Cláudia. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 15, p. 105-127, 2015.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, São Paulo, p. 98-104, 2001.

_____. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista Sociologia e Política**, n. 21, p. 83-108, 2003.

_____. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 16-32. 2008.

_____. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

_____. Cultura política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo? **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 7, p. 6-10, 2010.

_____. **Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 369-399, 2011.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; COSTA, Andressa Liegi Vieira. Populismo e fake news na era da pós-verdade: comparações entre Estados Unidos, Hungria e Brasil. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, v. 1, p. 385-412, 2020.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 3ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOITO, Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo: uma crítica às teses de André Singer. **Revista Crítica Marxista**, v. 37, p. 171-181, 2013.

_____. Sindicalismo de Estado no Brasil. In: _____. **Sindicalismo e política no Brasil**. Campinas, Edição do IFCH – Unicamp, 2006. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4435029/mod_resource/content/1/BOITO%20JR.%20C%20Armando.%20Sindicalismo%20e%20Estado%20Brasil_texto%20%281%29.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2021.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, n. 17, Rio de Janeiro, Editora Revan. Disponível em: <<http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000170-5831f592c5/Boito%20Jr,%20Armando.%20A%20hegemonia%20neoliberal%20no%20governo%20Lula..pdf>> Acesso em 10 de janeiro de 2022.

CASULLO, María Esperanza. ¿En el nombre del pueblo? Por qué estudiar al populismo hoy. **Revista de Reflexión y Análisis Político**, Vol. 19, Nº. 2, p. 277-313, 2014.

_____. **¿Por qué funciona el populismo?** el discurso que sabe construir explicaciones convincentes de un mundo en crisis. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2019. E-book.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

CILIA, Gustavo Bianezzi. De Chávez a Trump: dificuldades do método comparativo aplicado ao populismo. **Revista Teoria e Pesquisa**, v. 8, n. 35, 2017.

COLBY, Edward. Donald Trump's noteworthy tweets as president In: NEWSDAY. Nova Iorque. 1º de Agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.newsday.com/news/nation/donald-trump-s-noteworthy-tweets-as-president-1.12632966>> Acesso em 12 de março de 2021.

COSTA, Nilson do Rosario; LAMARCA, Isabel. Os Governos FHC e Lula e a política para a força de trabalho civil do Governo Central Brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 1601-1611, 2013.

CRUZ, Consuelo. **Political Culture and Institutional Development in Costa Rica and Nicaragua**: World Making in the Tropics. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

DA COSTA, Maíra Pereira; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Justiça de Transição, Cultura Política e Legado Autoritário no Cone Sul. **Revista Sulamericana de Ciência Política**, v. 5, p. 125-146, 2019.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Political Culture and Value Change. In:

DALTON, Russell; WELZEL, Christian (org.). **The civic culture transformed**: From allegiant to assertive citizens. New York: Cambridge University Press, 2014a, p. 1-16.

_____. From allegiant to assertive citizens. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (org.). **The civic culture transformed**: From allegiant to assertive citizens. New York: Cambridge University Press, 2014b, p. 282-306.

DARRIEUX, Rodolfo Scotelaro Porto. Instituições políticas e sucesso legislativo presidencial nos governos Cardoso, Lula e Rousseff. In: ENCONTRO DA ABCP, 10, 2016, Belo Horizonte, **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Rodolfo-Darrieux/publication/307855714_Instituicoes_Politicass_e_Sucesso_Legislativo_Presidencial_nos_Governos_Cardoso_Lula_e_Rousseff/links/57cecc0608aed67897010a1b/Instituicoes-Politicass-e-Sucesso-Legislativo-Presidencial-nos-Governos-Cardoso-Lula-e-Rousseff.pdf> Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

DATAFOLHA. Ao final do primeiro mandato, Lula é aprovado por 52% dos brasileiros. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2006/12/1222248-ao-final-do-primeiro-mandato-lula-e-aprovado-por-52-dos-brasileiros.shtml>> Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

DE MOURA MAPA, Dhiego. Política Externa e instituições democráticas no governo Lula: politização, interpretações divergentes e ensaios de opinião pública. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES, 1, 2011, Vitória, **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1507>> Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

DE OLIVEIRA, Rodrigo Regazonni. Mídias sociais digitais: implicações sobre o processo democrático. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais, n. 25, p. 229-246, 2018.

DI TELLA, Torcuato. Populismo y reformismo. In: GERMANI, Gino.; DI TELLA, Torcuato.; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de clase en latinoamerica**. México: Era, 1973, p. 38-82.

DO CARMO, Corival Alves; DASSO JÚNIOR, Aragón Érico; HITNER, Verena. Federalismo, democratização e construção institucional no governo Hugo Chávez. In: LINHARES, Paulo de Tarso Frazão Soares. **Federalismo Sul-Americano**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014, p. 35-91.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro, 4 ed., São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2a ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Nova República?**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FERREIRA, Lucas; KURTZ, Adriana. De Trump a Tiririca: a formação de ícones midiáticos e seu impacto na política. Anais do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 23, 2017, Caxias do Sul, **Anais Eletrônicos**. Disponível em:

<<https://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-0625-1.pdf>> Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

FONTES, Mirela Cocco. **Executivo e legislativo no primeiro Governo Lula (2003 -2006)**. 96f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007.

GALLUP. Presidential Approval Ratings - Donald Trump. Disponível em: <<https://news.gallup.com/poll/203198/presidential-approval-ratings-donald-trump.aspx>> Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

GERMANI, Gino. Democracia representativa y clases populares. In: GERMANI, Gino.; DI TELLA, Torcuato.; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de clase en latinoamerica**. México: Era, 1973, p. 12-37.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Populismo e ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: Jorge Ferreira. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.

GOMES, Wilson da Silva; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.

IANNI, Octavio. Populismo y relaciones de clase. In: GERMANI, Gino.; DI TELLA, Torcuato; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de clase en latinoamerica**. México: Era, 1973, p. 83-150.

_____. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IDOSO de esquerda tem problema, diz lula, 61 anos. G1, 2006. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1383727-5601,00-IDOSO+DE+ESQUERDA+TEM+PROBLEMA+DIZ+LULA+ANOS.html>> Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution**: Changing values and political styles among western publics. Princeton: Princeton University Press, 1977.

_____. The Renaissance of Political Culture. **American Political Science Review**, Washington, D. C., v. 82, n. 4, p. 1203-1229, 1988.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Cristian. **Modernization, Cultural Change, and Democracy**: The Human Development Sequence. Cambridge: Cambridge University. 2005.

KOIKE, Dale; BENTES, Anna Christina. Tweetstorms e processos de (des)legitimação social na administração Trump. **Cadernos CEDES (UNICAMP)** Impresso, v. 38, p. 139-158, 2018.

KRUPSKAYA, Nadezhda Konstantinovna. **A Construção da Pedagogia Socialista** (Escritos Seleccionados). São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LANE, Kate. Reports: Tuberville notified Trump about Pence evacuation during Capitol attack. In: NBC NEWS. Nova Iorque, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://myabc15.com/news/nation-world/reports-tuberville-notified-trump-about-pence-evacuation-in-capitol-attack>> Acesso em 12 de março de 2021.

LAPOP. Latin American Public Opinion Project. LAPOP LAB AmericasBarometer 2017 Survey Round USA, 2017.

_____. Latin American Public Opinion Project. LAPOP LAB AmericasBarometer 2019 Survey Round USA, 2019.

_____. Latin American Public Opinion Project. LAPOP LAB AmericasBarometer 2021 Survey Round USA, 2021.

LATINOBARÔMETRO. Onda de 2002 do Latinobarômetro, 2002.

_____. Onda de 2004 do Latinobarômetro, 2004.

_____. Onda de 2006 do Latinobarômetro, 2006.

LENIN, Vladimir Ilyich Ulianov. **The Left Narodniks**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1914/may/14.htm>> Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

LIMONGI, Fernando. O federalista: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da Política**. v. 1, 2001, p. 245-287.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo**: triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

LULA COMPARA adversários a Hitler. Jornal O Tempo, 2006. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/lula-compara-adversarios-a-hitler-1.303780>> Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

LULA CRITICA "caixa-preta" do Judiciário e defende controle. Folha de São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2304200302.htm>> Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao Povo Brasileiro**. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>> Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

MADISON, James. Resposta a huma objecção tirada da extensão do paiz. In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O Federalista**. t. 1, Rio de Janeiro: TYP. IMP. e CONST. DE J, VILLENEUVE e COMP., 1840a, p. 62-69.

_____. Continuação do mesmo assumpto. In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O Federalista**. t. 1, Rio de Janeiro: TYP. IMP. e CONST. DE J, VILLENEUVE e COMP., 1840b, p. 70-82.

MALY, Ico. Algorithmic populism and algorithmic activism. **Diggit Magazine**, 2018.

_____. Algorithmic populism and the datafication and gamification of the people by Flemish Interest in Belgium. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, p. 444-468, 2020.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**, ou, Crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

_____. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In.: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, Rachel. **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime - o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1-41, 2008.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Cultura Política e Capital Social**: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil. 286f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; COSTA, Andressa Liegi Vieira Costa; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. Populismo, polarização política e a pandemia do coronavírus: Donald Trump e a opinião pública nos Estados Unidos. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 126-149, 2020.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. **Por um Populismo de Esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. E-book.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash**: Trump, Brexit, and authoritarian populism. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2019.

OLIVEIRA, Wagner Anibal de. **A cultura política dos brasileiros no período do governo Lula (2003-2010)**. 260f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) –

Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

QUESNAY, François. Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola. In: KURZ, Rolf (org.). **Quesnay**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1984, p. 166-188.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. 3ª edição, São Paulo: Publifolha, 2013.

RIVEROS-F, Claudio. El Proceso Populista: un aporte teórico al debate del fenómeno. **Izquierdas** (Santiago), Santiago, n. 38, p. 61-88, feb. 2018.

RODRIGUÊS, Theófilo Machado. Populismo de esquerda versus populismo de direita no início do século XXI: o conflito político nos EUA, Inglaterra, França e Alemanha. **Revista Estudos Políticos**, v. 9, n. 17, p. 70-85, 2018.

SALLUM, Brasílio; GOULART, Jefferson O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 115-135, 2016.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. O futuro da democracia: cenários político-institucionais até 2022. **Estudos avançados**, v. 20, n. 56, p. 43-60, 2006.

TRAMEL, Berry. Cowboys enjoy the ride in Lincoln after spinning their wheels for almost a half-century. In: THE OKLAHOMAN. Oklahoma, 14 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www.oklahoman.com/article/3147505/cowboys-enjoy-the-ride-in-lincoln-after-spinning-their-wheels-for-almost-a-half-century>> Acesso em 12 de março de 2021.

TROTSKY, Leon. **Por que os Marxistas se Opõem ao Terrorismo Individual**. Disponível em: <<https://marxists.architexturez.net/portugues/trotsky/1911/11/terrorismo.htm>> Acesso em: 10 de janeiro de 2022a.

_____. **Três concepções da Revolução Russa**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1939/08/90.htm>> Acesso em: 10 de janeiro de 2022b.

VENUTO, Elder Procopio. "**Agora é nossa vez**": cultura política do operariado urbano na formação do Partido dos Trabalhadores. 241f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca. 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Schwarcz, 2007.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.